



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ — UFPI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

THAIS BATISTA RABÊLO

HISTÓRIA DA PROFISSÃO DOCENTE NO PIAUÍ:
NOTÍCIAS, MENSAGENS E DISCURSOS (1910-1946)

TERESINA-PI

2021

THAIS BATISTA RABÊLO

**HISTÓRIA DA PROFISSÃO DOCENTE NO PIAUÍ:
NOTÍCIAS, MENSAGENS E DISCURSOS (1910–1946)**

Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em educação (PPGED) na Universidade Federal do Piauí, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação.

Linha de pesquisa: História da Educação.

Orientadora: Dra. Jane Bezerra de Sousa.

TERESINA-PI

2021

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências da Educação
Serviço de Processos Técnicos

R114h Rabêlo, Thais Batista
História da profissão docente no Piauí: notícias, mensagens e discursos (1910-1946) / Thais Batista Rabêlo. – 2021.
126 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Teresina, 2021.
“Orientadora: Dra. Jane Bezerra de Sousa.”

1. História da educação. 2. Profissão docente. 3. Imprensa. I. Sousa, Jane Bezerra de. II. Título.

CDD 370.9

Bibliotecário: Hernandes Andrade Silva – CRB-3/936

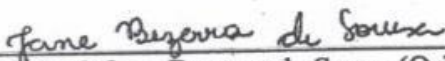
THAIS BATISTA RABÊLO

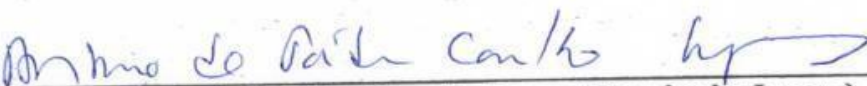
**HISTÓRIA DA PROFISSÃO DOCENTE NO PIAUÍ:
NOTÍCIAS, MENSAGENS E DISCURSOS (1910–1946)**

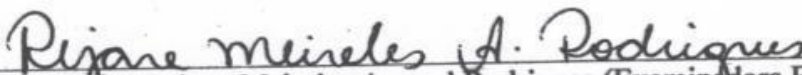
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, do Centro de Ciências da Educação Prof. Mariano da Silva Neto, da Universidade Federal do Piauí, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestra em Educação, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Jane Bezerra de Sousa.

Aprovada em: 23 / 08 / 2021.

BANCA EXAMINADORA


Prof.^a Dr.^a Jane Bezerra de Sousa (Orientadora)
UFPI/PPGE


Prof. Dr. Antônio de Pádua Carvalho Lopes (Examinador Interno)
UFPI/PPGE


Prof.^a Dr.^a Rejane Meireles Amaral Rodrigues (Examinadora Externa)
UNIMONTES/ Universidade Estadual de Montes Claros

Prof.^a Dr. Ednardo Monteiro Gonzaga do Monti (Examinador Interno – Suplente)
UFPI/PPGE

Prof.^a Dr. Gilberto César de Noronha (Examinador Externo – Suplente)
UFU/Universidade Federal de Uberlândia

Dedico este trabalho às minhas mães, mulheres que me formaram e me mostram cotidianamente o caminho da bravura e da bondade.

Ao papai Francisco (in memoriam) que me ensinou o caminho da beleza e das histórias de “trancoso”.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho é fruto de muitas mãos, de muito apoio, de muitas pessoas. De pessoas inclusive que não entendem ao certo o que estudo, mas sabem que se trata de algo bom e importante.

Agradeço à minha família materna, que mesmo sem compreender o que faço me apoia, respeita e acredita. Em especial às mães Teresa e Elizangela que são a minha fonte de força e coragem.

À vovó Socorro, por ter me mostrado outro mundo e por sempre ter me guiado ao caminho do bem, do trabalho e da educação.

Às minhas amigas e amigos de vida, por serem minha rede de apoio e afeto e por estarem sempre comigo.

Às minhas colegas de turma, por todos os momentos compartilhados, em especial à Elionaira que comigo dividiu os sabores e dissabores do processo da pesquisa.

À minha orientadora Jane Bezerra, pela paciência, compreensão e cuidado na condução deste trabalho e, principalmente, pelos aprendizados para além da academia.

Aos professores, pelo conhecimento compartilhado e histórias que inspiram.

À minha terapeuta, que com muito zelo embarcou comigo no processo de cura, amparo e cuidado.

A Deus, à virgem Maria e tudo que é sagrado, por tudo!

RABÊLO, Thais Batista. **Profissão Docente no Piauí: Notícias, mensagens e discursos**(1910-1946). Dissertação (Mestrado em Educação). 126f. Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal do Piauí. Teresina- PI,2021.

RESUMO

Esta pesquisa, intitulada “História da Profissão Docente no Piauí: notícias, mensagens e discursos (1910-1946)”, tem como objetivo geral investigar a profissão docente, especialmente as imagens sociais e condições de trabalho no Piauí por meio de notícias, discursos e mensagens, no período de 1910 a 1946. O recorte temporal se justifica pela oficialização da Escola Normal no Piauí em 1910 e pela Lei Orgânica do Ensino Primário de 1946, por considerar a relevância desses fatos históricos para a história da educação e profissão docente. Para a realização desta investigação, foram utilizados referenciais teóricos e metodológicos pautados na vertente teórica da Nova História Cultural. Como autores, dialogamos com: Chartier (1990), Le Goff (2003), Vicentini e Lugli (2009), Nóvoa (1986, 2002), Tanuri (2000), Villela (2000), Sousa (2015), Lopes (2008), Fischer (2005), Brito (1996), Castelo Branco (2005), Queiroz (2011), Cardoso (2010, 2003), Barros (2004, 2019), Luca (2015), Pinheiro (2017), entre outros. Para a realização do estudo, foram utilizadas fontes hemerográficas (notícias e discursos jornalísticos) e mensagens governamentais, encontradas nos seguintes jornais: “Correio de Oeiras”, “Semana”, “Diario do Piahuy”, “Litericultura”, “Alto Longá”, “O Nordeste”, “O Piauhy”, “A Luz”, “Diario Oficial”, “O momento”, “Monitor Comercial”, “O Fanal”, “A Escola”, “Vanguarda” e “Gente Nova”, dispostos no Acervo Virtual do Jornalismo Piauiense e no Arquivo Público do Piauí — Casa Anísio Brito. De acordo com os periódicos e mensagens governamentais analisados, as imagens sociais que se constituiu dos professores veiculadas na imprensa eram de um profissional devoto e missionário, mestres abnegados, obreiro e artífice da educação como também mantedor da ordem e do patriotismo. Quanto às condições efetivas de trabalho, o valor simbólico se demonstrava incoerente com as condições materiais que os docentes estavam inseridos.

Palavras-chave: História da Educação; profissão docente; imprensa.

RABÊLO, Thais Batista. **Profissão Docente no Piauí: Notícias, mensagens e discursos**(1910-1946). Dissertação (Mestrado em Educação). 126f. Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal do Piauí. Teresina- PI,2021.

ABSTRACT

This research, titled “The History of Teaching Profession in Piauí: news, messages and discourses (from 1910 to 1946)”, aiming to investigate teaching profession, particularly social images, and work condition in Piauí through news, discourses, and messages in the transition period from 1910 to 1946. This temporal cut is justified by the officialization of Escola Normal (Teacher’s College) in Piauí in the year of 1910 and Lei Orgânica do Ensino Primário (Organic Law of Primary Education), in 1946, considering the relevance of those historical facts for the background of education and teaching profession. For such investigation where used theoretical and methodological references based on the theoretical part of Noval História Cultural (New Cultural History). As authors, we have engaged with: Chartier (1990), Le Goff (2003), Vicentini e Lugli (2009), Nóvoa (1986, 2002), Tanuri (2000), Villela (2000), Sousa (2015), Lopes (2008), Fischer (2005), Brito (1996), Castelo Branco (2005), Queiroz (2011), Cardoso (2010, 2003), Barros (2004, 2019), Luca (2015), Pinheiro (2017), amongst others. In order to carry out this study, where used newspapers data (news and journalistic discourses) and governmental messages, available on the following newspapers: “Correio de Oeiras”, “Semana”, “Diario do Piahy”, “Litericultura”, “Alto Longá”, “O Nordeste”, “O Piahy”, “A Luz”, “Diario Oficial”, “O momento”, “Monitor Comercial”, “O Fanal”, “A Escola”, “Vanguarda” and “Gente Nova”, disposed on Acervo Virtual do Jornalismo Piauiense (Virtual Collection of Piauiense’s Journalism) and at the Arquivo Público do Piauí – Casa Anísio Brito (Public Archive of Piauí – House Anísio Brito). According to the governmental messages and newspaper analyzed, social images of teachers compounded by the media where of devoted and disciples professionals, unselfish masters, workers, and artificer of education as well as guardian of order and patriotism. In relation to working conditions, the symbolic value was incoherent to the material condition teachers where placed in.

Keywords: History of Education; teaching profession; press.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	O homem e a mulher.....	43
Figura 2	A Instrução.....	72
Figura 3	Censo Escolar.....	75
Figura 4	Escola Normal.....	76
Figura 5	A semana da Criança.....	78
Figura 6	A missão da mulher na palavra do papa.....	81
Figura 7	Edificação Escolar.....	83
Figura 8	Profissão Nobre.....	84
Figura 9	A Escola.....	86
Figura 10	Discurso.....	88
Figura 11	A escola.....	90
Figura 12	O Mestre.....	92
Figura 13	Instrução primaria.....	96
Figura 14	Escola Normal.....	98
Figura 15	A intrução no Piauhhy.....	108
Figura 16	O ensino no Piauí.....	114
Figura 17	Matrícula.....	115

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Notícias, discursos e mensagens (1910–1946).....	24
Quadro 2	Jornais.....	28

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	APONTAMENTOS SOBRE A HISTÓRIA DA PROFISSÃO DOCENTE NO BRASIL E NO PIAUÍ.....	32
2.1	História da profissão docente e a formação de professores.....	33
2.2	Profissão docente e a feminização do magistério desde a formação até às condições de trabalho.....	40
3	EDUCAÇÃO, SOCIEDADE E IMPRENSA.....	50
3.1	Educação, sociedade brasileira e piauiense nas primeiras décadas do século XX	50
3.2	Imprensa e Educação.....	55
4	HISTÓRIA DA PROFISSÃO DOCENTE: IMAGENS SOCIAIS E CONDIÇÕES DE TRABALHO NOS JORNAIS E NAS MENSAGENS GOVERNAMENTAIS DE 1910 A 1946.....	63
4.1	“A mulher e a criança e a sua união nasceu à fortaleza da solução do problema do ensino”: as imagens sociais da profissão docente, nas notícias, mensagens e discursos.....	66
4.2	Condições de trabalho docente nos discursos e notícias dos jornais piauienses no Piauí.....	94
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	118
	REFERÊNCIAS.....	121

1 INTRODUÇÃO

A proposta desta pesquisa nasceu de motivações historiográficas com vistas a contribuir com a história da profissão docente no Piauí, entre os anos de 1910 a 1946. A partir de discursos, notícias de jornais e mensagens governamentais, procuramos investigar o que era apresentado sobre a profissão docente no período supracitado, especialmente sobre as imagens sociais e condições de trabalho do magistério. Para tanto, também realizamos estudo bibliográfico sobre a formação de professores com o intuito de desenvolver uma compreensão maior das categorias a serem analisadas, anteriormente citadas.

A princípio, a principal fonte desta pesquisa foram os jornais, pois entendemos a importância desses na reconstrução das ideias de uma época em que o cotidiano está presente espelhando o cotidiano de um povo de um determinado período. No decorrer da pesquisa, percebemos a possibilidade de um diálogo ampliado com as mensagens governamentais que também são fontes para este trabalho.

Nesse sentido, buscamos analisar a profissão docente, especialmente como as imagens sociais e as condições de trabalho foram apresentadas por meio das notícias, mensagens governamentais e discursos no recorte temporal já apontado para o estudo.

Os jornais acompanham e refletem essa mudança histórica ou as continuidades, daí a grande contribuição de tomá-los como fonte, que pode ser usada como instrumento para pesquisadores, devido à multiplicidade de sujeitos e de detalhes presentes nas páginas desses impressos, cuja viabilidade é ensejada pela expansão da noção de documento trazida pela nova história cultural.

Assim, conduzimos este estudo com o seguinte objetivo geral: investigar a profissão docente, especialmente, as imagens sociais e condições de trabalho no Piauí por meio de notícias, discursos e mensagens, no período de 1910 a 1946. Para isso, precisaremos de forma mais específica:

- refletir sobre a história da formação de professores e a feminização do magistério para compreensão da história da profissão docente;
- analisar as imagens sociais dos professores por meio de notícias, discursos e mensagens no Piauí de 1910 a 1946;
- identificar as condições de trabalho dos professores no Piauí por meio de notícias, discursos e mensagens no Piauí de 1910 a 1946;

- discutir sobre os aspectos social, cultural, econômico, político e geográfico, atravessadores desse processo histórico que influenciaram a profissão docente no Piauí.

Para alicerçar a escrita desta investigação, alguns estudos foram de grande colaboração para nos ajudar a compreender o contexto em que a sociedade piauiense estava inserida no período investigado. Teresinha Queiroz (2011) com o livro *Os Literatos e a República: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo*, fruto da tese de seu doutorado. O recorte temporal da autora se deu no período da primeira República, em que foi analisada a sociedade piauiense neste período, levando em consideração vários fatores: sociais, culturais, políticos e educacionais, de modo a colaborar significativamente para a compreensão dos principais acontecimentos daquele período histórico.

Pedro Vilarinho Castelo Branco (2005) traz relevante subsídio para o campo da história das mulheres, em que pesquisou a condição feminina na primeira república. O autor fez um apanhado sobre o contexto em que as mulheres estavam inseridas, evidenciando as dimensões sociais, culturais e educacionais das mulheres teresinenses. Ele abordou diferentes pontos da vivência feminina, como o trabalho, o lazer e a educação.

Ao contextualizar a educação feminina no Piauí no início do século XX, o autor faz um apanhado sobre as escolas que ofertavam o ensino para as estudantes do sexo feminino, além de trazer apontamentos sobre o ser professora no Piauí no período pesquisado, que estava ligada à ideia de amor, de vocação e de sacerdócio. Vilarinho (2005) auxilia de forma significativa para o entendimento do cenário piauiense no tocante à educação feminina no Piauí, no período inicial da investigação que pretendemos nos aprofundar.

Elizangela Barbosa Cardoso (2003), em sua obra *Múltiplas e singulares: história e memória de estudantes universitárias em Teresina (1930-1970)*, contribui de forma significativa no tocante à contextualização da educação feminina no Piauí, no período pesquisado pela autora, contextualizando as relações de gênero e as condições históricas das mulheres que ingressaram no ensino superior nos anos de 1930 a 1970 no Piauí.

Cardoso (2003) faz uma relação do contexto social em que as estudantes estavam inseridas, as escolas que estas alunas frequentaram e o processo de inserção no ensino superior. A pesquisa foi ancorada em múltiplas fontes, como: memórias, matérias jornalísticas, históricos escolares, documentos oficiais, dados estatísticos e fontes orais. Por meio desta pesquisa, é possível analisar como as mulheres teresinenses de classe média foram galgando espaços educacionais ocupados em sua maioria por homens e se profissionalizando em um período em que para ser mulher ela deveria ser educada para ser esposa, dona de casa e mãe.

Beatriz T. Daudt Fischer (2005), em sua pesquisa *Professoras: histórias e discursos de um passado presente*, investigou o professorado primário no Rio Grande do Sul. Ela traz colaborações sobre os discursos e práticas que estavam em torno da profissão de ser professora nos anos de 1950 a 1960 ou o chamado anos dourados.

A autora faz uso da história oral, mas também utiliza a imprensa como meio para captar os discursos sobre o ser professora no período pesquisado. Desse modo, emergem as seguintes questões: como a mulher era tratada nos discursos naquele período? Como eram tratadas as professoras nos discursos no período pesquisado? Da mesma forma, como eram tratadas as professoras nos discursos no período pesquisado? Tais questionamentos auxiliam de forma significativa para compreender a teia de relações que estavam veladas por trás dos discursos proferidos sobre o ser professora.

Ao se investigar sobre a história da profissão docente, a pesquisa e as reflexões que Jane Soares Almeida (1998) traz no seu livro *Mulher e Educação: a paixão pelo possível* são de suma importância. O referido estudo é resultado de sua tese de doutorado, em que analisou a condição das primeiras professoras dos cursos de magistério na educação paulista, teve como fonte a imprensa pedagógica do final do século XIX até a década de 1930. A pesquisa nos leva a entender o percurso educacional das mulheres no contexto em que foi realizada as questões sobre a feminização do magistério primário.

A autora aborda o processo social, político e econômico do Brasil e as implicações que estavam entrelaçadas com a profissão docente feminina. A reflexão sobre as questões de gênero está presente no decorrer de todo o trabalho e mostra como e em qual contexto a profissão de professora foi se consolidando no Brasil. Além disso, evidencia os discursos e representações acerca dessa profissão.

Jane Bezerra de Sousa (2015), em sua tese de doutorado *Ser e fazer-se professora no Piauí no século XX: a história de vida de Nevinha Santos*, analisa a profissão docente no Piauí. Por meio da história de vida da professora Nevinha Santos, a pesquisadora traz uma importante colaboração para a história da profissão docente no Piauí, examinando as ideias educacionais que nortearam os professores naquele período, as imagens sociais e as relações sociais e políticas que influenciaram a educação e o ser professor no século XX.

Assim, considerando a relevância dos estudos historiográficos e o permanente diálogo entre abordagens, fontes e sujeitos, esta pesquisa busca investigar a história da profissão docente, especialmente as imagens sociais e condições de trabalho no Piauí por meio de notícias, discursos e mensagens, no período de 1910 a 1946.

Nesse sentido, surgiu o problema de pesquisa que nos guiou no decorrer da investigação: como a profissão docente, especialmente as imagens sociais e condições de trabalho, foi se constituindo no nosso estado por meio de notícias, discursos e mensagens, no período de 1910 a 1946?

Nos discursos feitos por professoras, educadores piauienses e notícias coletadas, que foram utilizados de forma aleatória, conforme fomos encontrando nas fontes utilizadas na análise desta pesquisa se volta mais para a profissão docente primária, embora rapidamente tragam menções sobre a profissão docente secundária.

Como teoria de análise para pesquisa, apontamos a nova História Cultural que possibilitou aos historiadores adentrar em outros matizes da aventura humana no tempo. Concomitantemente, as transformações no campo de pesquisa da História da Educação trouxeram mudanças nos objetos de investigação, metodologias e referenciais teóricos, de modo que os objetos e as fontes foram ampliados e diversificados.

Essa renovação de temas, fontes, sujeitos e objetos, ao se fazerem pesquisas no campo da história, trouxe a visibilidade de muitos sujeitos que foram excluídos na historiografia mundial, uma vez que as histórias até então visíveis eram as de grandes feitos, de “grandes homens”. Assim, excluíram sujeitos que poderiam contribuir com a história, pois, com a Nova História, entende-se que toda experiência humana faz parte do domínio da história. Desse modo, todos os homens são importantes, as experiências de uns não podem ser excluídas em detrimento das experiências de outros.

Além dos sujeitos, ocorreu o alargamento das fontes (antes eram consideradas fontes somente os documentos oficiais, deixando de fora os documentos feitos por pessoas comuns), como também as marcas das experiências das pessoas que se expressam de diversas formas na sociedade: literatura, imagens, jornais, dentre várias outras fontes. De acordo com Burke (2011, p. 11) “[...] a nova história começou a se interessar por virtualmente toda a atividade humana”.

Nesse sentido, os modos de se fazer história na educação se ampliaram, os documentos oficiais são de grande valia. No entanto, as experiências de todos os atores que compõem a escola são importantes para se entender o contexto em que a escola e os sujeitos estão inseridos em um determinado tempo e sociedade.

Os modos de se fazer história na história da educação se ampliam, é assim que nos aventuramos em fazer pesquisa sobre a história da profissão docente, especialmente as imagens sociais e as condições de trabalho, tendo como principais fontes os jornais piauienses. Para Luca (2015, p. 139):

Pode-se admitir, à luz do percurso epistemológico da disciplina e sem implicar a interposição de qualquer limite ou óbice ao uso de jornais e revistas, que a imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno de chegar até o público.

Os periódicos, por muito tempo, não eram considerados fonte confiável; com a nova história cultural, em que a noção de fonte se expandiu, foi possível fazer uso de tais documentos. Desse modo, alicerçamos nossa pesquisa fazendo uso principalmente dos jornais.

Entendendo a importância da pesquisa em história, partimos de alguns questionamentos, como por exemplo: como trabalhar no campo de pesquisa? Quais abordagens e métodos podem ser utilizados? Tais questionamentos serão respondidos no decorrer desta pesquisa histórica.

A natureza que alicerça esta pesquisa é histórica, estabelece interfaces com as ciências da educação, ancorada pela dimensão da nova história cultural no que diz respeito aos métodos e fontes que norteiam esta proposta investigativa. Tendo-se em vista as várias dimensões que abarcam a pesquisa na área de história, faz-se necessária a contextualização acerca da dimensão que a alicerça, pois, segundo Barros (2004, p. 15):

[...] o ser humano, em sua ânsia de melhor compreender o mundo, acaba sendo obrigado a proceder a recortes e a operações simplificadoras, e é neste sentido que devem ser considerados os compartimentos que foram criados pelos próprios historiadores para enquadrar os seus vários tipos de estudos históricos.

Na pesquisa histórica, é notável a multiplicidade de saberes, partindo da premissa de que se faz necessário esclarecer o caminho que intuímos ser viável para trilhar no decorrer desta pesquisa. Assim, dentro do campo histórico, é possível visualizar, como bem coloca Barros (2004, p. 20), “[...] a dimensão (enfoque ou modo de ver); abordagem (modo de fazer) e domínio (sentido específico quanto aos sujeitos que se deseja investigar)”. Tais esclarecimentos são necessários para que o investigador se oriente quanto ao caminho a ser percorrido e para que também, caso seja necessário, relacione-se com outros campos do saber histórico.

Acompanhando esse método, escolhemos o aporte teórico-metodológico da nova história cultural, assim:

Este trabalho segue a linha historiográfica da Nova História Cultural, ou simplesmente História Cultural, que é herdeira da Nova História, corrente historiográfica surgida na França, em 1929, com o movimento dos Annales, exigindo do historiador um posicionamento interdisciplinar, expandindo o campo da história no âmbito das Ciências Sociais, com o alargamento da ideia de fonte e a escolha de novos objetos. Esse novo paradigma historiográfico revolucionou a história tirando de foco os feitos dos grandes homens para mirar nas pessoas comuns e os acontecimentos cotidianos. (REIS, 2017, p. 30)

Quanto ao ponto de vista dos procedimentos técnicos, a pesquisa se fará a partir, principalmente, de fonte hemerográfica (jornais), revistas e mensagens governamentais, pois acreditamos que os periódicos fornecem riqueza de informações de determinado tempo e lugar, além de nos apresentar sujeitos que podem nos esclarecer melhor determinadas lacunas do passado que ainda não foram bem esclarecidas ou que podem ter passadas despercebidas. Barros (2019, p. 15) nos oferece uma definição riquíssima de fonte histórica, conceituando-a como:

Tudo aquilo que, por ter sido produzido pelos seres humanos ou por trazer vestígios de suas ações e interferência, pode nos proporcionar um acesso significativo à compreensão do passado humano e de seus desdobramentos no presente. As fontes são as marcas da história.

São as fontes que nos levam a visitar o passado de uma determinada sociedade e o período em que nosso objeto de estudo estava inserido. Por meio das fontes, encontramos vestígios de um passado que nos permite olhar para o presente de forma diferente, que nos leva a analisar e a dar sentido para as continuidades da história da humanidade.

Assim, as fontes históricas se tornam o ponto central da pesquisa histórica, pois é por meio delas que visitamos o passado, espreitamo-lo, procurando fugir de inúmeras armadilhas que o nosso olhar do presente muitas vezes procura julgar. As fontes são nosso alicerce de investigação. Barros (2019, p. 7) nos diz que:

Para olhar o passado e apreendê-lo de alguma forma — mas, sobretudo para compreendê-lo por dentro, permitindo-nos fazer interpretações adequadas sobre as relações humanas e sociais-, precisamos analisar atentamente os vestígios e tudo o mais que tal passado nos deixou. Esses vestígios, evidências, textos escritos e objetos materiais- capazes tanto de registrar rupturas do passado em relação ao presente como manifestar continuidades entre as duas temporalidades sob formas as mais diversas- são as chamadas “fontes históricas”.

Para olhar o passado e aprendê-lo de alguma forma, como bem ressalta Barros (2019), é necessário saber utilizar as fontes que nos são apresentadas, cabe ao historiador fugir das várias armadilhas para tecer a teia historiográfica.

Nesta pesquisa (em que objetivamos analisar a história da profissão docente, especialmente, as imagens sociais e as condições de trabalho no Piauí, nos anos de 1910 a 1946), os periódicos e as mensagens governamentais se apresentam como fontes importantíssimas para interpretarmos os discursos e as notícias a respeito da profissionalização de professores e professoras daquele período. Os discursos são de professores ou intelectuais da época em estudo, geralmente em solenidades. A análise das fontes, de certa forma, apresentou dificuldades devido o contexto da pandemia COVID-19, dessa forma nem todas as mensagens governamentais foram consultadas, apenas as que foram coletadas previamente.

Busca-se analisar os discursos, uma vez que são carregados de intencionalidade, bem como as relações sociais, econômicas e culturais existentes naquele período, haja vista que, por meio dos periódicos, é possível fazer esta análise, no sentido de procurar contribuir com a história da educação do nosso estado.

Ao utilizarmos os periódicos de 1910 a 1946 como fonte para entender as imagens sociais e as condições de trabalho dos professores no Piauí, faz-se necessário investigarmos a história da fonte utilizada, pois isso nos permite entender a nossa história. Apesar de que, com relação à história dos periódicos piauienses, temos poucas informações a respeito. Desse modo, pesquisamos o corpo editorial para fornecer com algumas informações sobre os jornais que utilizamos como fonte nesta pesquisa.

Com base nessas considerações, podemos fazer algumas indagações: Como e a partir de qual momento histórico este vestígio do passado passou a ser considerado fonte? Quais mudanças nos modos de fazer história favoreceram para que determinado vestígio se tornasse uma fonte histórica?

A partir disso, adentramos um pouco na história dos periódicos como fonte na pesquisa histórica. Percebendo que a prática historiográfica foi se alterando bastante conforme outras fontes foram sendo utilizadas pelo historiador. Para isso, foram necessárias mudanças nos modos de se fazer história, a renovação historiográfica parte de mudanças na sociedade em que alguns historiadores entendem que a vida cotidiana pode alicerçar para a pesquisa histórica, não somente os “grandes homens e os grandes feitos”, mas que toda experiência humana faz parte da história.

Assim, a Nova História Cultural possibilita o alargamento dos modos de fazer história, assim as fontes também são alargadas. Como, por exemplo, o jornal, que por muito tempo não foi utilizado como fonte por não ser considerado confiável e imparcial, como já apontamos anteriormente

Com a Nova História Cultural, em que se ampliou o campo de pesquisa e assim os objetos de estudos, vários sujeitos, que até então eram invisibilizados, começaram a fazer parte do campo de pesquisa em História. A terceira geração dos Annales propunha a renovação do campo de pesquisa em História, com novos objetos, problemas e abordagens, como cita Luca (2015, p. 113):

A face mais evidente do processo de alargamento do campo de preocupação dos historiadores foi a renovação temática imediatamente perceptível pelos títulos de pesquisas que incluíam o inconsciente, o mito, as mentalidades, as práticas culinárias, o corpo, as festas, os filmes, os jovens e as crianças, as mulheres, aspectos do cotidiano, enfim uma miríade de questões antes ausentes do território da História.

Era, portanto, a passagem de uma visão de pesquisa macro para uma visão dos detalhes, do micro, de questões e sujeitos que foram deixados às margens da historiografia. Com tais renovações no campo da pesquisa em história, a imprensa passou a ser objeto de estudo e, desse modo, o jornal também se tornou objeto e fonte da pesquisa histórica. Pesquisar usando jornais era um tanto incerto devido a diversos fatores, como, por exemplo, a intenção e o jogo de poder que estava por trás de quem o noticiava, ou seja, o discurso.

De acordo com a historiografia, a utilização da imprensa como fonte é bastante recente quando se relaciona à própria história da imprensa. No Brasil, a história da imprensa está atrelada à chegada da família real no Brasil, com o Jornal *Gazeta do Rio de Janeiro*, mesmo já existindo um jornal em Londres que circulou no Brasil e se voltava para causas relacionadas ao País (*Correio Braziliense*) e que muitos autores consideram este sendo o primeiro jornal brasileiro. Segundo Martins e Luca (2018, p. 8):

A nação brasileira nasce e cresce com a imprensa. Uma explica a outra. Amadurecem juntas. Os primeiros periódicos iriam assistir à transformação da Colônia em Império e participar intensamente do processo. A imprensa é, a um só tempo, objeto e sujeito da história brasileira. Tem certidão de nascimento lavrada em 1808, mas também é veículo para a reconstrução do passado.

Assim, é notória a importância da imprensa no sentido de ser veículo e testemunho de diferentes tipos de governo, dos progressos, recuos, continuidades e descontinuidades. Além dos sujeitos que apareciam na imprensa, pode-se observar os sujeitos que não estampavam as páginas dos periódicos. Entre o que é falado e o não falado, existe uma lacuna digna de ser investigada. A imprensa brasileira tem seu fluxo marcado pela história da nação brasileira e relacionada diretamente com o viés político, social, cultural, social e econômico do País.

Desse modo, a imprensa foi se alterando em forma e conteúdo, de acordo com a sociedade que se apresentou em cada período. As pesquisadoras Martins e Luca (2018) fazem um estudo, de forma sucinta e clara, a respeito das fases da imprensa no Brasil desde os primórdios até o tempo presente.

Segundo as autoras, no período embrionário dos impressos no Brasil, surge a chamada opinião pública, esta, por sua vez, apesar de ser um termo abstrato, fazia-se representar e materializar por meio de ideias e opiniões emitidas por pessoas letradas com o poder de influenciar os consumidores/leitores dos periódicos. De acordo com Morel (2018, p. 33):

Diante do poder absolutista, havia um público letrado que, fazendo uso público da razão, construía leis morais, abstratas e gerais, que se tornavam uma fonte de crítica do poder e de consolidação de uma nova legitimidade política. Ou seja, a opinião com pesos para influir nos negócios públicos, ultrapassando os limites do julgamento privado.

A opinião pública que se manifestava por meio dos impressos, circulando nos principais polos políticos e, principalmente, em pequeno círculo de leitores fazia da imprensa campo de poder e de privilégio, sobretudo, quando se trata do público letrado do período.

O primeiro momento considerado por alguns autores como a “imprensa artesanal”, ou seja, os impressos feitos de maneira mais manual e com poucos exemplares em circulação, foi se transformando e acompanhando o percurso que a sociedade brasileira passou. Vale pontuar que, de acordo com Morel (2018, p. 36):

Nessa primeira geração da imprensa brasileira não havia incompatibilidade entre o local, o nacional e internacional, nem entre as dimensões opinativas e informativas: o cotidiano e questões locais misturavam-se com discussões doutrinárias dos rumos que o Estado e nação deveriam tomar, ao lado de notícias nacionais, internacionais e interprovinciais.

Com a mudança política, do Império para República, emergiram novas tendências e anseios pela modernidade. Assim, com a possibilidade de inserção de utensílios modernos,

com a luz elétrica e com os novos meios de locomoção, um novo rol de possibilidades se ampliou também para o campo dos impressos.

O aparato físico possibilitou melhor qualidade, ou seja, as inovações, como a luz elétrica, os bondes, criações de rodovias, dentre outras mudanças, possibilitaram uma maior tiragem e circulação dos impressos. Além da forma, o conteúdo dos impressos foram se modificando e se moldando ao que era pertinente em cada período. De acordo com Eleutério (2018, p. 83):

O advento e o transcorrer da chamada Primeira República (1889-1930) trouxeram uma imprensa que se diversificava. A política mantinha seu espaço, mas o crescimento urbano propiciava o ímpeto de se reportar novos focos de notícia, fosse aquele do bordão republicano ‘O Brasil Civiliza-se’ ou as diferentes práticas culturais de uma sociedade em busca do progresso. Naquelas páginas estampou-se nossa Belle Époque.

Nos primeiros anos do século XX, ainda havia um país dividido entre os que defendiam o império e os que ansiavam pela República, de modo que as mudanças mais significativas começam a desabrochar nas primeiras décadas do século XX.

Nos trilhos das mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais, a imprensa também se diversificou ampliando os gêneros e temáticas dos impressos no momento em que o “moderno” estava em alta. Os novos arranjos e possibilidades se reportavam e manifestavam a partir desse meio de disseminação de ideias.

Outras vozes também começaram a ecoar na imprensa como, por exemplo, vozes femininas, operárias, com a chamada imprensa militante que se manifestava na defesa dos direitos dos trabalhadores frente às explorações sofridas.

Assim, nas primeiras décadas do século XX, a imprensa foi se expandindo à medida que novas tecnologias e artefatos modernos foram possibilitando uma nova roupagem e maior circulação. De acordo com Luca (2018, p. 150):

Esse amplo rol de transformações, aliado aos artefatos modernos e aos novos meios de comunicação que invadiam o cotidiano – carros, bondes elétricos, cinema, máquinas fotográficas portáteis, máquinas de escrever, fonógrafos, publicidade e, nos anos 1920, o rádio, delineavam tanto uma paisagem marcada pela presença de objetos técnicos como configuravam outras possibilidades, subjetividades e formas de convívio social. Eficiência, pressa, velocidade e mobilidade tornaram-se marcas distintivas do modo de vida urbano, e a imprensa tornou parte ativa nesse processo de aceleração.

Dessa forma, a imprensa foi e é parte ativa dos processos amplos de cada sociedade, veicula e acompanha as transformações de cada momento. Na década de 1930, outro modelo político se instalou no Brasil, assim, outro percurso tomou parte do caminho que a imprensa estava seguindo. Começou, então, o processo de restrições sobre o que deveria ou não ser veiculado e informado. Com a instauração do Estado Novo, Luca (2018, p.172) afirma que:

Diante da nova ordenação jurídica, impressos periódicos foram obrigados a se registrar no DIP e as estimativas indicam que cerca de 30% não conseguiu obter a necessária autorização e deixou de circular. À exigência de mesma natureza a se submetiam os que trabalhavam como jornalistas, norma ainda mais legitimada sob a justificativa de que agora exerciam função de caráter público.

Nesse sentido, a imprensa afetava e era afetada pela política vigente. Diante do exposto, fica evidente a sua importância como objeto e fonte de pesquisa. A expansão ou não liberdade de expressão jornalística pode dizer muito sobre a sociedade.

Achamos importante também realizar estudos sobre a história da imprensa no Piauí e iniciamos fazendo uma análise a partir de Celso Pinheiro Filho (2017), apontando que se passou quase cem anos para se definir qual teria sido o primeiro jornal piauiense, de acordo com alguns historiadores seria o *Telégrafo* (1839), na pesquisa de Joel Oliveira é que se definiu *O Piauiense* (1832) como o primeiro jornal do Piauí, instalado em Oeiras.

Nessa primeira fase da imprensa, que foi bastante irregular, a instrução também estava dando os primeiros passos, por mais que “[...] em todo o período colonial nunca houve falta de letrados, filhos da terra, para os encargos burocráticos da administração, das igrejas, dos cartórios e dos quartéis”. De acordo com Pinheiro (2017, p. 15), “Em 1832, ano em que surgia o primeiro jornal no Piauí, havia cinco escolas, ou cadeiras: duas em Oeiras, a capital, uma em Campo Maior, uma em Valença e outra em Parnaíba.”

Com base em Pinheiro (2017, p. 97):

O primeiro jornal a circular no Piauí após a proclamação da República, dentro dos moldes ideológicos do novo regime, foi o *Oitenta e Nove*, a 23-11-1889, somente oito dias após o fato. Saiu como a segunda fase do famoso jornal de Davi Caldas, e sob a orientação do filho deste, Focion Caldas. Pouco duros e quase nenhuma influência teve na opinião pública.

Quando se trata da história da imprensa piauiense, percebemos a necessidade de mais trabalhos sobre a temática. A pesquisa de Celso Pinheiro (2017) se torna fundamental, como também a de Francisco Alcides do Nascimento (2015), que, apesar de não tratar propriamente

sobre a imprensa, traz contribuições sobre a cidade e o processo de modernização no período do Estado novo. Assim, aprofundarmo-nos sobre a história de cada jornal e os grupos a que pertencia se torna desafiador.

Os jornais tinham uma função social relevante no que diz respeito à acessibilidade com o mundo das letras, tanto para os leitores como para os escritores, tornando-se um espaço de maior acessibilidade para a difusão da literatura. Para Pinheiro (2017, p. 122): “Vários de nossos escritores ilustres que, em vida, nunca puderam publicar suas obras, têm hoje de ser procurados em velhas coleções de jornais e revistas”.

Consoante Pinheiro (2017, p. 141), sobre o período em que foi oficializada a Escola Normal no Piauí (1910):

Esta foi a época mais fecunda no aparecimento de jornais e revistas literárias, do mais alto gabarito, entre as quais destacaram-se: Litericultura (1912), revista redigida por Abdias Neves, Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e João Pinheiro; Cidade Verde (1912), de Zito Batista; Revista da Academia Piauiense de Letras (1918), e Revista do Instituto Histórico e geográfico Piauiense (1920).

Na revista Litericultura, encontramos o discurso de Antonino Freire na formatura da primeira turma de Normalista do Piauí. Nesse discurso, várias nuances são apontadas sobre a educação, a exemplo da imagem social do magistério naquele período, além de ser um discurso carregado de intensidade e paixão pelas letras e literatura, pontuando a importância do impresso na difusão das ideias daquele período.

No período inicial da pesquisa, os jornais/revistas pesquisados foram na ordem cronológica: Semana (1910); Litericultura (1913); Diário do Piauí (1914); Alto Longá (1917); O Nordeste (1919); O Piauí (1921); A Luz (1930) e, a partir de 1930, o Diário Oficial. De acordo com Nascimento (2015, p. 56):

Durante o período estadonovista apenas dois jornais tiveram circulação regular: o *Diário Oficial* e o *Gazeta*. O primeiro, que, em tese, deveria dedicar-se apenas à publicação dos atos oficiais do governo, transformou-se em diário informativo. Essa postura é justificada pelo corpo editorial como uma necessidade que a cidade tinha em decorrência do pequeno número de diários que circulavam.

A censura e o controle fizeram parte de todo o Estado Novo, período este que compreende boa parte desta pesquisa. Assim, como construção discursiva, no campo da

história, o jornal tornou-se objeto de grande relevância, uma vez que diversos sujeitos estampavam as notícias, assim Nóvoa (2002, p. 14), menciona:

Homens e mulheres leigos e religiosos, intelectuais e universitários técnicos e políticos acadêmicos das mais variadas proveniências (psicólogos, sociólogos, médicos, etc.), pais e alunos, membros de muitas profissões e, acima de tudo professores, estão presentes nas páginas de jornais.

Tendo em vista a multiplicidade de sujeitos presentes nas páginas de jornais, percebemos a importância de pesquisar por meio deles. Luca (2015, p. 140-141) aponta alguns caminhos que o pesquisador deve seguir:

Identificar cuidadosamente o grupo responsável pela linha editorial, estabelecer os colaboradores mais assíduos, atentar para a escolha do título e para os textos programáticos, que dão conta de intenções e expectativas, além de fornecer pistas a respeito da leitura de passado e de futuro compartilhada por seus propugnadores. Igualmente importante é inquirir sobre suas ligações cotidianas com diferentes poderes e interesses financeiros, aí incluídos os de caráter publicitário. Recorrer a outras fontes de informação para dar conta do processo que envolveu a organização, o lançamento e a manutenção do periódico.

Portanto, a utilização da imprensa como fonte de pesquisa requer do pesquisador um olhar minucioso e crítico, analisando não somente os jornais, mas o lugar e o período em que tal notícia foi publicada, considerando o discurso, o meio, o período, os sujeitos envolvidos e, principalmente, os interesses por trás de cada notícia.

Segundo Barros (2019, p.180), “[...] os periódicos são todos aqueles tipos de publicação impressa postos a circular publicamente com algum tipo de periodicidade, seja diária, semanal, anual ou qualquer outra”. Nesta pesquisa, utilizamos revistas, mensagens governamentais, mas nos alicerçamos, sobretudo, em discursos e notícias jornalísticas. Para Barros (2019, p. 190):

A utilização do jornal como fonte histórica é: relevante para compreender diversificados aspectos da vida social, do mundo político ou da cultura partilhados através de uma miríade de objetos de estudo. O que adentra o cenário da historiografia nos anos de 1980, elevando os periódicos a uma posição equivalente àquelas que diversas outras fontes já ocupavam na palheta historiográfica.

Nas primeiras pesquisas realizadas por meio dos jornais piauienses, percebemos como a instituição “Escola” estava presente nos impressos, bem como os sujeitos escolares, a

exemplo de professores e alunos. Tais Instituições de ensino tinham grande respaldo na sociedade, como a Escola Normal, o Liceu Piauiense, Colégio Sagrado Coração de Jesus, entre outras. Evidenciando o poder da imprensa em uma determinada sociedade e de um determinado período, Fischer (2005, p. 72) nos diz que:

De certo modo, o poder da imprensa parece definir o que é preciso que seja dito, o que é preciso que seja acreditado, o que precisa ser feito. Toma lugar neste espaço um imenso discurso da ordem, uma espécie de ortodoxia. Os jornais não necessitam de argumentação derivada da ciência, já que falam em nome da realidade.

O cruzamento das notícias e os discursos ali contidos, chama-nos para uma análise da sociedade de maneira geral. Com isso, podemos afirmar que o jornal na função de documento também se torna monumento, com o alargamento documental produzido a partir da década de 1960 do século XX. Segundo Le Goff (2003, p. 531):

Essa revolução é, ao mesmo tempo, quantitativa e qualitativa. O interesse da memória coletiva e da história já não se cristaliza exclusivamente sobre os grandes homens, os acontecimentos, a história que avança depressa, a história política, diplomática, militar. Interessa-se por todos os homens, suscita uma nova hierarquia mais ou menos implícita dos documentos; [...].

A renovação historiográfica, além de alargar os sujeitos e objetos, já não se interessa pelos grandes feitos, mas por todos os homens. Uma vez que o micro e o macro estão estritamente ligados. Nesse contexto de alargamento, imprensa e profissão docente se entrelaçam, pois a imprensa passou a ser utilizada como objeto de pesquisa a partir dessa renovação de fontes, de métodos e de novos sujeitos que até então não faziam parte dos estudos historiográficos.

Diante do exposto, apresentamos um quadro com as referências das notícias, discursos, mensagens e relatórios encontrados principalmente nos jornais piauienses.

Quadro 1 – Notícias, discursos e mensagens (1910-1946)

ORDEM	JORNAL/REVISTA /MENSAGEM /GOVERNAMENTAL	NOTÍCIA	DATA	Nº	º	ÁG.	AUTOR
1	Correio de Oeiras	O homem e a mulher	Oeiras, 28 de fevereiro de 1910	I			Victor Hugo

ORDEM	JORNAL/REVISTA /MENSAGEM /GOVERNAMENTAL	NOTÍCIA	DATA	Nº	º	ÁG.	AUTOR
2	Semana	Instrução primaria	Parnahyba, Piauí, 29 de julho de 1910				
3	Diário do Piauhys	Nomeação de professoras	Terça- feira, 18 de fevereiro de 1913				
4	Diário do Piauhys	Diplomadas Pela Escola Normal	Therezina, Piauí, 19 de fevereiro de 1913	II	1		
5	Litericultura	A mulher na escola primária	Therezina, 30 de abril de 1913			93– 201	Antonino Freire
6	Diário do Piauhys	Escola Normal	Therezina, 4 de junho de 1914	V	5		
7	Diário do Piauhys	Relatório	Therezina, sexta-feira, 5 de junho de 1914	V	26		Luiz de Moraes Correia
8	Diário do Piauhys	Relatório	Therezina, sábado, 6 de junho de 1914	V	27		Luiz de Moraes Correia
9	Alto Longá	A Instrução	Agosto de 1917				
10	O Nordeste	Escola Normal	Teresina, PI, 6 de dezembro de 1919				
11	Mensagem governamental		Therezina, Piauhys, 1º de junho de 1920			6-43	Eurípedes Clementino Aguiar
12	O Piauhys	AINDA pela Instrução	Teresina, 11 de agosto de 1921		97		
13	O Piauhys	Escola Normal	Teresina, 20 de				Jandira Campelo

ORDEM	JORNAL/REVISTA /MENSAGEM /GOVERNAMENTAL	NOTÍCIA	DATA	Nº	º	ÁG.	AUTOR
			janeiro de 1925				
14	Mensagem Governamental	Mensagem Governamental	Teresina, 1 de junho de 1929			1	João de Deus Pires Leal
15	O Piauí	A Instrução no Piauí	Theresina, quinta-feira, 4 de julho de 1929	XXIX	45		
16	A Luz	Instrução	Floriano, 5 de novembro de 1930	I			
17	A Luz	Para o progresso	Floriano, 4 de dezembro de 1930	1			José Guimarães Moreira
18	Diário Oficial	Docência primária	5 de março de 1932	II	5		
19	Diário Oficial	Professores primários	7 de março de 1932	II	6		
20	Diário Oficial	Exposição apresentada ao Sr. Dr. Getúlio Vargas	7 de março 1932	II	6		
21	Diário Oficial	Censo Escolar	Teresina, 29 de março de 1932	II	3		
22	Diário Oficial	Escola Normal	26 de julho de 1933	III	65		
23	Diário Oficial	Relatório	Teresina, 25 de agosto de 1933	II	91		Landri Sales
24	Diário Oficial	Grupo Escolar “João Costa”	Sexta-feira, 8 de setembro de 1933	III	02		

ORDEM	JORNAL/REVISTA /MENSAGEM /GOVERNAMENTAL	NOTÍCIA	DATA	Nº	º	ÁG.	AUTOR
25	Mensagem — Piahy						Leônidas de Castro de Mello
26	O Momento	A semana da criança	Teresina, 10 de outubro de 1937	V	52		Maria Gonçalves Vilhena
27	Relatório- Imprensa Oficial.	Edificação escolar.	Teresina, 1938			5	Leônidas Castro de Melo
28	Monitor Comercial	Profissão Nobre	Teresina, agosto de 1939	III			
29	Vanguarda	Discurso	5 de novembro de 1939	I			Maria Cacilda Ribeiro Gonçalves
30	Relatório- Imprensa Oficial.	O ensino no Piauí	Teresina, 1940			5	Leônidas Castro de Melo
31	O Fanal — Mensário Escolar	A Escola	Oeiras, 31 de março de 1940	I			
32	Relatório- Imprensa Oficial.	Matrícula	Teresina, 1943			4	Leônidas Castro de Melo
33	A Escola	O mestre - artífice da educação.	Teresina, ano 6, n. 9, p. 1, 15 Maio 1943	6			Raimunda Nonnata dos Reis
34	A Escola	Discurso	Teresina, 15 de maio de 1943	6			Zenóbia Ribeiro
35	Gente Nova	A missão	20 de jul. 1946				

Fonte: Elaboração própria.

As informações a respeito de cada jornal em que utilizamos como fonte se restringiu ao que foi disposto na primeira página do corpo editorial. Desse modo, procuramos deixar registrado de forma detalhada o pouco que sabemos sobre cada jornal.

Quadro 2- Jornais

ORDEM	JORNAL/ REVISTA	DIRETOR REDATOR	CIDADE	CIRCULAÇÃO	VALOR
1	Correio de Oeiras	Diretor: João Soares Gerente: Orlando Barbosa de Carvalho	Oeiras Piauí		
2	Alto Longá	Redactor-gerente: F. Alencar; Redactor-auxiliar: F. Assis; Redactor-secretário: A. Castro, tendo como representante em Teresina Jonathas Batista.	Alto Longa no Piauí	Circulava uma vez por mês	Custava para fora, por três meses, 1\$000 e o valor avulso \$100.
3	O Piauihy - Órgão Oficial dos Poderes do Estado	Máximo Ferreira	Localizado na praça Rio Branco, Teresina Piauí		
4	A Luz - (Orgam das Classes Estudantinas no Lyceu de Floriano)	Diretor: J. Moreira; gerente: P. Silva; Redactor-chefe: A. Bucar; secretário: R. Soares; Redatores: R. W. Reis, R. Cavalcante, L. Parente, C. Ferraz Vianna Carvalho A notícia utilizada na pesquisa foi escrita por José Guimarães Moreira.	Floriano-Piauí		
5	Revista A Litericultura	Abdias Neves		Publicação Mensal	Os valores eram dispostos dessa forma: um ano para a capital (10\$000); para o interior, outros estados e estrangeiro (12\$000), número avulso (1\$000).
6	Diário do Piauihy		Em Teresina na praça Rio Branco nº 37		

7	O Nordeste	Jonathas Batista	Rua Olavo Bilac em Teresina-Piauí		
8	Semana	Era organizado por redatores diversos	Praça da Matriz em Parnaíba/Piauí		
9	Fanal Era um mensário escolar da cidade de Oeiras, com os nomes de duas escolas na primeira página, o grupo escolar Costa Alvarenga e Escolas Reunidas Armando Burlamaqui, o que leva a crer que era formado por estas duas escolas.				
10	O Momento	Tinha como diretores: Gayoso e Almendra e Pires Chaves; redatores: Lindolpho do Rêgo Monteiro, João Emílio, Britto Mello e Heraclito Souza; e redator-gerente: Cunha Pereira.	Teresina-Piauí		
11	Monitor Comercial	Diretor o Dr. João Bastos.	Rua São José, em Teresina-Piauí.		
12	A Escola – Órgão dos alunos da “Escola Normal Oficial”	Redator-chefe: Raimundo N. dos Reis; redatora: Maria do Carmo T. Gonçalves; gerente: Luiz Braga da Silva; e diretor: Gabriel Rodrigues.	Localizada em Teresina-Piauí.		
13	Gente Nova – Órgão do Grêmio Litero-musical – Mons-Constatino Boson, do colégio	José Ribamar Pachêco.			

	São Francisco de Sales.				
--	-------------------------	--	--	--	--

Fonte: Elaboração própria.

Alicerçamo-nos nos periódicos como fontes essenciais em nossa pesquisa, pois acreditamos que estes podem nos revelar nuances que podem ter passado despercebidas; o modo de pensar do período em estudo, tendo em vista que o cotidiano está presente nas notícias jornalísticas; os modos de ver e de pensar a realidade com base nos discursos, que podem ter grande poder de influenciar a sociedade; e o imperativo de um determinado momento.

Cabe ressaltar que esta pesquisa não tem como fonte apenas os jornais, mas também mensagens governamentais, que se apresentam como um documento formal exposto por governadores e interventores e possuem o objetivo de demonstrar o viés ideológico e político da situação, sendo, portanto, uma fonte de registros de informações importantes a respeito de vários aspectos da sociedade vigente. As informações e dados contidos nas mensagens governamentais podem confirmar ou confrontar os dados e acontecimentos históricos.

Os discursos aqui utilizados como fontes se referem às falas emitidas por professores, professoras, jornalistas e autoridades governamentais que foram publicados nos jornais a respeito da educação no Piauí. Desse modo, acreditamos que os periódicos são fontes importantíssimas para compreendermos as imagens sociais e as condições de trabalho dos professores de 1910 a 1946. Além dos jornais, que são as fontes em maior quantidade, também analisaremos as mensagens governamentais e revistas que tratam sobre a educação no Piauí.

A coleta de dados foi realizada no Arquivo Público do Piauí – Casa Anísio Brito, em Teresina, que é um local que guarda a história e a memória de muitos sujeitos piauienses que contribuíram com acontecimentos sociais passados, de maneira a favorecer a compreensão do presente, pois:

O arquivo age como um desnudamento; encolhidos em algumas linhas, aparecem não apenas o inacessível como também o vivo. Fragmentos de verdade até então retidos saltam à vista: ofuscantes de nitidez e de credibilidade. Sem dúvida, a descoberta do arquivo é um maná que se oferece, justificando plenamente seu nome: fonte. (FARGE, 2009, p. 15)

O arquivo, portanto, guarda memórias e história de um povo, de um determinado tempo e período. As fontes utilizadas neste trabalho podem ser encontradas no Arquivo Público do estado do Piauí e outras no acervo virtual do jornalismo piauiense¹. Após a coleta de dados, os documentos foram analisados e comparados com leituras sobre a história da educação brasileira e piauiense.

Os capítulos seguintes guiam de forma mais aprofundada aos objetivos propostos no início desta pesquisa. O Capítulo 2, intitulado “Apontamentos sobre a História da Profissão docente no Brasil e no Piauí”, é um capítulo teórico em que procuramos trazer as contribuições historiográficas a respeito da profissão docente no Brasil e no Piauí, realizamos uma análise da feminização do magistério nos anos iniciais da República, como também sobre a história da formação de professores.

O capítulo 3 “Educação, Sociedade e Imprensa” faz um apanhado sobre a sociedade brasileira e os acontecimentos que influenciaram a educação, a profissão docente e a imprensa, dialogando com as mudanças políticas, sociais, culturais e econômicas e a relação com a história da imprensa no período em análise.

O capítulo 4 apresenta a empiria com os discursos dos governantes do período, bem como as vozes dos professores e menções referentes às imagens sociais de ser professor de 1910 a 1946, como também as condições de trabalho dos professores, apontadas, principalmente, na imprensa piauiense.

Com esta pesquisa, procuramos contribuir com dados sobre a história da profissão docente em nosso estado, especialmente a respeito das imagens sociais e condições de trabalho dos professores, tendo como principal fonte os jornais piauienses.

Parte desta pesquisa foi desenvolvida em contexto de pandemia em razão da COVID 19, o que dificultou o acesso ao arquivo e bibliotecas públicas, uma vez que muitos dos livros aqui utilizados eram de empréstimos das bibliotecas da Universidade Federal do Piauí, além de vários outros fatores que vieram à tona com o isolamento social, que inclusive alterou toda uma rotina de vida e de estudos. Fazer pesquisa no contexto de pandemia, assim como todos os aspectos da vida neste período, foi extremamente desafiador.

¹ Fonte: <http://memoriadojornalismopi.com.br/>

2 APONTAMENTOS SOBRE A HISTÓRIA DA PROFISSÃO DOCENTE NO BRASIL E NO PIAUÍ

Este capítulo tratará sobre a história da profissão docente em nível nacional e estadual, apontando leis, instituições formadoras, relações políticas, sociais e culturais que possam contribuir para a compreensão de como a profissão docente foi se constituindo no Brasil e no Piauí.

As pesquisadoras Vicentini e Lugli (2009) apontam que a profissão docente no Brasil e a forma como cada estado organizou seu sistema de instrução tiveram ritmos variados, considerando vários fatores como a economia, a política, a sociedade e a cultura de cada região, tendo em vista o vasto território brasileiro e as especificidades de cada região.

No entanto, Catani (2000) corrobora com a ideia de que apesar dos ritmos diferenciados em cada estado brasileiro, nos séculos XIX e início do século XX, o exercício do magistério nos vários estados do País eram pouco animadores. Levando-se a compreender que, nesse momento de transição política e ideológica, as ideias eram fecundas e de muito entusiasmo, mas, efetivamente, um longo caminho seria percorrido para que os professores, como categoria profissional, e as condições reais de trabalho (formação, salários, condições materiais do exercício docente) se materializasse.

Questões em relação à formação dos professores e a educação de maneira mais ampla se tornaram perceptíveis, principalmente no final do século XIX e início do século XX, pois nessa época ocorreu a proclamação da República e todas as questões imbricadas nesse processo de mudanças políticas e ideológicas que o Brasil passou, como, por exemplo, a oligarquia (marco histórico das primeiras décadas republicanas), que colocou em evidência econômica e política alguns estados brasileiros e, de certa forma, excluiu os outros estados do País.

Não se pode pensar e analisar a educação sem levar em conta os fatores macrossociais como a política, a economia, a sociedade e as relações internacionais, que constituem o todo. Assim, a história da profissão docente no Brasil foi marcada por essas questões, como bem pontua Catani (2000, p. 593):

A maneira pela qual cada estado organizou seu próprio sistema de instrução tem ritmos e características bem peculiares. De modo geral, as descrições feitas a propósito do exercício do magistério nos vários estados são pouco otimistas quanto às condições nas quais o trabalho era exercido no final do século XIX e início do XX.

A profissão docente no Brasil teve ritmos diferentes, mas também, de maneira geral, muitas semelhanças, no sentido de galgar o êxito desejado. Assim, a preocupação com a formação dos professores se tornou pauta pertinente no final do século XIX e início do XX, tendo em vista a falta de pessoas preparadas para o ofício do magistério mediante um contingente populacional enorme de pessoas analfabetas.

Para uma sociedade ansiosa por modernidade, não cabia um contingente tão grande de pessoas sem saber ler e escrever. Além disso, o letramento da população foi tomando uma necessidade maior à medida que as cidades se tornaram polos de desenvolvimento econômico.

2.1 História da profissão docente e a formação de professores

Para se analisar a história da profissão docente no Brasil e o processo em que os docentes vieram a se tornar classe profissional, é preciso compreender as categorias que entrelaçam a profissão docente, como: a história da formação docente; as condições de trabalho a que esses profissionais estiveram sujeitos no decorrer da história dos professores no País; as reivindicações e os movimentos sindicais que os professores fizeram enquanto categoria profissional, assim como as imagens sociais ou representações que a sociedade e os próprios docentes foram criando acerca de sua profissão. Conforme interpretações a partir de Vicentini e Lugli (2009), essas são categorias de análise importantes para se compreender a história da profissão docente no Brasil.

Nesse sentido, é necessário revisitarmos a história da formação de professores para compreendermos o contexto, social e político, assim como a teia de relações que direcionaram a profissão docente no Brasil desde seu surgimento.

As primeiras instituições com o intuito de formar professores surgiram no período imperial quando Pombal, influenciado pelas ideias iluministas, acreditava que a educação deveria ser oferecida pelo estado. Nesse sentido, a profissionalização da docência ocorreu devido a mudanças políticas e sociais que alteraram os moldes educacionais existentes em Portugal.

O iluminismo influenciou de forma significativa as ideias sobre a instrução pública nas terras de domínio português. Conforme Saviani (2004, p. 17):

As reformas pombalinas contrapõem-se ao predomínio das ideias religiosas e, com base nas ideias laicas inspiradas no Iluminismo, instituem o privilégio do Estado em matéria de instrução, surgindo, assim, a nossa versão da ‘educação pública estatal’. Mas também nesse caso a responsabilidade do

Estado se limitava ao pagamento do salário do professor e às diretrizes curriculares da matéria a ser ensinada, deixando a cargo do próprio professor a provisão das condições materiais relativas ao local, geralmente sua própria casa, e à sua infraestrutura, assim como aos recursos pedagógicos a serem utilizados o desenvolvimento do ensino.

Mesmo com a falta de sucesso das primeiras iniciativas das aulas régias em Portugal e em suas colônias por vários fatores (como falta de infraestrutura e a própria organização das aulas), posteriormente os aspectos relacionados à escola moderna e à estatização da instrução contribuíram diretamente para a formação de um corpo docente com formação específica para atender a uma demanda que se fazia presente diante das mudanças sociais que se apresentavam no final do século XVIII e no início do século XIX. Ao analisar a profissionalização docente em Portugal, Nóvoa (1986, p. 423) nos diz que:

Durante o século XIX, educação torna-se praticamente sinônimo de escolarização. Este facto, conjugado com o papel preponderante que é concedido ao professor na organização do acto educativo, explica que o tema central dos discursos pedagógicos da época seja a preparação adequada do corpo docente, através da instituição de um sistema de formação de professores.

Segundo Nóvoa (1986, p.416), o processo de profissionalização docente é embrionário de pontos importantes: estatuto social e econômico dos professores com um corpo de conhecimentos e técnicas específicas; conjuntos de normas e de valores que passaram a nortear a docência como profissão, pautados no exercício do magistério “como ocupação principal da atividade docente; [...] estabelecimento de um suporte legal para o exercício da atividade docente; [...] criações de instituições específicas para a formação de professores e [...] a constituição de associações profissionais de professores”. Esses são, segundo o autor, pontos cruciais para se compreender a profissionalização da docência.

Na história da educação brasileira, a profissionalização docente começa a ser vista como uma categoria profissional a partir do século XIX, quando se percebeu a necessidade de formar profissionais para atuarem no ensino primário. Segundo Tanuri (2000, p. 62):

A Lei de 15/10/1827, que “manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império”, também estabelece exames de seleção para mestres e mestras, embora num movimentado debate na Câmara muitos parlamentares tenham solicitado dispensa das mulheres dos referidos exames.

Com a exigência legal para instalação de escolas de primeiras letras, surgiu a necessidade de pessoal habilitado para o exercício do magistério primário, foi nesse cenário que as primeiras escolas para formação de professores foram instaladas no Brasil.

Os primeiros estabelecimentos de ensino direcionados para a formação de professores com saberes específicos voltados para o campo do saber da docência foi um marco importantíssimo para a constituição da profissão docente. Segundo Tanuri (2000, p. 62):

O estabelecimento das escolas destinadas ao preparo específico dos professores para o exercício de suas funções está ligado à institucionalização da instrução pública no mundo moderno, ou seja, à implementação das ideias liberais de secularização e extensão do ensino primário a todas as camadas da população.

É importante ressaltar que, antes de haver instituições de formação de professores, havia preocupação com a seleção de professores, ou seja, professores sem formação específica, mas que possuíam conhecimentos básicos de leitura e de escrita, eram selecionados para exercerem o magistério.

Nesse contexto, as primeiras alternativas de preparação docente no Brasil foram: as escolas de ensino mútuo, posteriormente o sistema de professores-adjuntos, que eram cursos voltados para uma formação mais prática. Segundo Tanuri (2000, p. 63), essas escolas tinham a preocupação:

Não somente de ensinar as primeiras letras, mas de preparar docentes, instruindo-os no domínio do método. Essa foi realmente a primeira forma de preparação de professores, forma exclusivamente prática, sem qualquer base teórica, que aliás seria retomada pelo estabelecimento de “professores adjuntos”. Em 1º de março de 1823, um Decreto “cria uma escola de primeiras letras pelo método de ensino mútuo para instrução das corporações militares”. Algumas decisões posteriores indicam que a referida escola funcionou também com o objetivo de instruir pessoas acerca do método de Lancaster. Ademais, a Lei de 15/10/1827 consagra a instituição do ensino mútuo no Brasil, dispondo, em seu art. 5º, que “os professores que não tiverem a necessária instrução deste ensino irão instruir-se em curto prazo e à custa de seus ordenados nas escolas da Capital”.

A primeira iniciativa no Brasil para a preparação de professores ocorreu nas escolas de ensino mútuo, posteriormente, mais precisamente em 1835, começou a funcionar a primeira Escola Normal no Brasil, na província do Rio de Janeiro, em Niterói. Por algum tempo, estas duas alternativas funcionaram de forma paralela, a princípio a Escola Normal não se

consolidou no País, passando por sucessivas aberturas e trancamentos dos cursos, de acordo com Tanuri (2000).

Algumas questões são levantadas no que diz respeito à instabilidade de funcionamento das primeiras Escolas Normais no Brasil, a falta de infraestrutura econômica para sustentar os cursos, como também a falta de interesse da população pela formação para ser professor são algumas dessas causas. Para Tanuri (2000, p. 65):

Provavelmente, a reduzida capacidade de absorção das primeiras escolas normais foi devida não apenas às suas deficiências didáticas, mas sobretudo à falta de interesse da população pela profissão docente, acarretada pelos míseros atrativos financeiros que o magistério primário oferecia e pelo pouco apreço de que gozava, a julgar pelos depoimentos da época. Acrescente-se ainda a ausência de compreensão acerca da necessidade de formação específica dos docentes de primeiras letras.

Assim, as primeiras iniciativas da Escola Normal foram de desprestígio por boa parte da população e dos governantes da época. Desse modo, Tanuri (2000, p. 65) acrescenta: “Pode-se pois dizer que nos primeiros 50 anos do Império, as poucas escolas normais do Brasil, pautadas nos moldes de medíocres escolas primárias, não foram além de ensaios rudimentares e mal sucedidos”.

Por conseguinte, uma maior preocupação com a formação dos professores se deu nos últimos anos do império. Acrescido a isso, nos anos finais do império, também ocorreu maior abertura para as mulheres nas Escolas Normais e nos cursos primários.

Paralelamente à valorização das escolas normais, ocorre também enriquecimento de seu currículo, ampliação dos requisitos para ingresso e sua abertura ao elemento feminino. As primeiras escolas normais — de Niterói, Bahia, São Paulo, Pernambuco, entre outras — foram destinadas exclusivamente aos elementos do sexo masculino, simplesmente excluindo-se as mulheres ou prevendo-se a futura criação de escolas normais femininas. Aliás, mecanismos de exclusão refletiam-se mesmo na escola primária, onde o currículo para o sexo feminino era mais reduzido e diferenciado, contemplando o domínio de trabalhos domésticos. (TANURI, 2000, p. 66).

Uma das grandes marcas na história da profissão docente em nível primário foi a feminização do magistério. No entanto, nas primeiras iniciativas para a formação de professores as mulheres eram excluídas, devido a fatores sociais e culturais da época, nos anos finais do império e, nos anos posteriores, a abertura para o sexo feminino nestas instituições ocorre por diversos fatores.

Segundo Louro (2004), professora primária se associa à ideia de extensão do lar e da maternidade. Assim, tornou-se uma profissão que não concorria diretamente com as profissões que se destinava aos homens. Outro fator é que os homens não demonstravam tanto interesse em ser professor primário, pois não era um trabalho muito rentável. Assim, a procura por homens para este curso não era das mais calorosas. Isso abre espaço para a inserção da mulher na profissão docente.

Vicentini e Lugli (2009) fazem um estudo sobre a história da profissão docente no Brasil, as autoras entendem que, quando se trata de profissionalização dos professores brasileiros, um dos aspectos importantes a ser levado em conta é o fato de que o ensino no Brasil por muito tempo foi descentralizado, as discussões a respeito da sistematização da educação iniciaram nas primeiras décadas do século XX, no entanto a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional só foi oficializada em 1961.

Segundo Tanuri (2000), o advento da República não alterou de forma substancial a profissionalização docente, mesmo com pequenas alterações jurídicas formais. As alterações mais significativas em termos qualitativos e quantitativos ocorre em todo Brasil após a Primeira Guerra Mundial, com o fervor nacionalista. Desse modo, Tanuri (2000, p. 70) acrescenta que:

A fase que se segue à Primeira Guerra e se prolonga por toda a década de 1920 é de preocupação e entusiasmo pela problemática educacional em âmbito internacional e nacional, sendo caracterizada por esforços da iniciativa estadual pela difusão e remodelação do ensino.

A remodelação do ensino estava ligada principalmente ao entusiasmo pela educação, por uma população nacionalista e letrada. A ideia disseminada em todo o país era a de que por meio da educação a nação se tornaria mais civilizada. Nesse contexto, as escolas normais se consolidaram no Brasil como uma importante instituição para formação de professores primários, preferencialmente, professoras.

A preocupação com a população iletrada se torna recorrente entre os entusiastas da educação e da sociedade, uma vez que o analfabetismo se torna uma “vergonha”. Então, formar professores para atuarem no ensino primário é uma das pautas de grande realce no País. No Piauí, fortaleceu-se a ideia de que a ausência de professores preparados para exercer o magistério era uma das causas para o problema educacional. A Escola Normal no Piauí passou por três tentativas até a implantação da Escola Normal Livre. Segundo Lopes (2008), a primeira tentativa de implantação ocorreu em 1864, não tendo muito sucesso Junto à

população, visto que não atraiu muitos pretendentes. A segunda tentativa ocorreu em 1871, anexa ao Liceu, também sem assiduidade na frequência e desinteresse da população pelo curso. A terceira tentativa ocorreu em 1882, funcionou no mesmo prédio do Liceu, no entanto de forma autônoma em relação ao Liceu.

O que teve em comum nessas três tentativas de implantação da Escola Normal no Piauí foi a falta de interesse da população pelo curso, sendo extinta pela baixa frequência nos cursos ofertados. Somente em 1909, foi consolidado o curso normal no estado, cujo grupo responsável pela referida consolidação da Escola Normal no Piauí ficou conhecido como Sociedade Auxiliadora da Instrução, este grupo de pensadores piauienses viam na educação um meio de superação dos problemas educacionais do estado. Em 1910, a Escola Normal foi incorporada e consolidada pelo estado. Segundo Lopes (2008, p. 116, grifos do autor):

Com essa escola, esperavam seus mentores, finalmente, superar o que consideravam uma terrível herança do Império: **professorado despreparado**, sendo essa ocupação um meio de acomodar protegidos sem habilitações para a burocracia, desenhando-se um quadro de funcionários mal pagos e dominados pelo chefe local.

Para o grupo fundador dessa Escola, esse quadro ainda permanecia em estados como o Piauí por conta do abandono da República à ação educativa nesse grau. A Escola Normal Livre foi pensada, na visão dos seus fundadores, “para melhorar a sorte” do professorado e superar a falta de um que pudesse exercer o papel de redentor do homem piauiense. Uma vez que o existente, por ser indigno, não o podia fazer. Esse novo professorado deveria ser **normalista, laico e feminino**.

Por meio da historiografia, percebemos a grande função da professora normalista de moldar ou tirar o Piauí de um atraso educacional, além de moldar o pensamento dos alunos. Diante de uma responsabilidade tão grande, cabe-nos perguntar: as dificuldades da educação também estariam atreladas a esta professora? Qual ideal essa profissional teria que responder para atender às expectativas da sociedade? Segundo Lopes (2008, p. 119):

O desencanto oficial com o exercício docente das normalistas, vivido agudamente e, 1922, revelou a outra face desse otimismo. A comissão encarregada de reformular a instrução se referiu às professoras normalistas de modo nada lisonjeiro, culpando-as, inclusive, pelo estado definido como péssimo da instrução. Desse modo, o relatório da comissão transformou a normalista de salvadora em perpetuadora do caos da instrução.

Essa insatisfação exime do estado a culpa do fracasso educacional e atribui ao corpo docente, que, como podemos atestar, também estava insatisfeito, principalmente com questões

salariais. O ano de 1910 foi de grande relevância no que tange à instrução pública, pois foi oficializada a Escola Normal no estado. Fazia parte do plano político o ar de renovação educacional, de modo que os intelectuais idealizadores dessa instituição viam na educação a superação do analfabetismo. Além disso, acreditavam que uma das causas do analfabetismo era a ausência de professores preparados.

Com essas preocupações no governo do estado, um dos membros da Sociedade Auxiliadora de Instrução Pública, Antonino Freire, institui o Regulamento de 1910. Para Brito (1996), esse regulamento é um documento para a educação no Piauí de grande valor histórico, pois operou mudanças significativas na estrutura dos diversos ramos de ensino público. Uma das grandes contribuições foi a implantação da Escola Normal, em um momento em que se via na educação o meio para tirar a população do atraso e analfabetismo. Segundo Brito (1996, p. 46):

Coerentes com essas ideias e cômicos de que o regime Republicano para se consolidar exigia a participação de maior parcela da sociedade e esta participação só se efetivaria através da instrução, os intelectuais piauienses procuraram promover a expansão do ensino e sua melhoria qualitativa, enfatizando a urgente formação de professores melhor qualificados para o magistério primário, certos de que o despreparo dos professores era a principal causa da deficiência do ensino. Desse modo, a primeira providência foi a criação, ainda em 1909 da Escola Normal Livre mantida pela sociedade auxiliadora de instrução Pública, para em seguida, criar-se, pela lei nº 48 de 30 de março, a Escola Normal Oficial que viria ser instalada em maio do mesmo ano urgia por lei específica não só o ensino normal, mas ensino primário para o qual seriam destinados os professores.

Com o entusiasmo do governo do estado pela educação, inicia-se um processo de maior preocupação com a falta de educação formal no Piauí; leis e decretos foram instituídos, parcerias foram firmadas. Nesse sentido, essa foi uma época importante, em que muitas ideias foram aos poucos efetivadas, pois a educação ainda era privilégio de uma minoria, as condições materiais e físicas na oferta por educação estavam dando seus primeiros passos. Essa situação se prolongou até meados do século XX; porque, como acentua Vicentini e Lugli (2009), somente a partir de 1950 ocorreu a expansão do ensino nos vários estados brasileiros.

Como foi colocado anteriormente, a Escola Normal no Piauí foi oficializada em 1910, esta instituição se voltava essencialmente para o público feminino. Logo, nesse período, no estado, iniciou-se o processo de feminização do magistério primário. A ideia de que a mulher era a mais apta a exercer o magistério primário sustentou-se ao longo do tempo no discurso da afetividade e extensão da maternidade.

Compreender como se deu o processo de implantação e oficialização, bem como a conjuntura social que ocorreu para a concretização da formação dos professores e o processo de feminização do magistério primário, ajuda a entender as imagens sociais, as condições de trabalho dos professores, pois atrelada à feminização do magistério tinha toda uma conjuntura política e ideológica apontando a docência como extensão da maternidade, vocação e missão.

Desse modo, na seção a seguir, procuramos fazer algumas análises e reflexões a respeito da feminização do magistério primário, como também da formação e das condições de trabalho das normalistas no Piauí.

2.2 Profissão docente e a feminização do magistério desde a formação até às condições de trabalho

O objetivo deste item é analisar como se deu o processo de feminização do magistério na sociedade brasileira e piauiense e seu entrelaçamento com os ideais político, social e cultural que estavam em torno do ser mulher e professora.

Atrelado à imagem da mulher como professora de crianças, havia toda uma conjuntura social e ideológica que consentia à mulher a profissão de professora, para os moldes da época se tornou um espaço que a mulher poderia ter acesso, mas que não fugia dos trâmites do cuidar, mantendo-a assim próxima ao lar. Ser professora, na medida que foi um importante passo e espaço em que as mulheres tiveram acesso ao espaço público e sendo remuneradas por isso, espaço este de grande prestígio, não ia de encontro à ideologia vigente e ainda dava margem para um certo salário.

Nesse sentido, resta-nos perguntarmos: como o magistério primário tornou-se essencialmente feminino? Que ideias contribuíram para o processo de feminização do magistério? Qual o papel da mulher como educadora na sociedade brasileira e piauiense?

Algumas considerações históricas são necessárias para entendermos as mudanças ocorridas no decorrer do tempo sobre a escola, sobre a formação dos professores e sobre as políticas que modificaram e introduziram novos modos de efetivação do modelo de educação no Brasil. Ao analisar a historiografia, cabe-nos a reflexão sobre o professor de hoje e os do passado e sobre as mudanças e permanências ocorridas no modo de ser professor.

No início do século XIX, o estado dispôs de um controle progressivo sobre a educação formal e iniciativas acerca da organização de um sistema de instrução primária. Segundo Villela (2000, p. 101):

A criação das escolas normais marca uma nova etapa no processo de institucionalização da profissão, balizado por um duplo movimento: de um lado, o controle estatal se faz mais restrito; de outro, os docentes, de posse de um conhecimento especializado, melhoravam o seu estatuto sócio-profissional. As escolas normais, no século XIX, substituem definitivamente o “velho” mestre-escola pelo “novo” professor do ensino primário.

A implantação das escolas normais no Brasil foi marcada por reformas e extinções em todo o País. Essas primeiras experiências foram datadas em 1835 na província de Minas Gerais e Rio de Janeiro; na Bahia em 1836; e em São Paulo em 1846, sendo a escola normal de Niterói a primeira a iniciar suas atividades (VILLELA, 2000). A implantação dessas instituições ocorreu em um contexto de instabilidade nacional, seus idealizadores objetivavam uma escola que formasse os professores para civilizar e elevar o povo brasileiro, espelhando-se no modelo eurocêntrico de educação. O público no qual a Escola Normal se destinava era restrito, voltada para o público masculino e branco.

No que diz respeito à educação feminina no século XIX, Villela (2000) diz que, mesmo já havendo em algumas províncias escolas para meninas, o currículo era diferenciado e voltado para a atuação da mulher no espaço doméstico, a qual deveria aprender a ler, escrever e fazer as quatro operações. As escolas normais, em seu nascimento, foram pensadas por homens e para homens. Desse modo, procuramos compreender as mudanças que levaram o magistério primário a se tornar, ao longo dos anos, essencialmente feminino.

Para Almeida (2004), a feminização do magistério foi e continua sendo um fenômeno universal, ancorada na ideia de que as mulheres possuem uma destinação natural para a educação de crianças, o ideal republicano de que a educação elevaria a consciência em processo civilizatório foi se consolidando no início da República e as mulheres tornaram-se os sujeitos destinados a esta tarefa.

No período de transição do Império para a República, um dos fatos marcantes foi a separação da Igreja e Estado, assim a educação seria laica. Dessa maneira, de acordo com Almeida (2004), um campo de disputa se formou na sociedade brasileira, em que a Igreja Católica (com seu poder moralizador, com a ideia de que a sexualidade era um ponto forte de regramento principalmente das mulheres, mesmo com uma educação baseada no laicismo) continuava a moldar socialmente os corpos e as mentes da população. Assim como nas mais variadas culturas, as religiões tiveram um papel importante nos padrões de comportamentos femininos.

A ideologia religiosa de regras sobre a sexualidade do século XIX perpassou também o século XX, sendo veiculada e se efetivando na família, na sociedade e na educação. Para Almeida (2004, p. 69):

Nas escolas, as moças seriam instruídas quanto à importância da castidade e da pureza; na igreja, deveriam confessar ao padre quaisquer pensamentos ditos impuros que porventura tivessem quanto ao sexo; na família, seria impedida toda e qualquer manifestação voltada para explorar ou exercer a sexualidade, embora houvesse transgressões que costumavam ser severamente punidas.

Não é à toa que escolas privadas de cunho religioso ganharam o prestígio da sociedade brasileira, escolas tradicionais com grande respaldo na sociedade, frequentadas principalmente por filhas de famílias com grande poder aquisitivo, notáveis inclusive na imprensa piauiense, as escolas de cunho religioso eram destaques nos jornais.

De acordo com Almeida (2004), a imagem da mulher como símbolo de pureza e bondade (herança do colonialismo perpassada no período imperial e início da República) por muito tempo delimitou espaços para as mulheres; as fronteiras eram claras: a educação e a profissionalização feminina ainda estavam atreladas ao lar e ao cuidar.

Segundo Louro (1987), nas primeiras décadas do século XX, os argumentos balizadores para justificar as diferenças na educação e profissionalização entre homens e mulheres já não estavam mais atrelados às características biológicas, mas às características psicológicas, em que se criou uma imagética masculina de razão e criatividade; e a feminina como intuitiva, sensível e amorosa. Essa imagem social que foi criada a respeito dos papéis sociais entre homens e mulheres é possível ser verificada em discursos jornalísticos, como podemos atestar no jornal Correio de Oeiras, em um poema, de forma despretensiosa ou não, apontando o homem como a mais elevada das criaturas e a mulher como sublime.

Figura 1 – O homem e a mulher²

Fonte: Jornal *Correio de Oeiras* – 28 de fevereiro, 1910, p. 3. Projeto Memória do Jornalismo Piauiense.³

No poema publicado no jornal, retratam-se detalhadamente essas características tidas como naturais inerentes ao homem e à mulher, além de ser colocado claramente a

² Para melhor compreensão do leitor segue transcrição da imagem: O homem é a mais elevada das criaturas. A mulher, o mais sublime dos ideais. Deus fez para o homem um throno; para a mulher um altar. o throno exalta, o altar santifica. O homem é cérebro. A mulher é coração. O cérebro fabrica a luz, o coração produz o amor. A luz fecunda, o amor ressuscita. O homem é gênio. A mulher é anjo. O gênio é imensurável, o anjo é indefinível. Contempla-se o infinito, admira-se o inefável. A aspiração do homem é a suprema glória. A aspiração da mulher é a virtude. A glória faz o divino. O homem tem a supremacia. A mulher, a preferéncia. A supremacia significa a força, a preferéncia representa o direito. O homem é capaz de todos os heroísmos. A mulher de todos os martyrios. O heroísmo enobrece, o martyrio sublimisa. O homem é um código: a mulher, um evangelho. O código corrige, o evangelho aperfeiçoa. O homem é o templo. A mulher é o sacrário. Ante o templo descobrimo-nos, ante o sacrário ajoelhamo-nos. O homem pensa. a mulher sonha. Pensar é ter no crâneo uma lava, sonhar é ter na fronte uma aureola. O homem é oceano. A mulher é lago. O oceano tem a perola que adorna, o lago tem a poesia que deslumbra. O homem tem um pharol- a consciência. A mulher tem uma estrela- a esperança. O pharol guia. A esperança salva. Enfim: - o homem está colocado onde termina a terra. A mulher, onde começa o céu. Victor Hugo. (Jornal *Correio de Oeiras* – 28 de fevereiro, 1910, p. 3. Projeto Memória do Jornalismo Piauiense)

³ Disponível em: <https://s3-sa-east-1.amazonaws.com/pm-uploads/Correio%20de%20Oeiras/sIoimaTh-pI=> Acesso em: 23 jun. 2021.

superioridade masculina e a subordinação “natural” da mulher. Ao se colocar o homem como gênio e detentor da razão, a mulher é retratada como um anjo, virtuosa e amorosa, essa imagética entre homem e mulher responde ao que se esperava da mulher na sociedade piauiense em 1910.

O processo de urbanização e industrialização que estava ocorrendo no Brasil influenciou a forma como as mulheres ocuparam espaços mais amplos na sociedade brasileira. Para Louro (1987), algumas mudanças começaram a ser introjetadas nas primeiras décadas da República, a mulher participava mais da vida econômica do País, desempenhando atividades nas áreas de industrialização, principalmente no setor têxtil, na área de comércio, nos ramos de datilografia e secretaria, o que representou uma certa quebra do ambiente estritamente familiar.

Mesmo com algumas mudanças na sociedade brasileira, como o crescimento das cidades que necessitava de uma demanda educacional voltada para homens e mulheres, a separação entre Estado e Igreja, o pensamento quanto à educação feminina era hegemônico. Assim, segundo Almeida (2004, p. 75):

Educar o sexo feminino passou a ser uma necessidade que se impunha cada vez mais diante da sociedade urbanizada que ditava novas regras de convivência no espaço citadino. Para isso a educação se ampliou quantitativamente e escolas começaram a ser inauguradas: colégios católicos, escolas protestantes e escolas públicas, todas herdeiras de um mesmo pressuposto: educar as mulheres para tornar melhores os homens, instruir futuras mães para que contribuíssem com a grandeza da pátria.

A educação feminina de maneira geral estava voltada para atender ao que a sociedade esperava da figura da mulher na sociedade, da mesma forma que a profissionalização feminina estava ligada ao cuidado, o ser professora era uma extensão desse ideal.

No decorrer do século XX, algumas mudanças ocorridas na sociedade foram moldando o magistério feminino no Brasil. Segundo Almeida (2004), nos anos de 1920 e 1930, os debates acerca do ensino igual para ambos os sexos se tornaram mais fervorosos (além de fazerem parte das reivindicações feministas por meio da imprensa periódica); a implantação do Estado Novo; a Conferência Nacional de Educação em 1931; a publicação do Manifesto dos Pioneiros da Educação (em que colocava a educação como agente de transformação social); a Reforma Capanema e a separação dos meninos e meninas em sala de aula; a vitória do catolicismo no campo educacional, todos esses acontecimentos

influenciaram a educação das mulheres no Brasil. No tocante à formação de professores, Almeida (2004, p. 89) salienta que:

Nesse panorama, a formação de professores(as) pela Escola Normal manteve-se sujeita às oscilações sociais, econômicas e políticas, de acordo com a ideologia do momento. A baixa remuneração e a desvalorização social do magistério primário entrariam na pauta das reivindicações da categoria e tomariam corpo os debates educacionais acerca da necessidade de uma lei de diretrizes e bases para a educação nacional, o que seria concretizado em 1961, depois de prolongado debate nos meios políticos e intelectuais.

Podemos perceber, a partir da citação anterior, que a baixa remuneração e desvalorização social do magistério primário começou a fazer parte de reivindicações e da cobrança por uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de modo que a formação pela Escola Normal se atrelava à ideologia do momento. O magistério feminino surge carregado de ideais republicanos, como podemos ver a seguir com Magda Chamon (2005, p. 43), ao estudar sobre o magistério feminino, contribui afirmando que:

O magistério não nasceu como uma ocupação feminina, quer no Brasil, quer em outros países. Ele se transformou em ocupação feminina, carregando em seu bojo um valor peculiar: o de cumprir, estrategicamente, o papel de produzir uma nova forma de organização escolar que surgia com os ideais republicanos. Também, esse magistério carregava o valor de reproduzir a ordem de uma nova lógica da organização do processo de trabalho, emergente no Brasil, condizente com um amplo movimento das sociedades ocidentais, em torno do modo de produção capitalista.

Assim, ser professora foi se tornando viável devido aos modos de produção que foram se alterando com o advento da República e com as mudanças sociais e políticas que ocorreram no Brasil. Dessa forma, o conceito de modernidade foi introduzido no País, além das mudanças de uma sociedade rural para urbana. Nesse sentido, a educação se tornou base fundamental para uma sociedade que acompanhasse as mudanças da época.

O ideal republicano pautava a educação como fundamental para a superação do analfabetismo, do atraso que assolava o povo brasileiro. Questões relacionadas à modernidade e higiene norteavam os intelectuais do início do século XX. A escola passou a ser vista como uma instituição de grande valor colocada em um projeto de nação que superasse o atraso, que unificasse a população como um “povo” brasileiro, patriota. Para Carvalho (2003, p. 14):

Regenerar as populações brasileiras, núcleo da nacionalidade, tornando-as saudáveis, disciplinadas e produtivas, eis o que se esperava da educação,

erigida nesse imaginário em causa cívica de redenção nacional. Regenerar o brasileiro era dívida republicana a ser resgatada pelas novas gerações.

O analfabetismo, que era imperante no início do século XX, tornou-se empecilho e até uma vergonha para a sociedade republicana. Para a superação do analfabetismo, portanto, surgiu a necessidade de profissionais para ensinar a ler e a escrever; nesse contexto, pelo menos na teoria, a educação já não era privilégio de poucos, era preciso expandir. Segundo Chamon (2005, p. 16):

Em decorrência do capitalismo industrial em expansão e do processo de urbanização que o acompanhava, cabia à escola contribuir tanto na produção quanto na reprodução do social, visando fortalecer e legitimar as práticas culturais urbanas que interessam às elites dominantes. Foi, também, nesse período que as mulheres passaram a ser chamadas para cumprir a nobre missão de reprodutoras dos valores sociais. Dóceis, virtuosas e abnegadas, deveriam ser elas as profissionais responsáveis pelo trabalho de preparação de mentes e comportamentos para os interesses da pátria.

A construção e a representação que foi criada a respeito do magistério feminino foi, portanto, de extensão do lar e de vocação, que com amor e abnegação iriam formar as mentes dos filhos da população brasileira. Nesse sentido, a própria instrução feminina e a condição da mulher na sociedade se alterou, pois era preciso formar professores para ensinar a ler e a escrever.

De acordo com a historiografia piauiense, as mulheres se constituíram como o público alvo da Escola Normal, preferencialmente solteiras. No caso destas, o intuito dos pensadores da época era difundir a ideia de que a missão do magistério entraria em colisão com os deveres de dona de casa. Segundo Almeida (1998, p. 33), é nesse contexto que o magistério se tornou profissão viável e aceitável para as mulheres.

Mantida dentro de certos limites, a instrução feminina não ameaçaria os lares, a família e o homem. Essa educação, que, a princípio e de acordo com a tradição portuguesa, fora negada sob o pretexto de que o conhecimento e sabedoria eram desnecessários e prejudiciais à sua frágil constituição física e intelectual, acabou por revelar-se desejável a partir do momento em que a mulher passou a ser vista, na sociedade da época, como a principal mantenedora da família e da pátria, conforme pregava o discurso eugênico e positivista. Nesse contexto, o magistério de crianças configurou-se bastante adequado ao papel da mulher como regeneradora da sociedade e salvadora da pátria e tornou-se aceitável, em termos sociais, familiares e pessoais, que ela trabalhasse como professora.

Os papéis sociais desempenhados pelas mulheres alteram-se nesse contexto, pois elas começaram a desempenhar um ofício formalizado pela sociedade fora do ambiente familiar.

Muitas moças tiveram que sair de casa para estudar e desempenhar a profissão de professoras, mesmo sendo uma liberdade permitida e vigiada, atendendo ao que a sociedade esperava das mulheres.

É nesse contexto que as ideias sobre a educação de mulheres se tornaram mais recorrentes. Torna-se necessário, portanto, a profissionalização docente para alfabetizar o povo piauiense, e as mulheres se tornam sujeitos preferenciais dos idealizadores da Escola Normal. Mas o ideal de mulher não mudava, pois a moral era um dos preceitos para ser professora. Segundo Louro (2004, p. 447):

Na opinião de muitos, não havia porque mobiliar a cabeça da mulher com informações ou conhecimentos, já que seu destino primordial — como esposa e mãe — exigiria, acima de tudo, uma moral sólida e bons princípios. Ela precisaria ser, em primeiro lugar, a mãe virtuosa, o pilar de sustentação do lar, a educadora das gerações do futuro. A educação da mulher seria feita, portanto, para além dela, já que sua justificativa não se encontrava em seus próprios anseios ou necessidades, mas em sua função social de educadora dos filhos ou, na linguagem republicana, na função de formadora dos futuros cidadãos.

Nesses moldes, a profissão de professora foi se consolidando no Brasil e no Piauí não foi diferente. A boa moral e costumes faziam parte dos requisitos para ser professora. Além de questões ligadas à afetividade, foi-se criando um ideal maternal acerca de ser professora.

Convergiavam-se as ideias republicanas de separação entre estado e igreja, em que a laicização do ensino estava sendo implantada, no entanto os valores religiosos faziam parte da gênese da sociedade piauiense. E, mesmo com o discurso laico, era esperado de uma professora preceitos morais ligados a valores religiosos.

A mulher piauiense trazia uma educação voltada para os papéis sociais que iria exercer no futuro, os quais estavam ligados diretamente ao casamento, ao zelo pelo matrimônio. Castelo Branco (2005, p. 76) nos é elucidativo ao discorrer sobre os moldes que formavam as ideias sobre ser mulher no início do século XX, estando estas muito relacionadas aos preceitos religiosos.

À mulher cabia também zelar pelo bom andamento da casa e da família. Ela devia ser o ponto de apoio para o marido e os filhos, devia saber perdoar as pequenas falhas cotidianas, manter-se firme nos seus compromissos e fiel ao marido, mesmo que ele não fizesse o mesmo. A harmonia e o equilíbrio do lar estavam diretamente ligados ao bom desempenho, por parte da mulher, de seus deveres domésticos.

As primeiras professoras que se formaram na Escola Normal tiveram sua formação influenciada pelos ideais já apontados anteriormente. A inserção da mulher no mercado de trabalho, por meio da profissão de professora, trouxe uma série de implicações e ideias divergentes, no entanto o que se tornou predominante foi o ideal da extensão da maternidade, como bem acentua Louro (2004, p. 450):

[...] as mulheres tinham, “por natureza”, uma inclinação para o trato com as crianças, que elas eram as primeiras e “naturais educadoras”, portanto, nada mais adequado do que lhes confiar a educação escolar dos pequenos. Se o destino primordial da mulher era a maternidade, bastaria pensar que o magistério representava, de certa forma, “a extensão da maternidade”, cada aluno ou aluna vistos como um filho ou uma filha “espiritual”.

Os idealizadores da Escola Normal no Piauí compartilhavam desse ideal da mulher professora como uma profissional que, além de ensinar os conteúdos básicos escolares, também fosse afetuosa e cuidadora, desempenhando funções maternas.

A Escola Normal inseriu a mulher no mercado de trabalho por meio da profissão professora. Segundo Lopes (2008), no Piauí, a Escola Normal, com caráter misto, poderia ser frequentada por homens e mulheres e passou por três tentativas de consolidação até ser concretizada em 1910. Os estudantes visados por essa escola eram, predominantemente, as mulheres. Sobre as primeiras professoras formadas no Brasil, Almeida (1998, p. 22) corrobora a ideia de que:

As primeiras mulheres, as pioneiras da profissão que desafiaram estruturas de desigualdade social, que resistiram e acataram normatizações que as confinavam e oprimiam, mas que também deram os primeiros passos na tentativa de conseguir algo mais do que aquilo que lhes concedia o poder masculino, resgatar essa presença das brumas do passado e dar-lhe perpetuação por meio da obra escrita é função do historiador.

O objetivo dessa instituição era formar professoras primárias, pondo um novo olhar sobre a educação feminina, meio que muitas mulheres piauienses encontraram para ter acesso a espaços públicos por meio de uma profissão.

Sobre as mulheres que concluíam seus estudos na Escola Normal, Castelo Branco (2005, p. 88) esclarece que:

As mulheres que terminavam seus estudos estavam aptas a assumir novos papéis na sociedade, longe do espaço doméstico. Seriam professoras primárias. Se os salários eram baixos, havia outra compensação, o mundo do trabalho começava a ser um horizonte possível para as mulheres da elite e de

classe média, que começaram, a partir daí, a ocupar não só cargos de professoras, mas também a assumir funções em repartições públicas.

Percebemos, portanto, a importância da Escola Normal, que não foi apenas uma instituição onde as mulheres puderam ter acesso ao ensino profissionalizante, mais que isso, foi uma instituição que oportunizou uma profissão às mulheres, com acesso a trabalhos que as distanciavam do ambiente doméstico.

A educação, de maneira geral, era incipiente e elitista, cujo acesso era restrito a pessoas com um poder aquisitivo mais elevado. No que se refere ao ensino superior, a primeira faculdade foi implantada em 1931. Antes disso, para ter acesso a esse nível de ensino, tanto homens quanto mulheres precisavam ir para outros estados.

Para Cardoso (2003), a presença feminina nas instituições de ensino superior nas primeiras décadas do século ainda era bastante incipiente, sendo a Escola Normal uma instituição que agregava as filhas de famílias abastadas do Piauí, por ter grande respaldo e ainda não distanciarem as mulheres de práticas consideradas femininas, como donas de casa, mães e esposas e professoras primárias. Segundo Cardoso (2003, p. 62):

Embora a expansão da rede de ensino durante os anos de 1930 tenha favorecido a ampliação da presença feminina no âmbito escolar, o acesso à escola primária ainda era restrito a uma pequena parcela da população feminina e masculina, pois a maioria continuava à margem do sistema escolar. Em 1940, 64,44% da população de Teresina não era alfabetizada, enquanto que no Piauí o índice de analfabetismo era de 77,11%.

É nesse cenário que aos poucos o acesso à educação foi se intensificando por meio da abertura de instituições educacionais, das políticas voltadas para o acesso à educação e das mudanças políticas e sociais que ocorreram no País no século XX.

Nesse sentido, o capítulo a seguir traz um pouco sobre o cenário nacional e local em que a formação de professores foi se consolidando, influenciada, assim, pela conjuntura política, social, econômica e cultural do período em análise.

3 EDUCAÇÃO, SOCIEDADE E IMPRENSA

A sociedade brasileira do início do século XX estava inserida em um conjunto de anseios sociais que apontavam a educação como a mola propulsora do progresso do País, a imprensa como órgão que testemunhava e disseminava tais ideias se firmou como parte integrante do testemunho e componente da história. Dessa maneira, situar a sociedade brasileira e local, relacionando a história da imprensa, faz-se componente necessário para a compreensão das imagens sociais e das condições de trabalho no período em estudo.

Após a ascensão da República, os discursos de um projeto novo, que seriam possíveis por meio da modelação dos corpos e mentes, tomaram mais força, viabilizados pela educação, uma vez que esta era considerada o grande problema da sociedade, como demonstra a historiografia brasileira. Assim, os discursos de não medir esforços para possíveis mutações sociais que a educação poderia viabilizar, construindo assim uma nação unificada, tornaram-se ideia central nos debates direcionados e dirigidos pela elite brasileira nesse momento histórico.

3.1 Educação, sociedade brasileira e piauiense nas primeiras décadas do século XX

De 1910 a 1930 está inserido dentro do que a história do Brasil aponta como primeira República (1889 a 1930). Para compreender a direção que a história da profissão docente seguiu nesse momento é preciso compreender a realidade social e política que influenciaram de forma direta o lugar e importância da educação, assim como o papel e a função do professor nesse momento específico da história do Brasil.

Nesse governo (oligarquia), segundo Hebe Mattos (2012, p. 91), estavam inseridos e faziam participação direta “[...] todos os cidadãos brasileiros no gozo de seus direitos civis e políticos, que souberem ler e escrever”. Dessa forma, a cidadania era voltada para poucas pessoas, tendo em vista que esta cidadania se voltava principalmente para quem sabia ler e escrever.

Por meio de várias pesquisas realizadas, tendo como objeto de estudo a primeira República, fica claro que foi uma época que gestou muitas mudanças para a sociedade brasileira, em que a busca por modernização e clamor por educação se destacam na imprensa e nos grupos de intelectuais que pensavam e articulavam mudanças para o Brasil. A exclusão de vários grupos de pessoas que estavam distantes dos grandes centros urbanos e sem acesso à

educação foi de grande relevância, o que pode ser explicado levando-se em conta as condições financeiras do País.

Apesar do contexto nacional com demandas e ideias novas, não se pode negar as frutíferas ideias e iniciativas que ocorrem neste contexto. A educação, nesse sentido, foi instrumento para inserir a população nesse “processo civilizatório”. Ordem e progresso era lema e tema do que se pretendia para a sociedade brasileira.

Dessa forma, as ideias sobre civilização e em favor da educação se tornaram bastante recorrentes nos meios de comunicação. Nos jornais pesquisados, é possível verificar discursos em prol da educação e da alfabetização do povo brasileiro.

Com o poder de disseminar, transmitir e até formar ideias, a imprensa contribuiu para passar a mensagem de como a alfabetização dos brasileiros era importante para colocar o Brasil como nação letrada e conseqüentemente civilizada; logo, a necessária formação docente para atender a esse fim educacional foi se construindo. Para Hebe Matos (2012, p. 114):

A alfabetização como critério para a cidadania fez com que a questão da educação primária tomasse feição central em inúmeros estados na primeira experiência republicana, ainda que não fosse garantida pela Constituição Federal. A escola primária com um prédio próprio e ensino seriado foi em grande parte estruturada a partir da experiência do Grupo Escolar implantado inicialmente no estado de São Paulo, e dele exportada para outros estados. As campanhas populares por extensão da alfabetização se sucederam por todo o período, ainda que permanecessem quase sempre restritas às fronteiras das maiores vilas e cidades.

No Brasil, neste período, as manifestações ideológicas se pautavam na educação como instrumento civilizatório da população. Alguns fatos contribuíram com a necessidade de instrução e, conseqüentemente, de formação docente no Brasil: a urbanização, a inserção do trabalhador que estava migrando do campo para a zona urbana nas cidades e a crescente modernização delas. Reforçando essa ideia, Ferro (1996, p. 35) afirma que:

Com a crescente urbanização e modernização, crescia a necessidade de pessoas alfabetizadas, porque as técnicas elementares de leitura, escrita e cálculo, tornavam-se fatores importantes e necessários para a adaptação ao meio social e ao desempenho de determinadas atividades fundamentais na modernidade. Daí a intensificação de campanhas difundindo o ensino. A resposta a estas solicitações por educação concretizou-se através de reformas educacionais, que iam sendo propostas de modo pouco lógico e eficaz.

Como se pode perceber, a ânsia por modernização era crescente, as ideias positivistas faziam parte dos discursos do momento. Assim, o progresso, o crescimento e o reconhecimento do Brasil para o restante do mundo constituíam o que os pensadores da época idealizavam. No entanto, as dificuldades para se alcançar o tal sonhado e desejado progresso eram grandes e o Brasil também era extenso demais, cada região tinha suas peculiaridades e diferentes etnias, assim as exclusões ocorreram em algumas dessas regiões de formas mais acentuadas.

Desse modo, apesar do anseio pelo progresso, as alterações não foram substanciais, de acordo com muitos estudiosos. Para Ferro (1996, p. 122):

No que se refere à sociedade, observa-se que o período da primeira República é um dos mais importantes para a história da educação no Brasil. É então que se delineiam e firmam ideias pedagógicas que vão orientar a evolução educacional e a busca de soluções para os problemas da educação, em que se pode destacar: movimento contra o analfabetismo, busca de extensão quantitativa e melhoria qualitativa da escolaridade, movimento pela profissionalização de educadores, mobilização da sociedade pela difusão do ensino elementar, etc... entretanto, apesar de ser um período fértil, o país ainda apresentava uma situação de escolarização bastante deficitária, como se comprova na relação da população letrada e do número de analfabetos.

Por meio da historiografia piauiense e pelos discursos veiculados na imprensa de que o estado estava, nesse contexto, procurando meios de se modernizar, as ideias em torno da educação se tornaram recorrentes na imprensa, de modo que o País e o estado, para atingirem o patamar de civilizado, precisavam ser, necessariamente, alfabetizados. Portanto, a educação se tornou parte de muitos discursos na imprensa, mesmo que as condições não fossem tão favoráveis.

A oficialização de uma instituição para a formação de professores no Piauí aconteceu em um contexto de mudanças nacionais significativas que o estado procurava acompanhar, mas de forma nem sempre eficaz, como se pode atestar pela historiografia, pelas notícias e pelos discursos. Para se compreender o contexto educacional, faz-se necessária a contextualização do estado nos aspectos de transformações sociais e políticas.

O Piauí ansiava por transformações que pudessem inseri-lo no movimento de modernização que estava ocorrendo em todo o Brasil. No que diz respeito à economia, Queiroz (2011, p. 19):

Até o final do século XIX, a base da economia piauiense é a pecuária, atividade distribuída por todo o Estado, mas com leve concentração na área centro-sudeste. A partir do século XX, com a exploração da maniçoba, há um período de evidência da região sul-sudeste; mas, ao longo do tempo, a

tendência mais forte é a do adensamento da população no centro-norte do Estado. Alterações econômicas e demográficas têm o mesmo sentido e seus resultados são a emergência de cidades como Amarante, Floriano, Teresina, União, Parnaíba, as principais cidades comerciais do período, todas com um aspecto em comum, o de estarem situadas às margens do rio Parnaíba, em seu trecho que era então navegável.

Quanto à infraestrutura das cidades, tendo como exemplo Teresina, a capital do estado, no início do século XX, o cenário era de ausência de infraestrutura e de serviços considerados modernos, como aponta Queiroz (2011, p. 28):

No início da primeira década do século XX, Teresina não dispunha de qualquer equipamento urbano que a definisse como uma cidade moderna. Ausência total e absoluta de calçamento, água tratada e canalizada, transporte público, luz elétrica, esgoto, telefone, etc. as pretensões de modernização e de alteração na estrutura urbana ainda não passavam de projetos que só puderam torna-se factíveis a partir do momento em que a integração comercial do Estado aconteceu.

É importante compreender que as alterações na infraestrutura da cidade alteram as relações sociais, os modos de vida do povo. Queiroz (2011, p.32) salienta que as casas de palha não eram mais bem vistas, além dos incêndios recorrentes nesse período, não eram visualmente bonitas para uma cidade moderna. A pobreza não era vista com olhar de bom grado e, conseqüentemente, os possíveis pedintes que compunham as ruas da cidade. Assim, “[...] as doenças, a feiúra, a miséria, a mendicância eram ameaças constantes ao centro urbano e civilizado da cidade”.

As mudanças nos costumes ou a atenção ao que era considerado civilizado eram expressas nos jornais. Os cronistas observam os modos como disseminavam ideias de modernização e civilidade, como mostra Queiroz (2011, p. 35):

Crianças e adultos estavam sempre, pelo menos na avaliação dos redatores de jornais, precisando de corretivos e de ajustes de maneiras. Precisavam aprender a manter as distâncias sociais, a frequentar os eventos públicos e privados, a bater palmas – aplaudir é também um saber, uma arte – a receber, a se comportar na mesa, a não avançar nos banquetes, a não roubar objetos pessoais nas toaletes alheias e vários outros hábitos da boa convivência social.

O estado com uma população marcadamente rural, e com todas as alterações sociais que o País pregava, não poderia fugir das boas maneiras de que o povo necessitava para enquadrar-se no que se considerava civilizado.

Assim, como bem aponta Queiroz (2011), a imprensa era o espaço em que as novas ideias eram disseminadas, sejam elas sobre as boas maneiras ou sobre as manifestações em prol da educação e contra o analfabetismo, atributos e ferramentas para a inserção do estado no contexto nacional de modernização.

No que diz respeito ao cenário educacional, o Piauí era um estado marcado por um contingente enorme de analfabetos, poucas pessoas eram letradas, segundo notícias e discursos jornalísticos, precisamente nas primeiras décadas do século XX.

Na primeira República, observa-se que as manifestações em torno da educação são muitas, no entanto, nem sempre eficazes. Segundo Queiroz (2011, p. 74):

O incremento da instrução, tanto na capital quanto no interior, foi uma preocupação manifestada pelo poder público. A despeito desse interesse, o crescimento do número de escolas e do número de alunos matriculados sequer acompanhou o crescimento da população escolarizável. Dessa forma o Piauí continuou, como fora no Império, um dos Estados em que o número de analfabetos guardava maior proporção relativamente à população total. Apesar do que foi escrito, discutido, proposto e reformado no âmbito oficial, foram poucos os resultados práticos alcançados.

O recorte inicial desta pesquisa (1910) marca o fato mais significativo da educação piauiense no período que engloba a primeira República, pois é a partir da formação de professoras normalistas que a educação primária aos poucos se consolidou no Piauí. As normalistas ganharam espaço na sociedade piauiense, pois, com formação adequada, passaram a atuar no magistério, substituindo os mestres sem formação específica.

A situação da educação de maneira geral não se alterou do Império para a República, ela teve poucas alterações nesse primeiro momento da jovem República. Assim, segundo Queiroz (2011, p. 74):

Inúmeras matérias publicadas na imprensa periódica e mesmo de origem oficial oferecem um panorama das condições do exercício do magistério no Piauí: professores semi-analfabetos; concursos em geral fraudulentos; ordenados miseráveis e frequentemente atrasados; inexistência de prédios escolares e de verba suficiente para o aluguel de salas de aula; perseguições políticas exercidas pelos inspetores literários; inexistência de material didático, como cadeiras, quadros de giz e livros sendo prática usual a dos alunos se alfabetizarem utilizando jornais velhos que alcançavam o interior; exonerações e substituições devidas unicamente a critérios da política partidária. Não é possível deixar de referir-se à incipiente urbanização, às distâncias a percorrer pelos alunos até alcançar a aula primária e à própria condição das crianças.

O cenário educacional e a condição dos professores, anteriormente descritos pela pesquisadora, estavam presentes no Império e em boa parte da Primeira República. A importância da Escola Normal é demonstrada na imprensa por vários discursos e notícias. As normalistas estampavam as notas de jornais com poemas, felicitações de aniversários, notas das alunas, nomeações de professoras, discursos de professoras e de gestores em favor da educação realizada na instituição.

3.2 Imprensa e Educação

A imprensa tem sua importância balizada na difusão de ideias, discursos, narração dos fatos que ocorrem todos os dias e dos temas variados sobre a sociedade de maneira geral, sendo suporte para pesquisadores das mais variadas áreas do conhecimento. Ao pesquisador, é possível confrontar os fatos noticiados mediante jornais diferentes, em que as disputas antagônicas podem mostrar os dois ou mais lados dos fatos narrados.

Nesse período, a imprensa brasileira difundiu ideias sobre a educação, a profissão docente, dialogando diretamente com os anseios do que era esperado da educação, e também apontava, por meio dos discursos, as imagens sociais e as condições de trabalho dos professores. De acordo com Carvalho (2003, p. 85):

A questão inarredável, cerne do programa nacionalista, permanecia sendo a da formação e organização dos ‘quadros nacionais’ que implementassem a política escolar desse programa. Não é à toa que, embora eivado de referências à ‘massa sertaneja’ ou ao estado de ‘passividade, letargia e miséria’ das populações brasileiras, o debate educacional promovido pela ABE nos anos 20 tenha-se voltado privilegiadamente para questões relativas ao ensino secundário e superior e que as principais iniciativas que sucederam imediatamente à Revolução de 1930 tenham-se dedicado à reorganização desses graus de ensino.

Nesse sentido, as mudanças ocorridas em 1930 faziam parte e constituíam a consolidação de um projeto de governo e de expectativas calculadas e voltadas para a construção de uma nação mais una. E como Carvalho (2003) aponta, a formação de professores era questão central.

As ideias republicanas, que aos poucos se tornaram mola propulsora ideológica da elite brasileira e disseminadas para a população, foram se tornando mais palpáveis na década de 1920, com importantes manifestações como a semana da arte moderna e o movimento de

criação de uma cultura nacional defendida por intelectuais formadores de opinião da época. Para Barbosa (2007, p. 105):

Assim, nas ideias da década de 1920 e que tomam corpo na configuração institucional dos anos 1930, é fundamental traçar um programa que atinja a todos através da educação e da massificação das informações. Instituições fortes, porque baseadas nas tradições, nos valores, na disciplina, na autoridade e na hierarquia, dariam, através de uma política nacional, direção ao povo brasileiro, agora classificado como massa. Todas essas concepções sintetizarão o projeto institucional implantado a partir da Revolução de 1930 e com mais intensidade a partir da instauração do período autoritário, em 1937.

A empolgação em relação às possíveis mutações políticas, sociais e ideológicas demarcava também uma realidade com distâncias e diferenças gritantes em âmbitos culturais, educacionais, econômicas e sociais entre as várias regiões brasileiras.

Conforme a historiografia, a mudança no perfil demográfico, a criação de políticas de incentivo à migração, o aumento populacional mediante a queda da mortalidade infantil e o aumento da expectativa de vida, a valorização de políticas voltadas para o incentivo de uma cultura nacional com base mais sólida, colocam este cenário como um marco da história do Brasil. Segundo Gomes (2013, p. 60):

O homem brasileiro, o trabalhador nacional, e não mais o imigrante estrangeiro, era o grande protagonista desse cenário de migrações internas que se descortinava a partir do fim dos anos 1930. É justamente esse ciclo de deslocamentos, associado ao crescimento vegetativo da população, que possibilitou o modelo de desenvolvimento assumido pelo país, definido como de substituição de importações e concentrado no Sul/Sudeste. Nesse volumoso e diferenciado contingente de homens, mulheres e crianças, os nordestinos se destacavam quase como o tipo ideal de migrante, buscando a Amazônia, São Paulo e, por fim, Brasília.

Nesse contexto, a migração foi um movimento em grande escala de muitas pessoas por melhores condições de vida nos polos mais desenvolvidos do País, nas indústrias, na extração da borracha e, posteriormente, na construção de Brasília, no entanto este movimento continuou deixando muitos brasileiros em condições precárias de trabalho.

Assim, as desigualdades sociais entre as diferentes regiões do Brasil continuaram existindo significativamente. As diferenças regionais continuaram com suas particularidades e desigualdades sociais e econômicas. Mesmo com o discurso e projetos de uma nação brasileira.

A política nacional visava à unificação do povo brasileiro. Para isso, era preciso conhecer as diferentes regiões do Brasil com territórios extensos e vastos, com suas peculiaridades e diferenças culturais. Gomes (2013, p. 41), ao analisar a sociedade pós-1930, acrescenta que:

A construção de uma nação é um processo permanente e inconcluso, durante o qual seus integrantes, ou melhor, sua população vai aprendendo a se reconhecer com características próprias, que não só a distinguem de outras nações, como a identificam para si mesma. Tal processo é, sem dúvida, fruto de complexas operações socioculturais, que ocorrem em um tempo longo e mobilizam inúmeros e diferenciados atores históricos, sejam indivíduos ou grupos, em torno de diversos projetos políticos, que podem ser convergentes ou conflitantes em muitos de seus aspectos. Vale destacar também que projetos de nação podem, em determinados momentos, alcançar altas doses de criatividade política, o que depende, em grande parte, de um lado, do poder daqueles que o sustentam e de outro da conjuntura nacional e internacional em que estão atuando.

Este momento da história brasileira foi bastante intenso no sentido de busca por unificação nacional. As mudanças políticas visavam ao conhecimento e à valorização do que era próprio do Brasil. É curioso que a unificação nacional era quase utópica diante de um país tão grande, com diferentes regiões e com culturas tão próprias. As diferenças não se davam apenas no sentido cultural, mas também econômico.

Diante desse cenário político e econômico, a educação e a imprensa se tornaram importantes aliados no projeto de governo então vigente, principalmente no que diz respeito à difusão do ideal patriótico. O amor à pátria se faz bastante presente nos discursos jornalísticos em favor da educação. A mobilização em torno do combate ao analfabetismo se alinhou às ideias dos grandes intelectuais desse período, que estavam mobilizados em formar leitores e difundir a cultura livresca no País. Assim, como mostram os discursos e as notícias, aos poucos delineia-se a forma como os ideais da política nacional estavam alinhados com o projeto de nação.

A atenção dada à educação foi diretamente proporcional aos interesses que os dirigentes do Estado brasileiro tinham para com os objetivos que esta representaria, pois acreditavam que todas as forças no sentido de unificar a nação, de superação do analfabetismo, de disciplina e de ordem eram fatores possíveis de serem alcançados. De acordo com Fausto (2018, p. 188):

Os vencedores de 1930 preocuparam-se desde cedo com o problema da educação. Seu objetivo principal era o de formar uma elite mais ampla,

intelectualmente mais bem preparada. As tentativas de reforma do ensino vinham da década de 1920, caracterizando-se nesse período por iniciativas no nível dos estados, o que correspondia ao figurino da república federativa. A partir de 1930, as medidas tendentes a criar um sistema educativo e promover a educação tomaram outro sentido, partindo principalmente do centro para a periferia. A educação entrou no compasso da visão geral centralizadora. Um marco inicial desse propósito foi a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, em novembro de 1930.

As mudanças políticas e ideológicas que estavam ocorrendo no Brasil na década de 1930, em que a Igreja se fazia muito presente no Estado, demonstravam os interesses conservadores e hierárquicos que se instauravam no Brasil, sendo a educação meio fundamental para a inculcação de valores cívicos, morais e nacionalistas modeladores de corpos e mentes.

Todas as ideias e discursos a favor das mudanças e possíveis alterações políticas, ideológicas e sociais que o Estado brasileiro desejava alcançar tinham um veículo e espaço privilegiado nas disseminações dessas ideias, que por coerção e pressão externa ou não se fizeram espaço fundamental, a imprensa. As mudanças políticas, econômicas e culturais, como se observa, alteram também o modelo de educação e o que se espera da escola e dos professores. De acordo com Carvalho (2003, p. 41):

O entusiasmo pela educação caracterizar-se-ia pela importância atribuída à educação, constituída como o maior dos problemas nacionais, de cuja solução adviria o equacionamento de todos os outros. O otimismo pedagógico manteria, do *entusiasmo*, a crença no poder da educação, não de qualquer tipo de educação, enfatizando a importância da nova pedagogia na formação do homem novo. Na passagem do entusiasmo para o otimismo se teria produzido no movimento uma crescente dissociação entre problemas sociais, políticos e econômicos e problemas pedagógicos.

Essa dissociação entre entusiasmo e a realidade social e econômica do País se delineia quando se apresentam os dados. No Piauí, de acordo com Brito (1996, p. 53), em relatório oficial de 1921, “[...] uma das constatações estarrecedoras do relatório era a de que para cada 1.000 habitantes do Estado apenas 4 tinham acesso à escola. Sendo fato responsabilizado pelo elevado índice de analfabetismo que, mesmo na capital, atingira a 83%.”

Apontar a década de 1920 se faz necessário no sentido de que as mudanças ocorridas na sociedade brasileira, a partir de 1930, foram gestadas na década anterior, em que a oligarquia estava com os dias contados e urgia a necessidade de mudanças em um sentido mais amplo. Diante dos discursos vigentes, como pela historiografia piauiense, autores como Queiroz (2011) apontam que foi a partir de 1930 que as mudanças mais contundentes no

campo educacional se tornaram palpáveis. Em que a educação moral e cívica e a formação para o trabalho se alicerçavam.

No Brasil, o modo como a imprensa foi utilizada nesse contexto foi bastante diferenciada das décadas anteriores, se antes o público, o cotidiano, as tragédias e o povo estavam presentes nos jornais, de 1930 em diante ela foi utilizada como meio para servir ao Estado e aos objetivos e metas que foram postas no sentido de tornar a figura de líder carismático e de um País com unidade nacional, para Barbosa (2007, p. 108):

Os anos 1930 são um período de evidência da política e estes temas encontram o seu lugar natural na imprensa. A polêmica e apoio institucional ao governo ou a oposição sistemática ganham espaço nobre nas páginas das publicações. Os jornais e constroem como domínio da política, recuperando um lugar que a rigor nunca perderam, no qual a polêmica ocupa espaço preponderante. O Estado ganha, cada vez mais a exclusividade da divulgação – seja por coerção, seja por alinhamento político e, portanto, por concordância com as ações da sociedade política -, mas o público é afastado dos periódicos. De tal forma que em meados da década de 1930, o leitor está praticamente ausente das publicações. Sua fala é silenciada nos jornais, enquanto a fala do Estado é ampliada.

A censura passou a analisar e a perseguir os jornais e jornalistas que fugiam daquilo que o Estado considerava contrário às ideias então vigentes. Nesse sentido, os meios de comunicação foram fundamentais para a construção do projeto político e ideológico do Estado. Desse modo, os meios de comunicação passaram a servir como meios discursivos e ideológicos, Barbosa (2007, p.110) reafirma que:

No Estado Novo, o pilar para a construção de um projeto de identidade nacional foi a inclusão, via formulação discursiva e ideológica, do grupo urbano em maior crescimento nas cidades: os trabalhadores. E também para realizar essa proposta, a ação dos meios de comunicação é decisiva.

No Piauí, os jornais que surgiram após 1930, segundo Celso Pinheiro (2017), foram: *O Tempo*, *O Momento*; no entanto, com o Estado Novo, mingüaram o surgimento de novos jornais devido à censura imposta aos meios de comunicação. O *Diário Oficial*, na função de porta voz do governo, foi referência como meio de comunicação. Assim, a imprensa servia ao Estado e era controlada por ele. Segundo Celso Pinheiro (2017, p. 200):

[...] durante o Estado Novo, o controle ou a censura das notícias era feito pelo governo indiretamente, através das cotas de papel. O DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) comunicava quais as notícias que

não podiam sair, e só. Se saíssem era cortada a cota de papel e a publicidade oficial. Contudo, as comunicações eram feitas verbalmente, ou por telefone, de modo a não deixar vestígios.

Por meio dos discursos coletados, as ideias difundidas a respeito da educação se tornaram unânimes em relação ao propósito da educação para com o futuro do País. Educar para além do ler e escrever era instruir moralmente, inculcando conceitos patrióticos e o sentimento de amor à nação brasileira. De acordo com Fausto (2018, p.188):

Os vencedores de 1930 preocuparam-se desde cedo com o problema da educação. Seu objetivo principal era o de formar uma elite mais ampla, intelectualmente mais bem preparada. As tentativas de reformado ensino vinham da década de 1920, caracterizando-se nesse período por iniciativas no nível dos estados, o que correspondia ao figurino da república federativa. A partir de 1930, as medidas tendentes a criar um sistema educativo e promover a educação tomaram outro sentido, partindo principalmente do centro para a periferia. A educação entrou no compasso da visão geral centralizadora. Um marco inicial desse propósito foi a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, em novembro de 1930.

A partir da década de 1920, a preocupação e empolgação no sentido de que a educação poderia transformar a sociedade brasileira tomou dimensões centrais nos círculos sociais mais influentes, como se atesta nos discursos jornalísticos. No entanto, os empecilhos de ordem prática pareciam estarem ofuscados, principalmente quando se deparada com as diferentes realidades e condições socioeconômicas de cada estado.

O Piauí, situado no nordeste do Brasil, distante dos holofotes e de toda a teia de relações que envolviam os grandes centros urbanos do Brasil, fazia parte dos estados em que o projeto educacional teve vários entraves, como podemos atestar por meio da mensagem governamental apresentada pelo governador João de Deus Pires Leal, em 1930.

A instrução no estado era motivo de preocupação, demonstrando, portanto, consonância com as ideias centrais a respeito da educação no Brasil naquele momento. No entanto, como a própria historiografia mostra, são notórias as dificuldades socioeconômicas e demográficas que algumas regiões apresentaram a mais que outras.

Na premência da situação financeira em que nos debatemos e de que vos darei contas posteriormente, tem sido a instrução o problema que mais urgentemente procuro resolver, por considerai-o inadiável. Certo os resultados colhidos correspondem mais ou menos ao esforço feito, mas não nos é possível empreender medidas de grande alcance, pelas despesas que acarretariam e não estariam dentro de nossas possibilidades financeiras, donde o relativo êxito do nosso esforço. (LEAL, 1930. p. 13)

Dando prosseguimento à mensagem governamental apresentada pelo governador João de Deus Pires Leal no ano de 1930, página 17, o qual expõe as principais prioridades objetivadas para o estado do Piauí naquela data, bem como a ampliação da rede escolar, aumento das normalistas formadas, expansão de prédios escolares, ao apontar o número dos alunos matriculados em todo o Piauí, destacou também a falta de verbas destinada à educação: números de normalistas insuficientes para atender a demanda de alunos, ausência de prédios escolares.

Sensivelmente maior seria a matrícula, não obstante a escassez dos nossos recursos financeiros, se fosse possível o provimento por normalistas de todas as cadeiras do interior, ou de sua maior parte, o que não está feito á falta de diplomadas nos municípios onde o ensino ainda está sendo ministrado por leigos. (LEAL, 1930, p. 17).

Desse modo, pelo viés prático, a educação piauiense tinha pela frente uma série de questões a serem solucionadas, as condições econômicas, a distância do grande eixo econômico era fatores de grande relevo para a não fluidez das ideias educacionais tão recorrentes, mas que, ainda assim, seguia um fluxo de esperança.

No que diz respeito à formação dos professores primários, as normalistas, a formação, como aponta o governador, ainda não correspondiam aos anseios do Estado. Quando se trata do ensino secundário, o discurso do governador demonstra um dos fatores de diferença entre as categorias profissionais, o ensino primário exclusivamente feminino e o secundário essencialmente masculino. Apesar de muitas normalistas terem sido o arrimo da família, os homens, em tese, eram os provedores do lar. Somente o magistério era insuficiente, sendo necessário, geralmente, outra fonte de renda.

No que diz respeito ao ensino secundário ministrado no Lyceu Piauyense, único estabelecimento que o Estado mantém para tal fim, creio que a maior dificuldade para constituição de um corpo docente á altura das nossas necessidades está nos minguados vencimentos que percebem os professores. Desse modo não lhes é possível dedicar-se exclusivamente ao seu nobre mister, porque necessitam desenvolver sua actividade noutros ramos da vida. Materialmente pode dizer-se que quase tudo falta no nosso Lyceu, a começar por uma séde condigna. No seu corpo docente contam-se figuras de real destaque intelectual e de louvável dedicação ao ensino. (LEAL, 1930, p. 25).

Procurando-se fazer uma análise com dimensões variadas no arquivo público e no acervo digital, a proposta de analisar a profissão docente no Piauí por meio da imprensa, dialogando com outras fontes (como as mensagens governamentais), sustenta-se.

No que se refere às imagens sociais que foram se construindo acerca do magistério e as possíveis de condições de trabalho dos docentes se entrelaçam à ideia de que, apesar do trabalho ser por vezes sinônimo de sacerdócio e abnegação, a referência da importância social dos professores parece se sobrepor quando se aponta a importância do trabalho do professor. Como aponta Vicentini e Lugli (2009, p.163):

Aliás, tem-se aqui um aspecto nuclear para se compreender as imagens produzidas acerca da docência, pois a tensão entre a sua recompensa financeira e simbólica é central para compreender o movimento reivindicatório da categoria por melhores condições de trabalho e maiores vencimentos. A recompensa simbólica seria o reconhecimento da importância de seu trabalho abnegado pela educação do povo brasileiro, presente num discurso que lhe atribui um caráter sacerdotal. Essa ideia da importância do trabalho, por um lado, é utilizada para tornar as suas reivindicações mais legítimas, e, por outro constitui o eixo de uma ética do ofício marcada pelo sacrifício, pelo enfrentamento dos obstáculos inerentes à tarefa de ensinar.

O sentimento dubio entre a recompensa financeira e a simbólica foi sendo construído em um contexto em que os discursos a favor da educação eram evidenciados na imprensa, nas mensagens e na historiografia. O professor, nesse contexto, era figura central mediante a necessidade de instrução da população. Assim, a ideia de um docente que iria “salvar” o Brasil da ignorância massiva, representando mais que um profissional, um missionário, levou a docência a um processo de recompensa simbólica, tendo em vista que, por um lado, as condições salariais, físicas e materiais em que os professores exerciam o magistério eram precárias; por outro lado, havia o reconhecimento de um profissional abnegado e tão necessário para a construção de uma nação letrada.

4 HISTÓRIA DA PROFISSÃO DOCENTE: IMAGENS SOCIAIS E CONDIÇÕES DE TRABALHO NOS JORNAIS E NAS MENSAGENS GOVERNAMENTAIS DE 1910 A 1946

A docência como profissão engloba: as instituições próprias para a formação de professores; salários; condições de trabalho; as imagens sociais que foram sendo criadas sobre a profissão; as iniciativas de movimentos sindicais e as reivindicações que aconteceram à medida que os professores se reconheceram como categoria profissional, conforme Vicentini e Lugli (2009) que apontam também as imagens da profissão docente resultantes de impressões acumuladas no decorrer do tempo de maneira diversa e por meio de dados reunidos sobre o cotidiano dos professores, que assim constituíram a imagem da profissão docente no Brasil.

Neste capítulo, apontamos as notícias e os discursos presentes nos jornais a respeito da história da profissão docente no Piauí, especialmente as imagens sociais de ser docente no período de 1910 a 1946 e as condições de trabalho. O marco inicial da análise sustenta-se na oficialização da Escola Normal, decorrente da Lei nº 565, de 22 de junho de 1910; já o ano de 1946 marca a Lei Orgânica do Ensino Normal (Decreto-Lei n. 8.530, de 02/01/1946); sendo a primeira lei a dar uma organização nacional para a formação de professores.

As notícias analisadas neste capítulo nos oferecem contribuições a respeito da história da profissão docente no Piauí, especialmente as imagens sociais e as condições de trabalho. De modo que esta investigação pode contribuir com a História da Educação e profissão docente do nosso estado, pois acreditamos que o conhecimento do passado nos fornece subsídios para compreender o presente, além de nos apresentar ferramentas para agir de maneira mais elucidativa na função de profissionais da educação e entender os avanços, retrocessos e determinadas permanências que se apresentam quando se trata da profissão docente no Piauí e no Brasil.

Por meio das notícias e dos discursos a respeito da educação nesta época, observamos alguns temas recorrentes, como: “convencer as massas”, “em prol da instrução”, necessidade de superar o “alto índice de analfabetismo” existente naquela época, a fim de colocar em ação a “moral e civilização”.

O estado, nas primeiras décadas do século XX, tinha um alto índice de analfabetos, com grande parcela da população rural e que, muitas vezes, não podiam deixar de trabalhar para estudar. Para os governantes, as condições financeiras do estado estavam de certa forma

ligadas ao fato de a educação não ser tão valorizada. Aspecto este que não se restringia apenas à sociedade piauiense, Vicentini e Lugli (2009, p. 215) afirmam que a nível nacional:

Isso significa que a ideia hoje ‘natural’ da necessidade de escolarização e alfabetização não era tão comum até meados do século XX, dependendo do local onde se atuava. As professoras, precisavam de um número mínimo de matrícula para ter as suas escolas em funcionamento, deveriam conquistar alunos convencendo os pais e seus filhos em idade escolar. Outro desafio era manter a frequência, o que era particularmente difícil nas escolas de zona rural durante aquele período, uma vez que as crianças comumente colaboravam com os trabalhos no campo e com a subsistência de suas famílias.

Assim como as autoras apontam, por meio das fontes utilizadas nesta pesquisa, percebemos o apelo recorrente em torno da importância da educação. A ideia da educação como mola propulsora do progresso, nesse período, a imagética ainda hoje vigente de que a população pobre alcançaria êxito e “venceria na vida” por meio da educação começou a se consolidar.

Para fins educativos, com vistas à instrução dos piauienses, percebemos por intermédio dos jornais o movimento em prol educação em todo o estado. O jornal *Alto Longá* de 1917 retrata um pouco este movimento.

O Dr. Raymundo Paz, muito digno diretor da Instrução Pública do Estado, de sua viagem oficial a diversos municípios do Piauí, em prol da instrução, pelo seu modo sublime de convencer as massas, angariar as simpatias do povo no sentido de proporcionar aos pobres do Piauí, ao povo em geral a instrução, o dever, e a virtude, de fato obteve muitas simpatias para o fim que defendia: a instrução. Ele no apostolado, majestoso de elevar, de engrandecer o piauiense sacrificou bem-estar, saúde, tudo e lá se foi pregando a moral e a civilização. (A INSTRUÇÃO, 1917, p. 4)

No início do século XX, no Piauí, houve um movimento bastante engajado de preocupação com a escolarização dos piauienses, reformas de ensino e, como a notícia anterior retrata, o esclarecimento das pessoas a respeito da importância da instrução, no sentido de moralizar e civilizar.

Na mensagem apresentada à Câmara Legislativa pelo Dr. Eurípedes Aguiar, governador do estado em 1920, é possível compreender a situação da população sem acesso à educação naquele momento, como se destaca na mensagem proferida por Eurípedes Aguiar.

Tendo o Estado uma população de cerca de quatrocentos mil habitantes, podemos calcular, sem exagero, em quarenta mil o número de crianças

piauhyenses em idade escolar, isto é, dos sete aos doze annos. A matricula geral, nas escolas públicas estadoaes, elevou-se em 1919, segundo o relatório do Dr. Diretor de Instrução Pública ao Dr. Secretário de Estado do governo, a 3.068 alumnos. Nessa estatística não estão computados, não só as escolas municipaes e particulares, como também algumas escolas estadoaes, e cujos mappas de matricula não chegarem em tempo. Raro é o município que não mantem escolas e em todas as cidades, villas e povoados há sempre uma ou mais escolas particulares, de sorte que podemos avaliar em seis mil o numero de creanças que recebem instrução, ficando, portanto, 34000, na melhor hypotese, privadas do beneficio do ensino. (AGUIAR, 1920, p. 36).

Por meio da mensagem anterior, percebemos que a quantidade de crianças sem acesso à educação nos anos iniciais do século XX era alta. Para solucionar essa situação, o Piauí não dispunha de recursos suficientes, apesar dos esforços manifestados no sentido de melhoria educacional. Em uma outra notícia é apontada a preocupação dos governantes com o índice de analfabetismo no Piauí naquele período. No Jornal *O Piauihy*, destacamos a seguinte nota:

Convencido, no entanto, de que a difusão do ensino é também uma questão de economia pois que ele trará o desenvolvimento de forças productivas que poderão ser inteligentemente aproveitadas, o preclaro governador procura e deseja o mais breve possível aparelhar o ensino público de recursos amplos para uma ação salutar e fecunda em prol dos que não recebem os seus beneficios. (AINDA..., 1921, p. 1).

Como podemos perceber pelos discursos e notícias a respeito da Escola Normal e da educação do povo piauiense, nas primeiras décadas do século XX, os governantes estavam entusiasmados em mudar o sentido que a educação tinha até então. Muitas questões foram colocadas: o aparelhamento escolar, a valorização da educação como um meio para instruir e civilizar. A educação no Piauí nas décadas iniciais do século XX, estava começando a ter uma dinâmica diferente, de maior vulto e valor; no entanto, mesmo com o entusiasmo inicial, o estado ainda estava dando os primeiros passos rumo a uma organização sistemática do ensino. Segundo Sousa e Inácio Filho (2013, p. 194):

A aura de glória que cobriu o magistério primário no Piauí, no início do século XX, começava a falir durante o período getulista, o próprio governo reconheceu a desvalorização docente verificada pelos baixos salários e as condições péssimas de trabalho. E ainda apontou o surgimento de doenças como a neurastenia adquirida pela profissão. Inclusive a própria normalista começava a perder o entusiasmo pela educação no interior.

No discurso a seguir, publicado no Jornal *A Luz*, em 1930, observamos a valorização da educação para o progresso do País.

O cultivo do intelecto da criançada contribue poderosamente para o progresso do nosso Brasil. E, para que haja progresso, para que realize este tão importante fator do desenvolvimento de um paiz como o nosso, que ainda sofre o peso atroz do analfabetismo, que nada mais necessitamos que do auxílio e do interesse dos nossos dirigentes. Porções do território brasileiro como esta longa faixa que fica adjacente às margens do rio Parnayba, e que compreende quasi toda a parte sul dos Estados do Maranhão e do Piauhy, não possuem sinão um limitado numero de escolas primarias, estas mesmas mal frequentadas. (MOREIRA, 1930, p. 1).

A partir do trecho do discurso de José Guimarães Moreira, percebemos que o estado do Piauí na década de 1930 necessitava de recursos oriundos do governo para a manutenção das crianças em idade escolar na escola. O discurso também denuncia a situação do Piauí em relação ao número de escolas primárias e baixa frequência escolar.

O discurso de valorização da educação como via para o progresso e desenvolvimento do País era recorrente, no entanto o Piauí ainda estava dando os primeiros passos para o letramento da população, as normalistas formadas em todo o estado ainda eram poucas em relação ao número de crianças em idade escolar.

Educar para civilizar e para o progresso fazia parte da lógica discursiva presente nos jornais, as normalistas eram as mais aptas para a importante tarefa de instruir e moralizar as crianças piauienses, no que diz respeito ao ensino primário. Ressaltando que a feminização do magistério primário não foi de exclusividade regional, mas, nacional, global.

4.1 “A mulher e a creança e a sua união nasceu a fortaleza da solução do problema do ensino”⁴: as imagens sociais da profissão docente, nas notícias, mensagens e discursos

A análise feita neste tópico refere-se principalmente às professoras e normalistas, pois as notícias e discursos coletados abarcam o “ser professora”. Assim, o primeiro discurso coletado destaca “A mulher na escola primaria”, proferido por Antonino Freire na formatura da primeira turma de normalista diplomada pela Escola Normal, após sua oficialização em 1910.

O discurso proferido por Antonino Freire na colação de grau das primeiras normalistas do Piauí, em 24 de janeiro de 1913, publicado na revista Litericultura, apresenta alguns pontos

⁴ Discurso de Antonino Freire “A Mulher na Escola Primária”

importantes para se analisar o pensamento dos idealizadores da Escola Normal a respeito da profissão docente primária naquele momento. Seleccionamos alguns trechos do preferido discurso:

[...] Meus Senhores, sem querer jatar-me de uma grande vida, sinto, entretanto, a necessidade de vos dizer que a criação da Escola Normal, que tive a fortuna de levar a efeito durante a minha passagem pela alta administração do Estado, representa a satisfação do pensamento da minha mocidade. [...]. (FREIRE, 1913, p. 193).

Como o próprio discurso de Antonino Freire revela a importância do pensamento de sua mocidade e de seus contemporâneos a respeito da Educação e da criação da Escola Normal, pensadores e idealizadores, que junto com ele formaram a Sociedade Auxiliadora de Instrução Pública (impulsionados pelas ideias republicanas), viam na educação um meio para o progresso do estado.

Dando seguimento ao discurso, Antonino Freire fala a respeito do papel social da mulher na educação dos filhos, do modelo tradicional de educação, cujo papel do homem e da mulher são imperantes, mas ressalta um novo aspecto, que é a importância da mulher na formação do homem para melhor servir à sociedade.

A ação da mulher como educadora e moralizadora do homem não estava mais restrita ao lar, estendia-se também às escolas.

[...] Pois bem si se trata de um typo masculino, a partir da puberdade, ele cae na voragem da vida pratica; que é que fica da solicitude materna? Parece que nada, mas fica sempre muita cousa. Ele não vae se perder, porque o impulso está dado e a lei da persistência, que é uma realidade no mundo physico como no mundo moral, continua a dominar, a sobrepujar as resistências que se oppoem ao impulso materno. É assim que as sociedades modernas, no meio de todas vicissitudes revolucionarias, sustenta-se pelo sentimento, graças à solicitude materna, graças à acção moralizadora, santificadora da mulher. [...]. (FREIRE, 1913, p. 195).

Percebemos que a mulher na função de professora recebia o arquétipo de moralizadora, e como ser professora naquele período representava a extensão da maternidade, a solicitude materna poderia moralizar os filhos para agirem de igual forma diante da sociedade moderna que se apresentava naquele momento. Mesmo que a vida prática e os espaços públicos a que o homem estava sujeito desde muito cedo pudessem o “endurecer”, carregaria sempre a solicitude e a boa moral ensinados pela mãe. Para Cardoso (2010, p. 161):

A educação e o trabalho feminino eram considerados fundamentais à formação da cidadania. Somando-se à mãe e encarnando ela mesma a representação de mãe dos alunos e alunas, a professora normalista deveria socializar e formar as novas gerações, conforme os desígnios da pátria. O futuro cidadão honrado e de respeito e a boa mãe de família dependeriam de seu esforço, dedicação e sacrifício.

As escolas normais nos anos iniciais do século XX possibilitaram, como podemos atestar, uma nova visão da profissão docente, voltada principalmente para a formação do sexo feminino. Em outra parte do discurso, observamos que as atitudes de bondade manifestadas por mulheres procuram justificar o fato de serem as mais aptas para a docência do ensino primário, pois estas se devotariam de corpo e alma para o ensino das crianças e teriam formação mais direcionada aos valores morais voltados para a sociedade que visava ao progresso.

[...] Por onde quer que enveredamos as vistas, curiosas de esmiunçar os feitos nobilitantes da mulher, pelas paragens ignotas onde soluça a dor, a fome e a miséria, encontramos-na na posição de samaritana, levando no cântaro de águas chrystalinas e frescas a consolação aos que padecem e enchendo de alegrias o escuro cairel dos que apenas sonham as aleluias de um sol ideal que alimenta a flor das esperanças. É por isso que nós vemos-las, devotadas até ao sacrifício, dedicarem-se de corpo e alma à educação das crianças. Como muito bem disse um nosso laureado patricio – duas fraquezas encontraram-se no caminho da vida: A mulher e a criança e a sua união nasceu a fortaleza da solução do problema do ensino. (FREIRE, 1913, p. 196).

Pelo exposto no discurso, percebemos o ideal das professoras que se formaram no estado em 1913. O magistério era um meio no qual as mulheres exerciam algo que lhes era familiar. Para Almeida (2004, p.79): “A intervenção feminina supunha-se capaz de uma ação moralizadora no seio da sociedade e serviria para manter a unidade da família e da pátria. A função materna não era mais apenas biológica, mas social e patriótica, principalmente.”

Das normalistas, esperavam a entrega ao magistério, no qual a mulher por ser vista por sua ação moralizadora, afetuosa e samaritana, disposta a ajudar quem tinha fome e sede, poderia se dedicar de corpo e alma ao ensino das crianças. Antonino freire, em seu discurso coloca as normalistas como missionárias e símbolos de esperança para a educação.

[...] Minhas jovens discípulas!

Eu não sei de missão mais nobre, mais elevada e de maior responsabilidade do que aquela a que vos ides dedicar. Vós encarnaes neste momento as maiores esperanças do nosso Estado. É a primeira semente que se atira a terra safara e estéril e da vossa dedicação e do vosso entusiasmo, vai depender o resultado da colheita. [...] É largo o caminho que se abre às vossas vistas. Trilhae-o com segurança e firmeza, bem convencidas da

missão nobilíssima do ensino, do papel decisivo que representa e na solução desse problema máximo, que é a grande preocupação de todos os povos cultos. [...] Confia e cegamente nos vossos esforços e quaes, novas bandeirantes, parti em busca do Piauí de amanhã que vai ser obra vossa, produto do vosso esforço e do vosso amor pela profissão que abraçaes. [...]. (FREIRE, 1913, p. 201).

Por meio deste discurso, muitos pontos podem ser analisados, Freire aponta o exercício da docência primária como missão nobre, elevada, a maior esperança do estado. Assim, a profissão docente no Piauí representava um papel primordial para o futuro desejado, que era a possibilidade de o estado se distanciar do analfabetismo.

A imagem social de professora que se desenhava no Piauí era a de missionária do ensino, representante da solução máxima do grande problema educacional do estado. As normalistas passaram a ser vistas como verdadeiras bandeirantes, que poderiam tirar o Piauí do alto índice de analfabetos.

Ao analisar a profissão docente no Piauí, por meio da história de vida da normalista piauiense Nevinha Santos, os pesquisadores Sousa e Inácio Filho (2013, p. 190) afirmam que nesse período:

A dimensão missionária exaltava a condição de ser normalista, e assim era percebida, como lição e exemplo a ser seguido. O amor a profissão também exigia sacrifícios, uma vez que, ao ser exaltada, era digna de louvor e, para isso, deveria fazer do magistério um verdadeiro sacerdócio, ou seja, ao entrar na escola, esquecer todo o restante da sua vida e abraçar a carreira que escolhera por vocação. Assim iria completar o ideal da sociedade de uma esposa modelo, mãe exemplar e uma mestra dedicada.

Esta análise se confirma ao observarmos os discursos e notícias jornalísticas a respeito das professoras normalistas, como o discurso proferido por Antonino Freire, ao colocar as normalistas como bandeirantes.

Além do fator maternal expressado nas palavras atribuídas por Freire às professoras, também havia esperança, principalmente de que o Piauí se inserisse em contexto de modernidade. Para alcançar esse objetivo, era preciso que os piauienses soubessem ler e fossem inseridos em contexto nacional de crescimento e letramento necessário para a inserção deste povo na dinâmica de crescimento urbano que o País apresentava.

As primeiras normalistas formadas pela Escola Normal no Piauí carregaram consigo um dos discursos mais recorrentes do período, como podemos verificar por meio da notícia a seguir:

E como ninguém mais apto do que a mulher para essa missão nobre e árdua de ensinar com paciência e carinho, a que só requer carinho e paciência, eis porque ora se cuida inteligentemente entre nós de preparar na Escola Normal

as futuras preceptoras piauihyenses, a quem vae ser confiada a educação moral e intelectual no nosso Estado. (ESCOLA..., 1914, p. 3).

Por meio desta notícia, podemos observar como a instituição Escola Normal estava presente na imprensa e como este veículo contribuiu para disseminar a imagem social de ser docente no período analisado. Em um contexto em que o País se modernizava, a valorização da educação como instrumento civilizatório estava presente nas páginas de jornais no Piauí.

Como já mencionamos, as mulheres foram escolhidas para serem professoras por um pensamento hegemônico de que seriam as mais adequadas para ensinarem as crianças, por serem de “natureza” mais amável e paciente. Além da grande preocupação com a falta de instrução presente no período, formar professoras para se encarregar dessa demanda se tornou uma necessidade.

Quando se trata das imagens sociais de ser docente, compreendemos que se referem aos discursos da sociedade a respeito da docência e como os professores se veem e refletem sobre sua própria função. Desse modo, ao analisarmos os discursos de professoras, percebemos que o aspecto afetivo e missionário de ser professora primária foi absorvido pelas docentes.

A notícia seguinte reafirma o valor que Escola Normal e as professoras formadas nesta instituição recebiam por meio da imprensa.

Terminaram no dia 4 do corrente os exames nesse estabelecimento de instrução. Dirigido pela competência incontestada do dr. João Pinheiro, é a Escola Normal, no Estado, o melhor estabelecimento para a educação espiritual da mulher piauihyense. E dupla vantagem oferece a nossa Escola Normal, porque educando e esclarecendo o espirito das nossas jovens patrícias prepara também, muitas vezes, o futuro das mesmas, pondo-as aptas a exercerem o magistério primário. Dahi o interesse com que nossas moças, ricas e pobres se entregam ao estudo ali e o desembaraço com que se desempenham da missão que as leva áquella casa de instrução de onde sabem constatemente. Turmas de professoras competentes, que vão, na pratica, no ensino público e particular honrar os créditos da nossa Escola Normal. (ESCOLA..., 1919, p. 7).

Diante o exposto, percebemos o significado que a Escola Normal representava em 1919, era a instituição que preparava as mulheres para um ofício e, além disso, conduzia o espírito das mulheres que ali estudavam. Missão é uma palavra recorrente nos discursos jornalísticos do período em estudo. Ser professora estava ligado diretamente a ser missionária.

O discurso a seguir, proferido pela professora Jandira Campello, mostra um desses aspectos, o da afetividade.

Não seria possível fazer a aula o prolongamento do lar, porquanto o papel de mãe só podia ser assumido por uma outra mulher, em quem o ente frágil que lhe era confiado despertasse a mesma *sympathia* afetuosa que ella já estava habituada a dispensar pelo menos ao irmãozinho cuja recordação a outra criança lhe desperta. (CAMPELLO, 1925, p. 4).

Por meio do discurso proferido pela professora, percebemos que a representação que as normalistas assimilaram a respeito do seu ofício era de extensão do lar, para lidarem com as crianças, e que na relação entre a mulher e a criança poderia ter uma relação de compreensão de afeto e confiança, esse era o discurso em vigor no período analisado.

Na década de 1930 e nos anos seguintes, as imagens sociais foram alteradas de acordo com o que se esperava da educação e, conseqüentemente, dos professores. Conforme o Relatório apresentado pelo Interventor Federal Landri Sales ao chefe de governo provisório da República, Getúlio Vargas, o professor (além de ser um mediador do conhecimento) foi instruído a ser um observador e investigador da feição moral do educando, com vistas à formação do caráter do homem civilizado e futuros cidadãos brasileiros.

Para a formação do homem civilizado, que é escopo imediatamente visado na escola, o professor transformará as suas lições em centros de interesse coletivo, em que se salientem, com exatidão, as complexas necessidades do meio ambiente, com as soluções respectivas, melhormente aconselhadas. (SALES, 1933, p. 2).

O professor, nesse período, tinha a responsabilidade de guiar os educandos para além do ler e escrever, também deveriam ensinar valores morais, nacionalistas e patrióticos. A valorização da História do Brasil, dos heróis nacionais, das festas cívicas, do respeito e amor à pátria, tudo isso passou a ser sustentáculo vital nas escolas, com base nos novos moldes nacionais, como foi apontado pelo interventor.

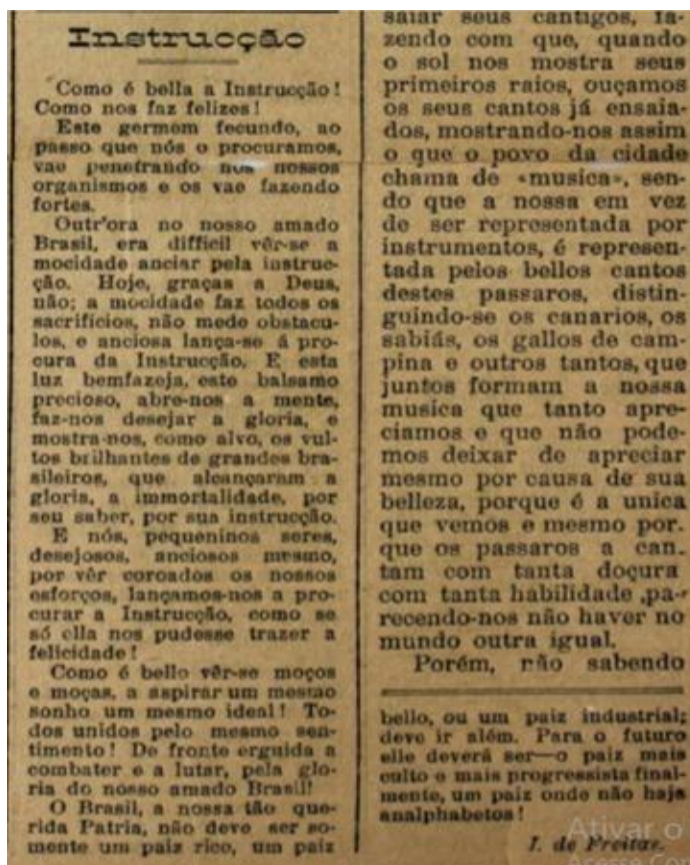
A formação do sentimento cívico será feita, principalmente, por meio de exposição sumaria sobre a organização política do Brasil, do Piauí e seus municípios, e o exercício dos direitos, prerrogativas e deveres do cidadão, fazendo-se referência aos fatos culminantes da História Pátria, por ocasião de serem narrados, sobretudo aqueles que manipulam o trabalho, o heroísmo e o amor da liberdade característicos da raça. (EXPOSIÇÃO..., 1932, p. 2).

As mudanças políticas se faziam sentir por meio dos discursos em prol da educação com as palavras-chave do momento, como patriotismo e ordem, sem deixar o ar de esperança e um tom por vezes romântico. Os discursos mostram empolgação e ânsia por educação para a

população e, principalmente, por uma construção de imagem nacional que colocasse o Brasil como um país culto e letrado.

A próxima notícia, encontrada em 1930, escrita no *Jornal A Luz de Floriano*, trata da educação de uma maneira poética e até sonhadora. Nesse sentido, o discurso da imagem a seguir é carregado de patriotismo.

Figura 2 – Instrução



Fonte: *Jornal A Luz*, 1930, p. 2. Projeto Memória do Jornalismo Piauiense⁵.

⁵ Para melhor compreensão do leitor segue transcrição da mensagem na imagem: Como é bela a Instrução! Como nos faz felizes! Este gremio fecundo, ao passo que nós o procuramos, vão penetrando nos nossos organismos e os vae fazendo fortes. Outr'ora no nosso amado Brasil, era difficil vêr-se a mocidade ancilar pela instrução. Hoje, graças a Deus, não; a mocidade faz todos os sacrificios, não mede obstáculos, e anciosa lança-se à procura da instrução. E esta luz bemfazeja, este balsamo precioso, abre-nos a mente, faz-nos desejar a gloria, e mostra-nos, como alvo, os vultos brilhantes de grandes brasileiros, que alcançaram a gloria, a imortalidade, por seu saber, por sua instrução. E nós, pequeninos seres, desejosos, ansiosos mesmo, por vêr coroados os nossos esforços, lançamos-nos a procurar a Instrução, como se só ella nos pudesse trazer a felicidade! Como é bello vêr-se moços e moças, a aspirar um mesmo sonho um mesmo ideal! Todos unidos pelo mesmo sentimento! De frente erguida a combater e a lutar, pela gloria do nosso amado Brasil! O Brasil, a nossa tão querida Patria, não deve ser somente um paiz rico, um paiz bello, ou um paiz industrial; deve ir além. Para o futuro ele deverá ser-o paiz mais culto e mais progressista finalmente, um paiz onde não haja analphabetos! I.de Freitas. (*Jornal A Luz*, 1930, p. 2. Projeto Memória do Jornalismo Piauiense. Disponível em: <https://s3-sa-east-1.amazonaws.com/pm-uploads/A%20Luz/9jdEk8xcFxmee5cQlY9KsA==>. Acesso em: 23 jun. 2021.

O discurso “Instrução”, publicado no Jornal *A Luz* (1930), ao referir-se à educação do Piauí: “E nós, pequeninos seres, desejosos, ansiosos mesmo, por ver coroados os nossos esforços, lançamo-nos a procurar a Instrução, como se só ella nos pudesse trazer a felicidade” (FREITAS,1930,p.2). Apontou-se que (frente à postura que o País estava tomando naquele momento, diante das mudanças políticas e sociais) a educação se tornou um meio, pelo menos nos discursos; a instrução era vista como meio que possibilitava unificar a população.

Instrução, beleza e indústria são palavras citadas no discurso que, segundo o autor, entrelaçam-se para se ter um país culto. No entanto, a caminhada para esse fim tinha um longo percurso a ser trilhado devido à esmagadora quantidade de analfabetos, abismos sociais entre os estados, em que uma parcela de sertanejos, negros, índios, mulheres eram excluídos de uma participação cidadã.

A educação no período analisado passou a ser vista e utilizada como meio de disseminação de ideias nacionalistas e patrióticas com vistas à unificação do povo brasileiro. Alguns discursos são proferidos em tom romântico, evocando a beleza de um país letrado, unificado e patriótico.

A cultura e importantes atores culturais trabalharam para disseminar e construir um repertório de cultura nacional, a literatura livresca passou a ser utilizada de maneira mais enfática e o combate ao analfabetismo foi se tornando uma luta mais assídua diante das estatísticas que se apresentavam neste período histórico.

O nacionalismo se tornou uma das palavras-chave ao se analisar o período pós-1930, ele se manifestou nas músicas, nos discursos, no movimento da cultura livresca e na imprensa. O grande desafio era formar uma identidade nacional para o País. Nesse sentido, Dutra (2013, p. 229-230) aponta que:

Formar uma consciência nacional, abraçar o Brasil, ser inteiramente brasileiro, estudar o Brasil sob todos os seus aspectos e em todos os seus problemas, tornar o Brasil mais conhecido e amado, são alguns dos vários pontos da pauta cultural que pretendia afirmar a civilização e a cultura nacionais. Estes dois termos, entendidos como complementares, foram ligados por um dos mais importantes artefatos do mundo moderno: o livro. Reconhecido como instrumento fundamental da cultura, seu destino se identificaria como da civilização brasileira, como índice, produto e objeto de cultura.

A mudança política ocorrida em 1930 alterou a sociedade brasileira de forma substancial. Com isso, os mais variados atores sociais trabalharam para formar uma

consciência nacional. A ideia de nação se fazia sentir em todos os sentidos, a educação foi alvo e instrumento crucial para a realização desses ideais.

A instrução, como os discursos mostram, representava a ideia de beleza e felicidade. Ter acesso à instrução também significava ter participação ativa na sociedade, fazer parte, estar incluído. Esses chamamentos discursivos de valorização da educação estavam inseridos em um contexto de crescimento da indústria nacionalista.

O incentivo da educação representava a beleza de um país forte e reconhecido. Assim, a educação era um dos pilares do projeto nacionalista. O desejo por instrução se refletia na preocupação com a formação dos professores e no combate ao analfabetismo. Para coadunar com esse entendimento, Sousa (2015, p. 121) aponta que:

A preocupação com a formação do professorado nesse sentido era imensa, como resultado, o professor deveria catalisar as lições para o interesse coletivo dos alunos. Além disso, a formação do sentimento cívico era aconselhada para pôr em evidência a organização política do Brasil e do Piauí e dos seus municípios, com o objetivo de despertar nos alunos o exercício dos seus direitos e deveres. Para tanto, era necessário o estudo da história pátria e dos heróis, a fim de exaltar o amor à raça. Essas lições deveriam ser aproveitadas nas oportunidades da convivência família, escola e sociedade.

Como bem colocado, a tríade família-escola-sociedade era ponto central na construção dos ideais de nação brasileira. Essas ideias eram difundidas nos mais diversos âmbitos, como bem demonstram os discursos jornalísticos.

Dando seguimento ao discurso “Instrução”, publicado no Jornal *A Luz* (1930, p. 2), o trecho a seguir demonstra que “O Brasil, a nossa tão querida pátria, não deve ser somente um paiz rico, um paiz bello, ou um paiz industrial; deve ir além. Para o futuro ele deverá ser o paiz mais culto e mais progressista finalmente, um paiz onde não haja analfabetos!”. Como colocado discursivamente, o analfabetismo naquele momento deveria ser banido para que o País alcançasse o patamar de culto, industrial e desenvolvido.

Conforme foi citado, mensurar o número de crianças matriculadas, alfabetizadas ou não alfabetizadas, nesse contexto, era de grande importância para contribuir com o controle do governo nacional. A exemplo disso, na notícia a seguir publicada no *Diário Oficial*, foi apresentado o censo escolar da cidade de Teresina na zona urbana da cidade em 1932.

Por meio do censo, alguns fatos foram apresentados no que diz respeito à educação das crianças de 7 a 14 anos da cidade naquele período.

Figura 3 – Censo Escolar

DIÁRIO OFICIAL 29 de Março de 1932

ESTADO DO PIAUÍ

Diretoria Geral da Instrução

SECÇÃO DE ESTATÍSTICA E RECENSEAMENTO ESCOLAR

CENSO ESCOLAR DE TERESINA. IDADE: — DE 7 A 14 ANOS

RESULTADO COLHIDO NO PERIMETRO SUBURBANO

ZONA	N. de códu- las co- letadas	CRIANÇAS RECENSEADAS									
		SEXO MASCULINO					SEXO FEMININO				
		N.	Alfabe- tizadas	Analfa- betas	Sem meios de subsis- tência	Física- mente de- feituosas	N.	Alfabe- tizadas	Analfa- betas	Sem meios de subsis- tência	Física- mente de- feituosas
1. ^a	324	272	72	200	176	2	259	85	174	166	3
2. ^a	245	231	30	181	170	—	202	45	157	155	—
3. ^a	182	149	16	133	118	1	155	20	135	126	1
4. ^a	155	132	14	118	110	—	119	10	109	101	1
TOTAIS	906	784	152	632	574	3	735	160	575	548	3

RESUMO:

Crianças recenseadas	1.519
Crianças alfabetizadas	312
Crianças analfabetas	1.207
Crianças sem meios de subsistência	1.122
Crianças fisicamente defeituosas	8
Porcentagem de analfabetos	79,47 o/o

TERESINA, 8 DE MARÇO DE 1932.

VISTO
MARTINS NAPOLEÃO
Diretor Geral

MARIA DO CARMO VÉRAS
Encarregada do Serviço de Estatística

Fonte: Diário Oficial, 29 mar. 1932, n. 23, p. 2. Arquivo Público do Piauí.

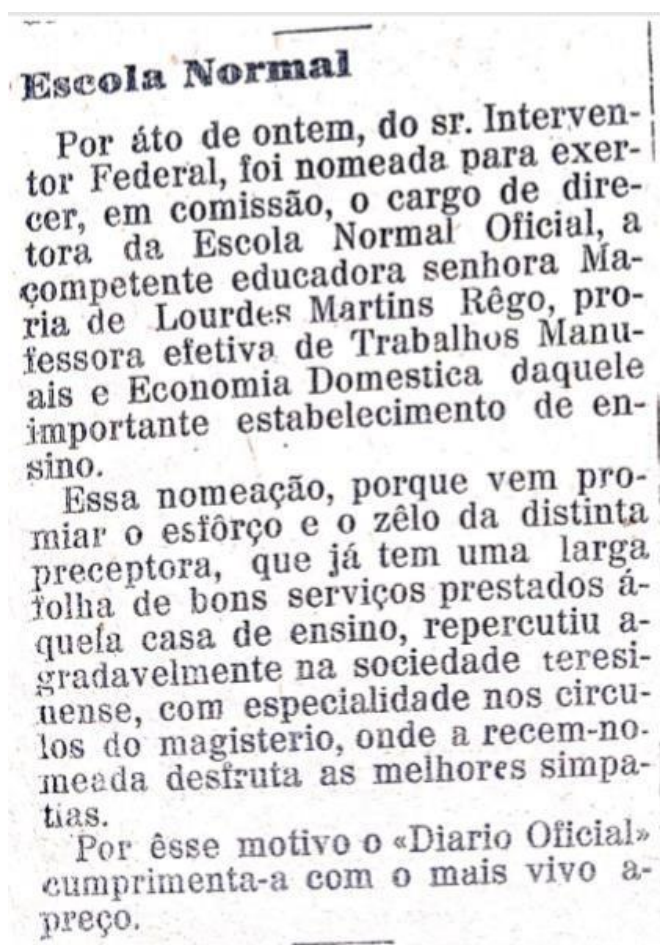
Como o censo mostra, a maioria das crianças que participaram não sabiam ler e escrever, mais precisamente 79,47%. Outro ponto a ser considerado são as crianças em situação de vulnerabilidade ou pobreza, uma vez que 1.122 do total de participantes se enquadravam no quadro de “sem meios de subsistência”, o que demonstra a situação econômica de uma parcela da população dos teresinenses em 1932.

O discurso e a notícia apresentados neste tópico demonstram alguns dos pontos gerais sobre a educação retratados na imprensa após 1930, em que novas demandas por educação se fizeram presentes na sociedade daquele período. Portanto, a educação ofertada não está dissociada da política, mas contribui com a disseminação de ideias que fortaleçam o sistema político vigente. A escola, portanto, tinha a função de disseminar e formar pessoas patriotas, para servir aos anseios ideológicos do período supracitado.

Os discursos proferidos a seguir demonstram como a profissão docente era retratada a partir de 1930. Os discursos de professores nesse período se fazem mais presentes em solenidades e instituições escolares, em que os professores manifestavam suas ideias em torno da educação, mas também apresentam, por meio de suas falas, as imagens sociais de ser docente.

As imagens sociais foram se construindo tanto sobre o que era dito, noticiado sobre os professores, como também pela forma como os professores pensavam e discursavam sobre si. Nesse sentido, a imprensa teve contribuição importante sobre a forma como retratavam os professores. Na notícia a seguir, “Escola Normal”, a repercussão do evento envolvia toda a sociedade teresinense. Assim, podemos observar a forma calorosa como a profissão docente era retratada nas notícias.

Figura 4 – Escola Normal



Fonte: Jornal Diário Oficial, 2 de jul. 1933, n. 165, p. 1. Arquivo público do Estado do Piauí.

O valor da Escola Normal era bastante realçado nas páginas dos jornais. As relações de poder existentes no meio social atreladas à educação também eram perceptíveis por intermédio da imprensa. Para Almeida (2004, p. 62-63):

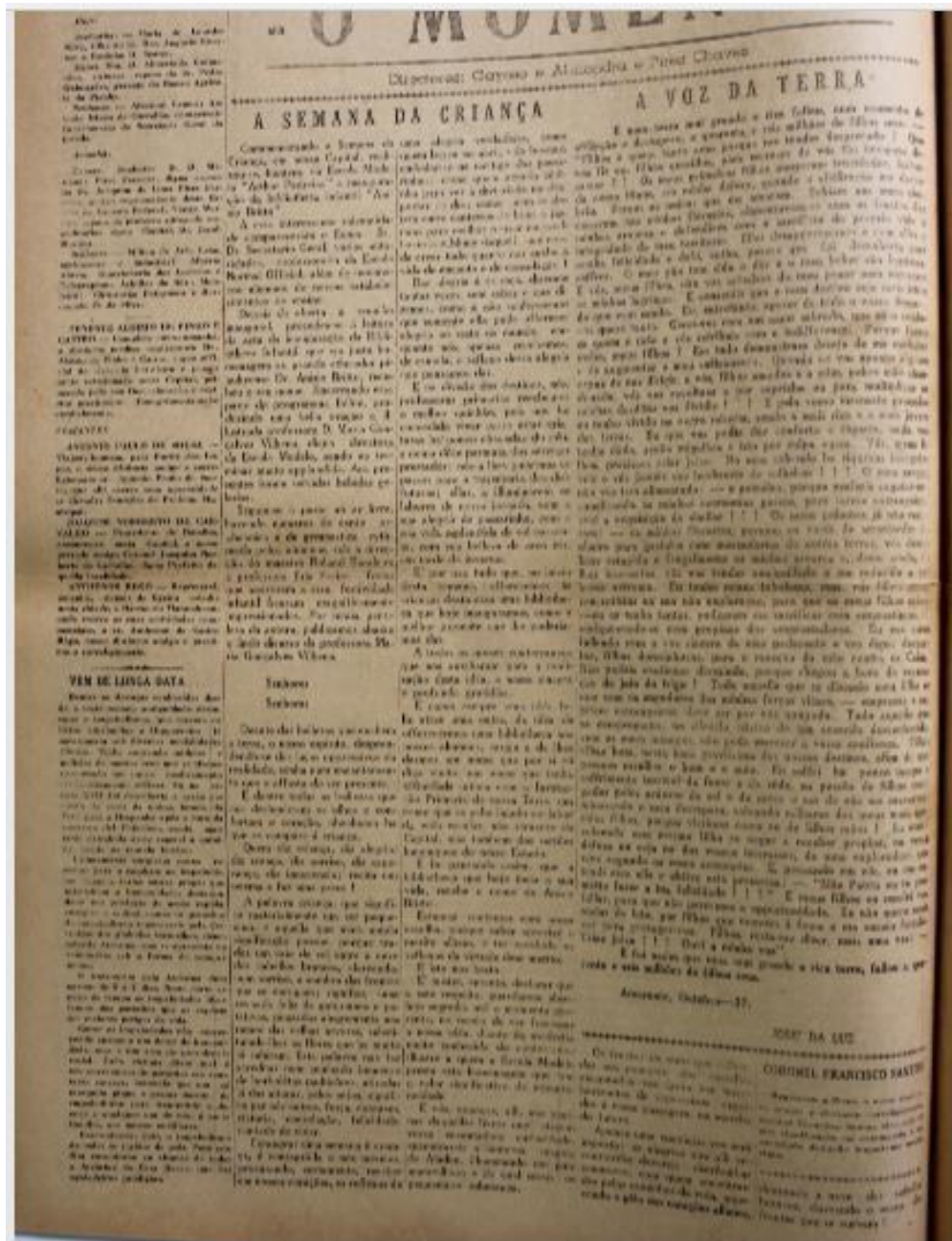
A figura da mulher atuante na escola-mãe que redime e encaminha para uma vida de utilidade e sucesso é esculpida em prosa e verso. Nessa constrói-se a tessitura mulher-mãe-professora, aquela que ilumina na senda do saber e da moralidade, qual mãe amorosa debruçada sobre as frágeis crianças a serem orientadas e transformadas por dedos que possuem a capacidade natural de desenhar destinos e acalentar esperanças, coadjuvantes inspiradas de uma escola que se erige como transformadora de consciências.

De acordo com essa ideia, os jornais demonstram, de forma elucidativa, a imagem e o respeito que a sociedade expressava pelas professoras. Esse ideal de moralizadora e vocacionada está presente de forma clara nas notícias coletadas no período em análise.

Além disso, os símbolos nacionais, as datas e os valores nacionais eram discursados em situações solenes, e direcionados ao alcance de todos, difundidos para que o espírito nacionalista fosse incorporado por todos, tendo a educação e a imprensa como aliados primordiais. Nesse sentido, Barbosa (2007, p. 116) acrescenta:

Nessa linha de pensamento e nesse projeto político há lugar tanto para a pedagogia, como para o controle. Ao Estado cabe a responsabilidade de tutelar a população, modelando seu pensamento, ajustando-a ao novo ambiente político, preparando-a para atuar sob égide do totalitarismo. Para isso é fundamental a criação de símbolos difundidos e cultuados em uníssono. E a imprensa cumpre mais uma vez, seja por adesão ou por coerção, o papel de unificar e tornar visível esta simbologia.

A semana da criança foi comemorada em 1937, em Teresina, com a inauguração da biblioteca infantil “Anísio Brito”. A solenidade ocorreu na Escola Modelo Arthur Pedreira com a presença do Secretário-Geral, o professorado da Escola Normal e alunos. Anísio Brito foi homenageado no evento de inauguração.

Figura 5 – A Semana da Criança⁶

Fonte: Jornal *O Momento*, Teresina, ano V, n. 452, p. 6, 10 out. 1937. Projeto memória do jornalismo piauiense.⁷

⁶ Disponível em: [⁷ Para melhor compreensão do leitor segue transcrição da notícia: Comemorando a Semana da Criança, em nossa Capital, realizou-se, ontem, na Escola Modelo “Arthur Pedreira” a inauguração da biblioteca infantil “Anísio Brito”. A essa interessante solenidade compareceram o Exmo. Sr. Dr. Secretário Geral, varias autoridades, professorado da Escola Normal Oficial, além de inúmeros alunos de nossos estabelecimentos de ensino. Depois de aberta a reunião inaugural, procedeu-se á leitura da acta da Biblioteca Infantil, que em justa](https://s3baseast1.amazonaws.com/pmuploads/O%20Momento/KVJl5TDWneFmYrk0iSrxOg=. Acesso em: 23 jun. 2021.</p>
</div>
<div data-bbox=)

Na ocasião, a professora Maria Gonçalves Vilhena, então diretora da Escola Modelo, fez o seguinte discurso (citaremos alguns trechos que expressam o sentimento de ser professor) publicado no Jornal *O Momento*:

homenagem ao grande educador piauiense Dr. Anísio Britto, recebeu seu nome. Encerrando essa parte do programa falou, produzindo uma bella oração a ilustrada professora D. Maria Gonçalves Vilhena, digna diretora da Escola Modelo, sendo ao terminar muito aplaudida. Aos presentes foram servidas bebidas geladas. Segui-se a parte ao ar livre, havendo números de canto orfeônico e de gymnastica rythmada pelos alunos, sob a direção do maestro Roland Bandeira e professora Erla Freire. Todos que assistiram a essa festividade infantil ficaram magnificamente impressionados. Por nímia gentileza da autora, publicamos abaixo o lindo discurso da professora Maria Gonçalves Vilhena. Senhores e senhoras- Deante das belezas que enchem a terra, o nosso espírito, desprendendo-se dos laços opressivos da realidade, sonha num encantamento que o afasta do ser presente. E dentre todas as belezas que nos deslumbram os olhos e confortam o coração, nenhuma há que se compare á criança. Quem diz criança, diz alegria, diz crença, diz sorriso, diz esperança, diz inocência; recita um poema e faz uma prece! A palavra criança, que significa materialmente um ser pequeno, é aquella que mais ampla significação possui, porque traduz um raio de sol entre a neve dos cabelos brancos, clareando, num sorriso, a sombra das fronteiras que se enrugam; significa uma revoadada feliz de gaturamos e patativas, pousados alegremente nos ramos das velhas arvores, substituindo-lhes as flores que há muito já cahiram. Esta palavra que faz acreditar num punhado imenso de borboletas multicores, atiradas lá das alturas, pelos anos, significa par nós outros, força, coragem, victoria, consolação, felicidade, vontade de viver. Consagrar uma semana á criança, é consagrá-la a nós mesmos, procurando, certamente, receber em nossos corações, os reflexos de uma alegria verdadeira, como quem busca no abrigo do bosque, embalar-se na cantiga dos passarinhos, como quem acorda cedinho para ver a divindade no despertar do dia; como quem se detera entre canteiros de lírios e jasmims para melhor passar na inteligência sublime daqueli que pode crear tudo quanto nos enche a vida de encanto e de consolação! Dar alegria á criança, dizemos, como si não soubéssemos que somente ella pode oferecer alegria ao resto do mundo, enquanto nós, apenas recebemos, de esmola, o reflexo dessa alegria que pensamos dar. E na divisão dos destinos, nós, professoras primárias recebemos o melhor quinhão, pois nos foi concedido viver entre estas criaturas há pouco chegadas do céu e numa dôce permuta dos serviços prestados: nós a lhes guiarmos os passos para a trajetória dos dias futuros; ellas, a iluminarem os labores de nossa jornada, coma sua vida esplendida de sol nascente, com sua beleza de arco íris, em trade de inverno. E por isso tudo que, no inicio desta semana, oferecemos ás crianças desta casa uma biblioteca que hoje inauguramos, como o melhor presente que lhe poderíamos dar. A todos os nossos conterraneos que nos auxiliaram para a realização desta idéa, a nossa sincera e profunda gratidão. E como sempre uma idéa feliz atrae uma outra, da idéa de oferecermos uma biblioteca aos nossos alunos, surgiu a de lhes darmos um nome que por si só diga muito, um nome que tenha afinidade intima com a Instrução Primária de nossa Terra, um nome que se ache ligado ao labor da vida escolar, não somente da Capital mas também dos sertões longiquos do nosso Estado. E foi pensando assim, que a bibliotheca que hoje inicia a sua vida, recebe o nome de Anísio Britto. Estamos contentes com nossa escolha, porque saber apreciar o mérito alheio, é ter recebido os reflexos da virtude desse mérito. E isto nos basta. É mister, entanto, declarar que a este respeito, guardamos absoluto segredo, até o momento presente, no receio de ver fracassar a nossa idéa, diante da modéstia muito conhecida do contemporaneo illustre a quem a Escola Modelo presta esta homenagem que tem o valor significativo da espontaneidade. E vós, crianças, ali, nas paginas daqueles livros que atraem vossa encantadora curiosidade, encontrareis a lanterna magica de Aladim, iluminando um paiz maravilhoso e do qual sereis pequeninos soberanos. Os fructos de ouro que colherdes nos pomares dos castelos encantados vos farão ver novos horizontes de reposteiros erguidos á vossa passagem, na marcha do futuro. Apenas uma condição vos será imposta: as alegrias que ali encontrardes deveis distribuil-as comnosco, com quem encontrardes pelos caminhos da vida, aquecendo o gelo dos corações alheios, dourando a neve dos cabellos brancos, clareando o acaso das fronteiras que se curvam! Maria Gonçalves Vilhena – (Jornal *OMomento*, Teresina, ano V, n. 452, p. 6, 10 out. 1937. Projeto memória do jornalismo piauiense).

Consagrar uma semana a criança, é consagra-la a nós mesmos, procurando, certamente, receber em nossos corações, os reflexos de uma alegria verdadeira, como quem busca no abrigo do bosque, embalar-se na cantiga dos passarinhos, como quem acorda cedinho para ver a divindade do despertar. (VILHENA, 1937, p. 6).

Conforme o trecho discursivo citado pela professora Maria Gonçalves Vilhena, ela percebia a docência primária de maneira romântica. Os discursos proferidos por professores primários em relação ao exercício da sua profissão remetem a algo sublime, mesmo que o exercício da profissão docente, os salários e as condições de trabalho não permitissem condições dignas de trabalho.

No mesmo discurso anteriormente citado, publicado no Jornal *O Momento* (VILHENA, 1937, p. 6), a diretora da Escola Modelo Arthur Pedreira prossegue seu discurso, falando a respeito da docência primária:

E na divisão dos destinos, nós, professoras primárias recebemos o melhor quinhão, pois nos foi concedido viver entre estas criaturas há pouco chegadas do céu, e numa doce permuta dos serviços prestados: nós a lhe guiarmos os passos para a trajetória dos dias futuros; elas, a iluminarem os labores de nossa jornada, com a sua alegria de passarinho, com a sua vida esplendida de sol nascente, com sua beleza de arco iris, em tarde de inverno. (VILHENA, 1937, p. 6).

Por mais que as crianças sejam fonte de luz para o exercício da profissão docente primária, a professora não deixa de citar os labores da profissão, por mais que não os expresse em palavras, mas percebe-se que o que as crianças representam parece sustentar e suavizar a jornada da profissão.

A imagem da professora como símbolo de bondade e acolhimento, segunda mãe, é discursado amplamente na sociedade e, desse modo, foi se internalizando que, apesar de ganhar pouco, de não ter condições materiais para bem desenvolver a profissão, ainda assim era recompensador. Para Almeida (2004, p.81):

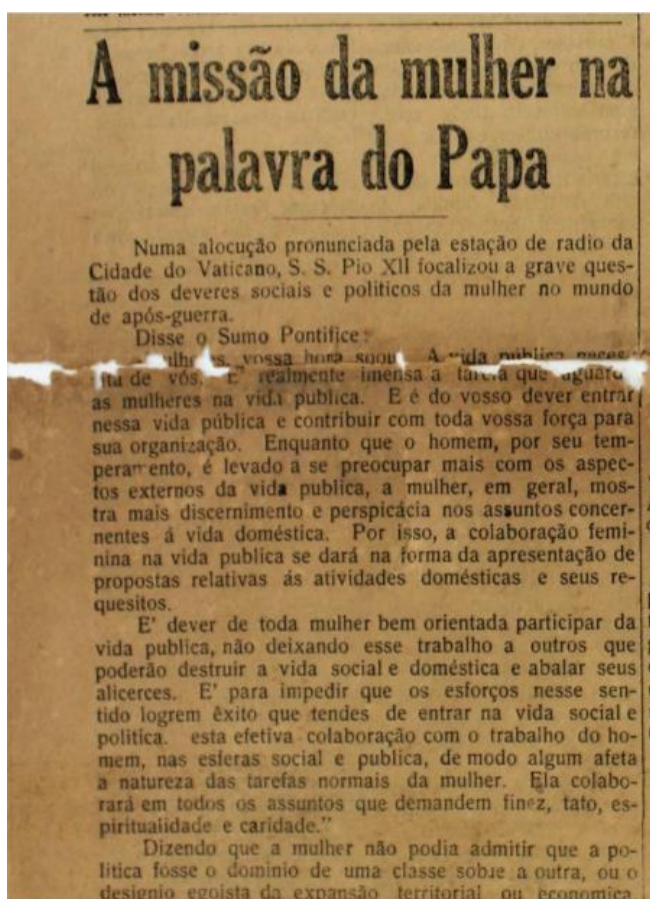
O Estado Novo, que instaurou a ditadura nos anos de 1930, em relação ao professorado estabeleceu uma política de ambiguidades, pois mantinha a categoria num esquema de contenção salarial enquanto procurava dignificar a imagem profissional. As mulheres, que já eram maioria no magistério, detinham, do ponto de vista social, uma imagem assexuada, ao incorporar a maternidade e o papel de guardiãs da moral da família e da pátria.

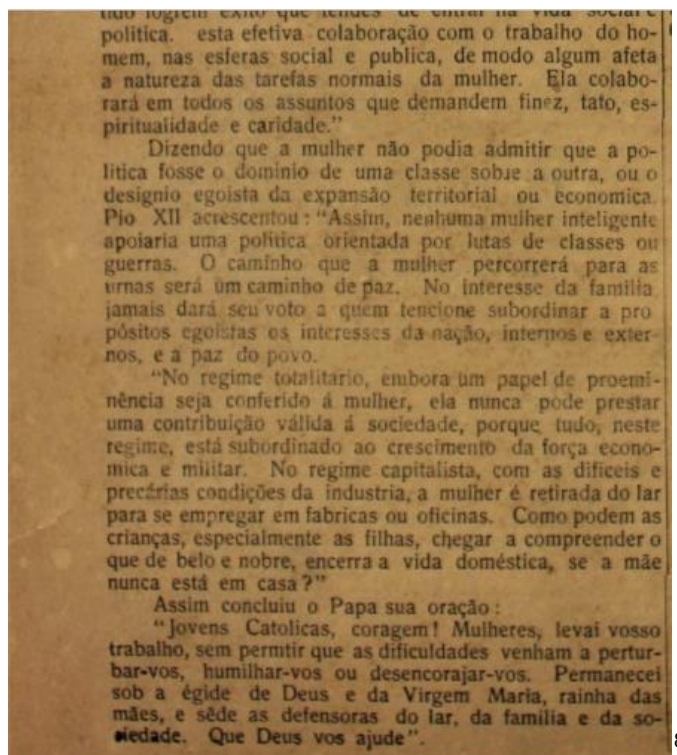
A imprensa enquanto órgão disseminador de ideias e formador de opinião trabalhava no sentido de apontar e direcionar comportamentos que seriam adequados para a época e a

sociedade a qual se direcionava. O ser mulher, os comportamentos que seriam adequados e a profissão que seria conveniente dentro dos moldes sociais do período tinham na imprensa um importante aliado. A exemplo da notícia a seguir “A mulher na visão do Papa” é um exemplo.

Mesmo ocorrendo abertura profissional para o espaço público, as profissões estavam ligadas ao cuidado do outro, os limites entre o público e o privado estavam claros nos discursos vigentes. A notícia a seguir é elucidativa ao mostrar o que a igreja e a sociedade esperavam do papel da mulher na escolha política, no seu dever social que estava relacionado diretamente ao espaço doméstico e até quando este lugar adentrava ao espaço público seria extensão do primeiro.

Figura 6 – A missão da mulher na palavra do papa





Fonte: Jornal *Gente Nova*, 20 de jul. 1946, p. 1. Projeto memória do jornalismo piauiense.⁹

⁸ Para melhor compreensão do leitor foi reproduzido a notícia, a seguir: Numa alocação pronunciada pela estação de radio da Cidade do Vaticano, S. S. Pio XII focalizou a grave questão dos deveres sociais e políticos da mulher no mundo de após-guerra. Disse o Sumo Pontífice: “Mulheres, vossa honra soou. A vida publica necessita de vós. É realmente imensa a tarefa que aguarda as mulheres na vida publica. E é do vosso dever entrar nessa vida publica e contribuir com toda vossa força para sua organização. Enquanto queo homem, por seu temperamento, é levado a se preocupar mais com os aspectos externos da vida publica, a mulher, em geral, mostra mais discernimento e perspicácia nos assuntos concernentes á vida doméstica. Por isso, a colaboração feminina na vida publica se dará na forma da apresentação de propostas relativas ás atividades domésticas e seus requisitos. É dever de toda mulher bem orientada participar da vida publica, não deixando esse trabalho a outros que poderão destruir a vida social e doméstica e abalar seus alicerces. É para impedir que os esforços nesse sentido logrem êxito que tendes de entrar na vida social e política. Esta efetiva colaboração com o trabalho do homem, nas esferas social e publica, de modo algum afeta a natureza das tarefas normais da mulher. Ela colaborará em todos os assuntos que demandem finez, tato, espiritualidade e caridade.” Dizendo que a mulher não podia admitir que a politica fosse o domínio de uma classe sobre a outra, ou o designio egoísta da expansão territorial ou econômica. Pio XII acrescentou: “Assim, nenhuma mulher inteligente apoiaria uma politica orientada por lutas de classes ou guerras. O caminho que a mulher percorrerá para as urnas será um caminho de paz. No interesse da família, jamais dará seu voto a quem tencione subordinar propósitos egoístas os interesses da nação, internos e eternos, e a paz do povo. “No regime totalitário, embora um papel de proeminência sea conferido á mulher, ela nunca pode prestar uma contribuição válida á sociedade, porque tudo, neste regime, está subordinado ao crescimento da força econômica e militar. No regime capitalista, com as difíceis e precárias condições da indústria, a mulher é retirada do lar para se empregar em fabricas ou oficinas. Como podem as crianças, especialmente a filhas, chegar a compreender o que de belo e nobre, encerra a vida doméstica, se a mãe nunca está em casa?” assim concluiu o Papa sua oração: “Jovens Catolicas, coragem! Mulheres, levai vosso trabalho, sem permitir que as dificuldades venham a perturbar-vos, humilhar-vos ou desencorajar-vos. Permanecei sob a égide de Deus e da Virgem Maria, rainha das mães, e sede as defensoras do lar, da família e da sociedade. Que Deus vos ajude.” (Jornal *Gente Nova*, 20 de jul. 1946, p. 1. Projeto memória do jornalismo piauiense)

⁹ Disponível em: <https://s3-sa-east-1.amazonaws.com/pm-uploads/Gente%20Nova/x6-OTVi1jHUWnY2-6Qo9Lg==>. Acesso em: 24 jun. 2021.

Por meio desta notícia, fica claro como a Igreja e a imprensa como órgãos formadores de opinião apontavam comportamentos que seriam adequados para a mulher viver de acordo com a sociedade em que estava inserida. Para Almeida (2004, p. 73):

A identidade feminina, resguardada entre os vários segmentos sociais, era definida numa moldura cultural em que os valores, normas, expectativas, imagens, regras, conceitos preconceitos compunham o arcabouço social e determinavam os hábitos e costumes. Das mulheres esperava-se a permanência no espaço doméstico, o recato, a submissão, o acatamento da maternidade como a mais elevada inspiração. Dos homens, a atuação no espaço público, no mundo do trabalho, na política, o exercício da liberdade, inclusive sexual, a incorporação dos atributos de porteção e autoridade.

Assim, por mais que, desde o início do século XX, a abertura aos espaços públicos se tornasse mais acessível às mulheres, como professoras primárias, essa acessibilidade e liberdade eram constantemente vigiadas e controladas pela Igreja, pela família, pela imprensa e pela sociedade. O relatório de 1938, apresentado pelo Interventor Leônidas Melo ao presidente da República, demonstra a situação geral da instrução no Piauí naquele ano. A educação nos documentos apresentados pelos governantes demonstra preocupação e certo engajamento no intuito de solucionar esse problema.

Figura 7 – Edificação Escolar

A instrução tem constituído incessante preocupação de meu governo. Quem quer que volva os olhos ao problema, no Piauí, sentirá de pronto, que tem merecido cuidado especial.

Si um dos indices de desenvolvimento do ensino em toda e qualquer parte, é a constante da elevação de matrícula e frequência, merece apreciação o que se ha conseguido entre nós. Em 1933 a matrícula geral atingio a 15.999, cifra irrisoria comparada com a população calculada em 798.839 habitantes, dando, pois, a percentagem de 2%.

Em 1937 a matrícula geral já se elevou a 32.383 alunos, o que dá uma percentagem de 3,7% em relação ao calculo da população, levantado pela Diretoria de Estatística.

A progressão da matrícula se fez, como expressam os numeros abaixo, em rapida ascensão:

	Matricula geral	Frequencia média
1934	20.600	11.882
1935	25.532	14.712
1936	28.425	17.666
1937	32.383	21.206

Edificação escolar

Prossigo sem interrupção, o plano de dotar cada cidade do Estado com o seu predio escolar.

Ao assumir o Governo estavam em construção os seguintes edificios:

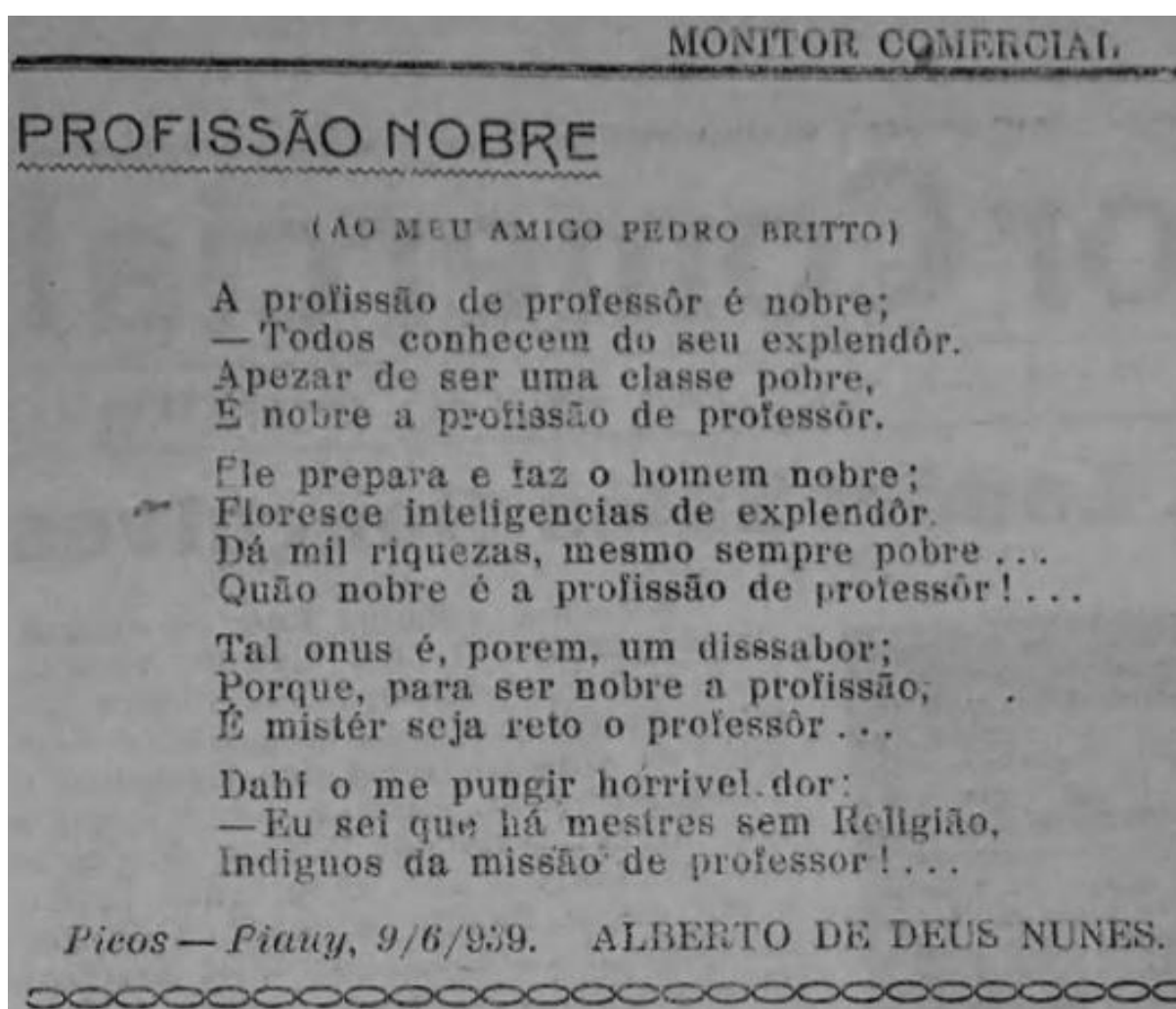
- Liceu Piauiense, em Teresina
- 1 Grupo escolar em Barras
- 1 Grupo escolar em Porto Alegre
- 1 Grupo escolar em Piracuruca

Fonte: Imprensa Oficial, 1938, p. 85. Arquivo Público do Piauí.

Pelos dados apresentados no decorrer dos anos de 1934, 1935, 1936 e 1937, podemos inferir que ocorreu um crescimento considerável no número de matrículas, no entanto a evasão era um fator importante a ser considerado, que pode ser explicado por diversos fatores, como, por exemplo, as condições econômicas da maior parte da população piauiense daquele período.

A seguir, mais um poema foi publicado na imprensa piauiense sobre o professor. A imagem de profissão nobre foi publicada no Jornal *Monitor Comercial* em 1939.

Figura 8 – Profissão Nobre



Fonte: Jornal *Monitor Comercial*, agosto.1939, p. 2. Projeto memória do jornalismo piauiense.¹⁰

¹⁰Disponível em :https://s3saeast1.amazonaws.com/pmuploads/Monitor%20Comercial/utnpWi6Neb_1Ux0trS6OQ==. Acesso em: 24 jun. 2021.

Nunes (1939, p. 2) se refere à profissão de professor como uma profissão nobre apesar da desvalorização, pois mesmo que ela forme com esplendor, o profissional continua pobre, sem a valorização devida. Vicentini e Lugli (2009, 163) corroboram a ideia de que:

A recompensa simbólica seria o reconhecimento da importância de seu trabalho abnegado pela educação do povo brasileiro, presente num discurso que lhe atribui um caráter sacerdotal. Essa ideia da importância do trabalho, por um lado, é utilizada para tornar as suas reivindicações mais legítimas, e, por outro, constitui o eixo de uma ética do ofício marcada pelo sacrifício, pelo enfrentamento dos obstáculos inerentes à tarefa de ensinar.

Dessa forma, essa foi a imagem social que foi se construindo a respeito da profissão docente. De acordo com as publicações na imprensa do Piauí, a imagem do profissional era nobre, mas não era valorizado financeiramente. Além disso, Sousa (2015, p. 127) aponta que:

O Estado Novo, representado por Getúlio Vargas e Leônidas Melo no Piauí, inculcou o ser professor no representante da disciplina, com civismo e como defensor de uma pátria grande e unida, isso refletido no cotidiano escolar, do início da aula às paradas cívicas. A educação era o grande foco dos investimentos e das notícias em jornais, consequentemente o professor era disseminador das ideias que moviam o Estado Novo.

A busca pela valorização social em torno da profissão vai dando alicerce para colocar a profissão como nobre, no entanto o reconhecimento financeiro não se concretizava nos salários ofertados aos professores. Uma profissão nobre, mas que se sustentava na beleza de ensinar, na nobreza que era transmitir o conhecimento, mas que não ofertava condições reais de concretude de valor.

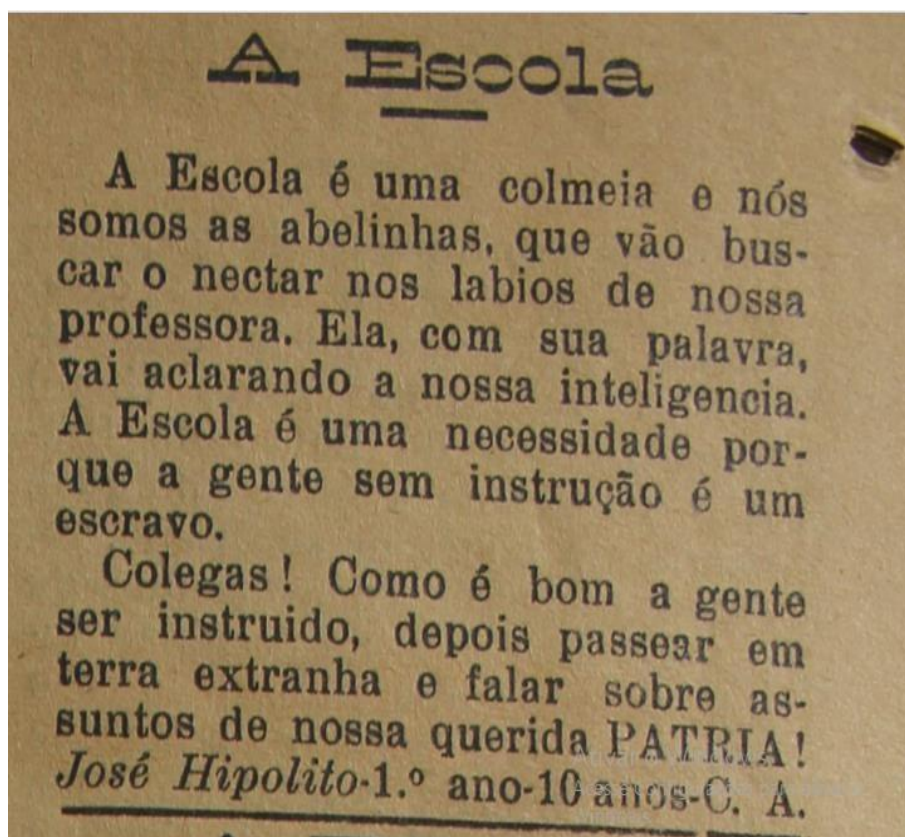
Nos discursos proferidos por professores e nos feitos a respeito da profissão de professor, foi se construindo uma imagem de beleza, de nobreza e de dedicação que parece sustentar a falta de valorização concreta ao se referir aos salários dos profissionais docentes. Sousa (2015, p. 126-127), ao analisar a profissão docente no Piauí, afirma que:

Percebemos que toda ideia de devotamento do professor à profissão, de sacrifício e vocação continuaram, e com um resultado negativo para a identidade docente no sentido de aceitar a desatenção e a falta de investimento na educação por parte do estado. Ou seja, a missão e a vocação eram conclamadas. Dessa forma, o professor era consagrado ao renunciar aos seus direitos individuais em nome do coletivo, sendo considerado um ser abnegado a serviço da humanidade.

Com base nos discursos que eram proferidos a respeito dos professores e, por vezes, dos próprios professores em torno da docência, foi se construindo a ideia de salvacionismo e abnegação com uma certa dose de tom romântico, provavelmente para atenuar as lacunas deixadas pela desvalorização material que refletiam nos baixos salários, e nas desfavoráveis condições de trabalho.

No Jornal escolar *A Escola*, o valor da escola é demonstrado pelo aluno José Hipolito de 10 anos.

Figura 9 – A Escola



Fonte: Jornal *O Fanal*, 31 de mar. 1940, n. 5, p. 8. Projeto memória do jornalismo piauiense.¹¹

Os discursos publicados na imprensa fornecem a imagem que foi se construindo a respeito da educação, da escola e da profissão docente, muitas vezes carregadas de poesia e beleza, mas ficando no plano imagético; a escola como necessidade e a educação como meio para a libertação.

¹¹ Disponível em: <https://s3-sa-east-1.amazonaws.com/pm-uploads/Fanal/HW678TUIPvs3eyOJwsvZvA==>. Acesso em: 24 jun. 2021.

As imagens sociais que foram sendo construídas ao longo do tempo sobre a profissão docente não são imagens que se fecharam em um determinado período, ou seja, a imagem social que foi construída e disseminada sobre a docência em um determinado momento histórico diz respeito às relações políticas, econômicas e sociais do período. No entanto, elas não se fecham, são construções discursivas que perpassam e são propagadas ao longo do tempo, a imagem do professor devoto, sacerdote, missionário, disciplinador.

Missão atrelada à profissão docente é uma imagem social que perpassa os mais variados períodos em análise deste estudo. Como se pode verificar por meio da notícia “Grupo escolar João Costa”, publicada no *Diário Oficial*:

A imprensa oficial foi honrada, ontem, pela manhã, com a atenciosa visita da diretora e professoras do G.E “João Costa”, desta capital, senhoras Lina Gaioso Castelo Branco, Anita Martins Santos Lima e Otacilia de Carvalho Melo, acompanhadas de todos os alunos daquele estabelecimento de ensino, em número superior a 100. As crianças apresentaram-se uniformizadas, deixando-nos a melhor impressão da ordem reinante entre elas e do garbo com que ostentavam o seu novo e interessante uniforme, adquirido por iniciativa daquelas dignas educadoras, que, para isso, promoveram a realização de uma função cinematográfica, contando com o concurso do Sr. José Omati, proprietário do cinema Olimpia, e com a solicitude da sociedade teresinense no aceitar os ingressos para aquela festa de generosidade. As conceituadas preceptoras, a quem agradecemos a distinção da visita, deixaram por nosso intermédio os seus agradecimentos a todas as pessoas que colaboraram na objetivação de sua iniciativa, reveladora da nobreza com que exercem a sua missão na sociedade e digna, por certo, dos mais francos aplausos. (GRUPO..., 1933, p. 1).

A notícia mostra a ação que as educadoras realizaram com o intuito de conseguir o fardamento para as crianças do educandário, a visão missionária das professoras é destacada no discurso. Desse modo, há a imagem social de professores e, principalmente, professoras primárias como missionárias, de modo que essa é a imagem que continua fazendo parte da profissão docente. Assim, a imagem social do início do século ainda se mantinha, o aspecto salvacionista e de missionária se fazia presente. De acordo com Almeida (1998, p. 64):

Com a possibilidade das mulheres poderem ensinar produziu-se uma grande demanda pela profissão de professora. Aliando-se a essa demanda, o discurso ideológico construiu uma série de argumentações que alocavam às mulheres um melhor desempenho profissional na educação, derivado do fato de a docência estar ligada às ideias de domesticidade e maternidade. Essa ideologia teve o poder de reforçar os estereótipos e a segregação sexual a que as mulheres estiveram submetidas socialmente ao longo de décadas, por entender-se que cuidar de crianças e educar era missão feminina e o magistério revelar-se seu lugar por excelência.

Após a oficialização da Escola Normal no Piauí, houve abertura na imprensa para as professoras discursarem em solenidades como a Semana da criança, solenidades da Escola Normal, premiações escolares. Este espaço foi importante para as professoras se expressarem, como também a demonstração de valor que a sociedade expressava pela profissão docente naquele momento. Como aponta Cardoso (2010, p. 163):

A condição de professora da Escola Normal e de professora normalista também oportunizou e legitimou o discurso público feminino. Em solenidades de formatura e, a partir do início dos anos trinta, nas comemorações da Semana da Criança, a fala das normalistas tornou-se recorrente no cotidiano da cidade.

Nessas oportunidades, é possível perceber o que as professoras pensavam e articulavam em torno da profissão docente e, principalmente, a percepção de valor, como também os possíveis entraves que permeavam os discursos.

O discurso a seguir foi proferido pela professora de inglês Maria Cacilda Ribeiro Gonçalves (1939, p. 3), da Escola Normal, na premiação dos alunos da cadeira de música

Figura 10 – Discurso



Fonte: Jornal Vanguarda, 7 de Novembro de 1939, p. 3. Projeto memória do jornalismo piauiense.¹²

¹² Disponível em: <https://s3-sa-east-1.amazonaws.com/pm-uploads/Vanguarda/rQUsDbkRu1AJtsn2mcs01g==>. Acesso em: 24 jun. 2021.

Tenho acompanhado, com grande interesse, as reformas por que tem passado o ensino no Brasil, entristece-me, porém, permitam que o declare, a inutilidade de tais reformas, porque a elevação do nível de ensino no Brasil, que dará quando os professores quiserem compreender que no exercício da função pública, o indivíduo perde o direito a si mesmo, para só pertencer ao Estado, e, neste caso, não pode distribuir com parentes e afilhados aquilo que é apenas depositário de confiança do poder público. A maioria, porém, dos indivíduos que exercem cargos públicos, outra coisa não pensa senão em pleitear direitos, mas não aceita nem cumpre as obrigações que deles decorrem. A instrução, pois, é a maior vítima desta incompreensão, porque os que se acham investidos da alta missão de ensinar, sem atentarem para o mal que resulta do excesso de generosidade, aprovam, ostensivamente, grande número de estudantes sem nenhum preparo digno de atenção. (GONÇALVES, 1939, p. 3).

A professora Gonçalves, no início do discurso, faz uma crítica aos professores que “apadrinhavam” e acabavam por aprovar educandos que não atingiam os devidos objetivos escolares. A docente defende uma postura dos professores mais neutra em relação à aprovação dos alunos; no entanto, ao fazer a crítica, coloca de certa forma a responsabilidade da elevação do nível de ensino nos professores.

Esse posicionamento demonstra uma denúncia na postura dos professores a que a crítica foi direcionada e também um ponto importante perceptível na história da profissão docente no Brasil. O Estado muitas vezes aponta o professor como solução ou culpado pela eficácia ou não do ensino. De forma que os posicionamentos se entrelaçam e os próprios docentes acabam por reproduzi-lo. Dando seguimento ao discurso, Gonçalves (1939, p. 3) conclui:

Um estudante, portanto, que se destaca pelo amor ao estudo, pela obediência aos Regulamentos, pelo respeito aos professores, pela conduta exemplar, é um educador de si mesmo. Oferece, com isto, um grande exemplo de patriotismo e impõe-se ao respeito não só dos seus colegas, como, também, dos seus mestres, estão nestes casos as normalistas premiadas as quais apresento as minhas felicitações.

O discurso da educadora se entrelaça com os discursos e palavras de ordem do período analisado – obediência, disciplina e patriotismo –, as quais faziam, naquele momento, parte de características de um aluno exemplar. Ou seja, o que se esperava dos alunos era que atendessem às expectativas de ideia de nação proclamada pelo governo. Sousa (2015, p. 125) acrescenta que nesse período:

O professor atuaria como transmissor de conhecimentos para a formação da criança e da mocidade, voltado para o engrandecimento da pátria. A criança

era vista como esperança do futuro; o estudo e o trabalho, como impulsionadores do crescimento da pátria. E, acima de tudo, havia a reafirmação do Estado Novo como um Brasil grande, forte, unido, disciplinado e civilizado, devendo o educador estar a serviço desse pensamento.

O professor, nesse sentido, era formado para atender aos ideais patrióticos e formar alunos disciplinados como futuros trabalhadores e impulsionadores do crescimento do País. No discurso de Maria Cacilda Gonçalves, fica clara a preocupação com a formação dos alunos que estavam sendo aprovados no Piauí; segundo a professora, estava ocorrendo uma falta de rigor por parte dos professores ao aprovar os alunos sem o devido rigor profissional. No discurso a seguir, proferido pela professora Zenóbia Ribeiro (1943), demonstra-se bem o lugar e o valor que a sociedade piauiense vislumbrava para a educação.

Figura 11 – A Escola



Fonte: Jornal A escola, Teresina, p. 1, 15 maio 1943. Projeto memória do jornalismo piauiense.¹³

¹³Disponível em: <https://s3-sa-east-1.amazonaws.com/pm-uploads/A%20Folha/ked-OH9pfOeOwt2phUCBpg==>. Acesso em: 25 jun. 2021.

No discurso, publicado no Jornal *A Escola*, na ocasião do 33º aniversário da Escola Normal, é perceptível a congruência do movimento nacionalista no discurso da professora, como assim segue:

No Brasil, sobretudo nestes últimos tempos, estes ideais de nobreza têm-se arraigado consideravelmente. Partindo dos centros adeantados marcham celeremente em todas as direções e tendem a chegar até o longínquo e inculto sertão, destruindo blocos dispare, conceitos falsos, para deixar logar ao alevantamento do grande edifício da nacionalidade. Em todos os setores de atividades o progresso tem sido enorme. Mas é principalmente a educação das massas base angular da felicidade de uma raça - o que mais tem preocupado os espíritos generosos e esclarecidos. Procuram eles dar ao nosso povo uma instrução unitária, verdadeiramente nacional. Esta difusão rápida e uniforme de ideias educativas, tornou notável incremento em o nosso Estado. É grande o número de realizações que se têm nesse sentido. (RIBEIRO, 1943, p. 1).

A educação, assim, era instrumento para servir à nação. A difusão da educação representava os avanços da política nacionalista. Os discursos proferidos por professoras nesse período, publicados na imprensa piauiense, atestam o entusiasmo em prol da educação do povo piauiense. Continuando o mesmo discurso, a professora Ribeiro (1943) relembra a oficialização da Escola Normal como uma importante instituição para a formação de professores no Piauí:

Um acontecimento, porém, que marcou época na História do Piauí e de excepcional significação para nós, é a criação da Escola Normal no governo do Dr. Antonino Freire, este educandário, daí por diante, tem contribuído poderosamente para a perpetuidade dos anseios piauienses de equidade e justiça. No dia de hoje, a Escola Normal Oficial comemora o seu 33º aniversário. 33 anos de luta e esforços contínuos para legar ao Piauí homens fortes, esclarecidos e capazes de vencer. E queremos neste ano comemorá-lo com maior brilhantismo do que nos anos anteriores. Com este fim editamos o nosso número do nosso jornal “A ESCOLA”. (RIBEIRO, 1943, p. 1).

Como já foi mencionado, a Escola Normal Oficial teve importância fundamental na formação de professores do estado. Para além da educação, teve um valor social ao colocar as mulheres como o grupo preferencial para atuarem na educação infantil, por mais que as questões e outras discussões possam permear o fato de as mulheres serem as escolhidas, não se pode negar que foi uma oportunidade de inserção das mulheres no mercado de trabalho.

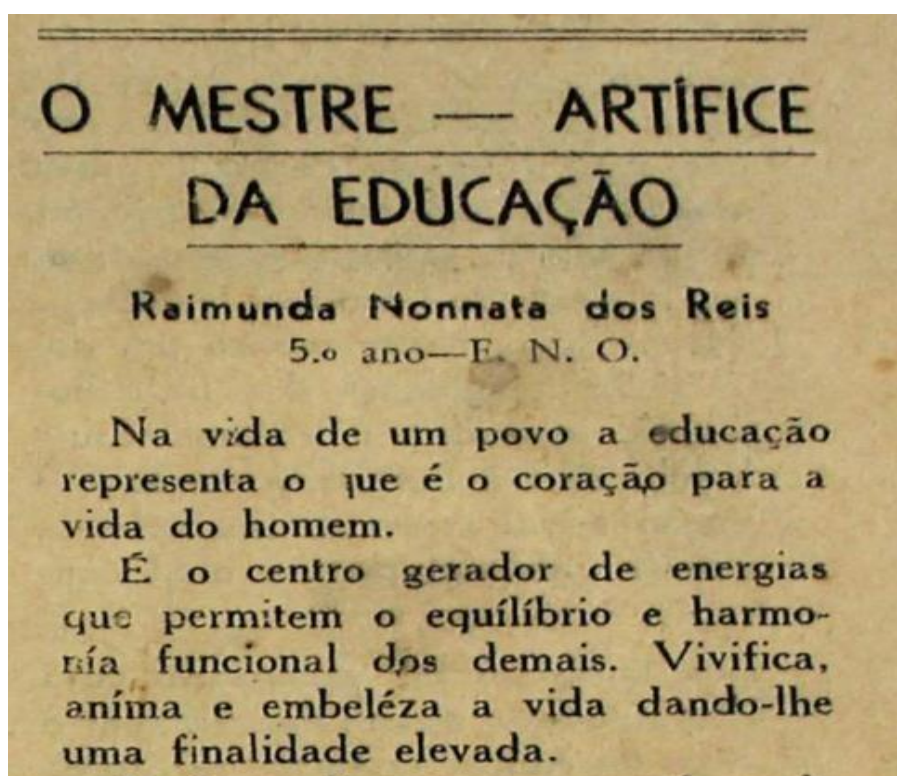
No final do discurso, a professora Zenóbia Ribeiro deixa uma mensagem de ânimo para os futuros educadores formados pela Escola Normal.

Futuros educadores, necessitamos de logo ensaiar a nossa vida pública, doutrinando as massas e guiar-nos mestres experientes e abnegados. É bem verdade que para isto temos que transpor obstáculos imensos, como a escassez de meios e a falta de conhecimentos técnicos. Mas é necessário vencer e venceremos. Nisto anima-nos o nosso amor à luta produtiva e o auxílio dado por nossos professores. Este ainda nos não faltou. Todos tem desempenhado com dedicação o seu encargo. (RIBEIRO, 1943, p. 1).

Alguns termos utilizados pela professora não são passíveis de julgamentos, pois faziam parte do vocabulário patriótico do período, como, por exemplo, doutrinar as massas. O discurso de superação se faz pertinente neste como em outros discursos de professoras: superar os obstáculos por amor ao trabalho.

No jornal *A Escola*, ao lado do discurso de Zenóbia Ribeiro, há também outro discurso da aluna Raimunda Nonnata dos Reis, do 5º ano da Escola Normal Oficial, sobre a profissão do professor intitulado “O mestre - Artífice da Educação”.

Figura 12 – O Mestre



Fonte: Jornal *A escola*, Teresina, p. 1, 15 Maio 1943. Projeto memória do jornalismo piauiense.¹⁴

¹⁴Disponível em: <https://s3-sa-east-1.amazonaws.com/pm-uploads/A%20Folha/ked-OH9pfOeOwt2phUCBpg==>. Acesso em: 25 jun. 2021.

O título que inicia a fala da estudante já é bastante sugestivo sobre o conteúdo que segue, o professor como artífice, ou seja, artesão da educação, aquele que, sem sua presença, não há educação formal, como a própria aluna entendia o papel da educação no período em que ela estava vivendo e experienciando. Raimunda Nonnata dos Reis acreditava no poder elevado da educação e da arte de educar. O discurso da aluna da Escola Normal publicado no jornal *A Escola*, na página 2, assim segue:

[...] à Escola, passa ao mestre o papel principal da educação. E já é tempo de reconhecermos o seu valor social e a deferência a que faz jus este obreiro humilde da organização social, artífice infatigável na construção nacional e contribuinte valioso para a civilização humana que, por trabalhar na faina laboriosa dos alicerces, na construção da base, é o autor da solidez do edifício, mas permanece por isso mesmo anônimo. [...]. (REIS, 1943, p. 2).

Artífice infatigável, obreiro humilde e anônimo. Os adjetivos direcionados ao professor neste e nos demais discursos feitos para ou por professores colaboram na visão da docência de forma romantizada, em que o valor social é imenso, no entanto o professor permanece como um profissional humilde, ou seja, o valor financeiro da profissão e material não é alterado ou melhorado, mas o valor social de “missão” parece amenizar o esforço oferecido pelos mestres em ofício e até incentivar os profissionais a continuarem o trabalho apesar da desvalorização financeira. E assim segue:

[...] Em sua missão abnegada, repartindo a luz do espírito, dando a emulação do exemplo, o mestre realiza um dos mais belos e sublimes dos trabalhos humanos e que afeta não apenas a um indivíduo, mas à família, à sociedade, à nação e vai repercutir no seio da harmonia universal para a qual concorro. Sua missão é um sacerdócio cuja responsabilidade redobra se ele tem o encargo de educar crianças, se é professor primário. [...]. (REIS, 1943, p.2).

O valor social do professor é visto como “um dos mais sublimes dos trabalhos humanos”, e a profissão é vista como missão e sacerdócio. Desse modo, mesmo com as alterações sociais e políticas ocorridas após 1930, que colocou o professor também como um mantedor da ordem, disciplinador dos corpos e mentes, a imagem social associada à missão e ao sacerdócio se mantém fortemente.

Em todos os discursos aqui analisados, há uma grande semelhança entre eles, tanto no que se refere às ideias nacionalistas e patrióticas, como na educação como superação do analfabetismo, que era um grande empecilho para uma nação que se idealizava forte e

desenvolvida. Assim, as mudanças políticas, econômicas, sociais e ideológicas alteraram as ideias a respeito da educação e da profissão docente.

As imagens sociais de ser professor também se modificaram de acordo com as mudanças políticas, sociais e culturais ocorridas na sociedade brasileira. Percebe-se, por meio das notícias e dos discursos, que o período de 1910 a 1930 estava diretamente atrelado à missão, e que nas décadas posteriores, mesmo que a imagem de missionário ainda persistisse, os discursos também atrelavam os professores à difusão das ideias nacionalistas, da ordem e da disciplina.

4.2 Condições de trabalho docente nos discursos e notícias dos jornais piauienses no Piauí

Neste tópico, procuramos compreender as condições de trabalho de professores no Piauí, por meio de dados coletados na imprensa piauiense, entrecruzando com a historiografia nacional e local, para compreendermos os variados aspectos sociais, econômicos e culturais em que a profissão docente estava inserida, procurando dialogar com os discursos fervorosos a favor da educação e com o espaço destinado às condições de trabalho dos docentes desse período.

A pesquisa aos poucos foi ganhando forma mediante as notícias coletadas, de forma que a junção dos jornais acessíveis no acervo digital (com os jornais disponíveis no arquivo, já com suas páginas bastante gastas) foi analisada com todo cuidado.

As condições de trabalho dos professores entre 1910 e 1946 refletem a sociedade em que os professores estavam inseridos. No Piauí, marcado ainda por poucas pessoas letradas e muitos analfabetos, para discorrer sobre as condições de trabalho dos professores é necessário compreender que o contexto geral era carente em vários setores. A formação de professores começava a se consolidar. No entanto, os professores já exerciam esta profissão da forma que as condições do período permitiam.

Percebemos que um dos fatos educacionais mais marcantes na primeira República, que diferenciou de forma substancial a educação piauiense, foi a oficialização da Escola Normal. Até então, as mudanças e efetivas condições de trabalho dos professores foram marcadas por descontinuidades.

No entanto, Vicentini e Lugli (2009) relembram que é necessário levarmos em consideração que as condições de trabalho dos professores em cada época refletem as possibilidades e necessidades de cada período. A concepção de professor leigo ou salas de

aula sem infraestrutura de qualidade emerge a partir do momento em que surge uma instituição de formação para professores, assim como as condições físicas de uma escola passaram a ser consideradas precárias quando se instituiu o modelo de escola com necessidades essenciais e básicas, com o modelo moderno de escola.

Segundo Queiroz (2011, p, 74), a situação educacional do Império para a República até as primeiras décadas, a respeito das condições de exercício do magistério no Piauí, é a seguinte:

Professores semi-analfabetos; concursos em geral fraudulentos; ordenados miseráveis e frequentemente atrasados; inexistência de prédios escolares e de verba suficiente para o aluguel de salas de aula; perseguições políticas exercidas pelos inspetores literários; inexistência de material didático, como cadeiras, quadros de giz e livros — sendo prática usual a dos alunos se alfabetizarem utilizando jornais velhos que alcançavam o interior; exonerações e substituições devidas unicamente a critérios de política partidária. Não é possível deixar de referir-se à incipiente urbanização, às distâncias a percorrer pelos alunos até alcançar a aula primária.

O estado se mostrava ineficaz no atendimento educacional. Dessa maneira, as famílias que optavam pela formação dos filhos geralmente recorriam a professores particulares, sendo, portanto, comuns anúncios dessas aulas na imprensa. Queiroz (2011, p. 75) afirma que:

Em vista da ineficácia do Estado em atender à demanda por educação, as aulas particulares de instrução primária e de matérias isoladas da instrução secundária forma uma constante no panorama educacional do Piauí, nas cidades e vilas do interior e nas próprias fazendas. Os anúncios dessas aulas se sucediam na imprensa.

Podemos atestar isso por meio da notícia a seguir no Jornal *Semana*, publicada em 1910, na cidade de Parnaíba (Piauí), em que a professora Francisca Montenegro oferece aulas primárias na cidade de Parnaíba. Muitos outros anúncios a respeito de aulas particulares se fazem presentes nos jornais do período.

Figura 13 – Instrução primaria



Fonte: Jornal: Semana, 19 de jul. 1910, n. 6, p. 3. Projeto memória do jornalismo piauiense.¹⁵

A expressão “pequeníssima mensalidade” demonstra a realidade salarial do professorado naquele período, demonstrando a oferta e a procura pelos serviços docentes. Na imprensa do período, eram recorrentes os anúncios de aulas particulares, tanto de professores como de professoras para o ensino de moças. Por meio das notícias, é possível perceber que essa prática não ficou restrita apenas a essa primeira etapa da pesquisa, período inserido na primeira República, mas também no período posterior.

As condições de trabalho dos professores abarcam também as seleções ou concursos para o exercício do magistério. Para Vicentini e Lugli (2009, p. 72):

Somente no início do século XX, e mais fortemente a partir da década de 1930, é que se fazem sentir no Brasil iniciativas visando a uma seleção mais profissional dos professores, no sentido de eliminar o peso das relações pessoais (“pistolão”), diminuindo a intromissão de forças políticas locais nos processos de nomeação e seleção para as vagas existentes no magistério público. Os professores queixaram-se dessas intromissões ainda durante muitos anos, mas progressivamente as exigências para o ingresso no magistério passam a ser mais específicas, como por exemplo a iniciativa do governo estadual de garantir aqueles que tivessem as melhores notas no curso Normal Oficial de São Paulo o direito a escolher a escola onde iniciariam a carreira.

¹⁵ Disponível em: <https://s3-sa-east-1.amazonaws.com/pm-uploads/Semana/d9CTmJsX6W2hrT7SzTCAhQ==>. Acesso em: 25 jun. 2021.

Nesse ponto, o Piauí se assemelhava à iniciativa do estado de São Paulo, como podemos atestar na notícia sobre a nomeação das normalistas. A notícia a seguir trata sobre a nomeação das primeiras normalistas formadas pela Escola Normal no estado do Piauí, a seleção se dava por meio das médias das alunas do curso Normal, sendo as melhores notas selecionadas para as cadeiras disponíveis.

A nomeação das primeiras professoras nomeadas pela Escola Normal, após a oficialização em 1910, foi publicada no jornal *Diário do Piauí*, de 18 de fevereiro de 1913, p. 2.

Por acto de hontem, S. exc. O Sr. Dr. Governador do Estado nomeou as primeiras professoras, diplomadas pela nossa Escola Normal. As nomeações recahiram nas d. d. Luiza Sobral Lima, Briolanja Oliveira e Isabel de Castro e Silva, que nos termos do art. 163 do reg. geral da instrução pública requereram, respectivamente, as cadeiras de Amarante (2), Campo Maior e Valença. Para quatro cadeiras vagas nesta capital, candidataram-se as seguintes senhoras, todas diplomadas, ultimamente pela Escola Normal. D Maria Gonçalves Vilhena, Leonor Gayoso e Almendra, Aurea Paes Rebello Freire, Rosila Neves de Souza, Maria José de Oliveira, Corina Sobreira da Silva, Alzira Tharcilla de Castro e Silva, Alzira Freitas, Alzira Freire, Maria Evangelina Parentes Fortes, Julia Jacy da Cunha, Lydia Rodrigues da Cunha, Luiza Pinheiro, Alice Julietta Couto e Maria do O' Barros. Salientamos que para a nomeação de professoras, bem como para a nomeação de adjuntas, o governo respeitará, rigorosamente, a nota dos diplomas como manda o nº 1 do inciso 3º do artigo 164 do reg. já citado. Em outro local publicamos, hoje, a citada nota dos diplomas, por onde será fácil saber em quem recahirão as nomeações. Além das quatro cadeiras vagas em Therezina e subúrbios, existem também a preencher seis lugares de adjuntas nas escolas de Altos, Natal e Poty Velho, regidas, todas três interinamente.

A oficialização da Escola Normal na primeira década do século XX foi uma importante conquista para o povo piauiense, como já foi exposto nos capítulos anteriores, diante de vários outros anseios de modernidade que os governantes expunham nas páginas de jornais. A notícia corresponde à nomeação das primeiras professoras, um marco na história da profissão docente em nosso estado, apresentando também como ocorriam as nomeações das diplomadas, como veremos a seguir, correspondente às médias da Escola Normal. Além disso, no tocante às condições de trabalho, isso significava mais profissionais atuantes na docência.

Dando seguimento à notícia anterior, que trata sobre a nomeação das primeiras normalistas do Piauí, foram expostas as médias das primeiras diplomadas pela Escola Normal Oficial do Piauí que se formaram em 1912.

Figura 14 – Escola Normal

Escola normal					
Média das alumnas diplomadas em 1912					
	NOMES	1.º anno	2.º anno	3.º anno	Média final
1	Luiza Sobral Lima	9 $\frac{1}{2}$	9 $\frac{1}{2}$	9 $\frac{1}{2}$	9 $\frac{1}{2}$
2	Briolanja Oliveira	9	9	9 $\frac{1}{2}$	9 $\frac{1}{2}$
3	Evangelina Augusta e Silva	9 $\frac{1}{2}$	8 $\frac{1}{2}$	9 $\frac{1}{2}$	9 $\frac{1}{2}$
4	Maria Gonçalves Vilhena	9	8 $\frac{1}{2}$	9 $\frac{1}{2}$	9 $\frac{1}{2}$
5	Lina L. Gayoso e Almendra	8 $\frac{1}{2}$	8 $\frac{1}{2}$	9 $\frac{1}{2}$	9
6	Aurea Pires de Castro Rebello	8 $\frac{1}{2}$	8 $\frac{1}{2}$	9 $\frac{1}{2}$	9
7	Rosila Neves de Sousa	8	8 $\frac{1}{2}$	9 $\frac{1}{2}$	9
8	Maria José de Oliveira	9	8 $\frac{1}{2}$	9	9
9	Cecilia Mary de Oliveira	8 $\frac{1}{2}$	8 $\frac{1}{2}$	9	9
10	Corina Sobreira da Silva	8 $\frac{1}{2}$	8 $\frac{1}{2}$	9 $\frac{1}{2}$	8 $\frac{1}{2}$
11	Alzira T. de Castro e Silva	7 $\frac{1}{2}$	7	9	8 $\frac{1}{2}$
12	Alzira Freitas	7	5	7 $\frac{1}{2}$	8
13	Izabel de Castro e Silva	7 $\frac{1}{2}$	7	8 $\frac{1}{2}$	8
14	Alzira Freire	6 $\frac{1}{2}$	6 $\frac{1}{2}$	8 $\frac{1}{2}$	7 $\frac{1}{2}$
15	Maria Evangelina P. Fortes	6 $\frac{1}{2}$	7	7 $\frac{1}{2}$	7 $\frac{1}{2}$
16	Julia Jacy da Cunha	5	6 $\frac{1}{2}$	7 $\frac{1}{2}$	6 $\frac{1}{2}$
17	Lydia Rodrigues da Cunha	5	5	8 $\frac{1}{2}$	6 $\frac{1}{2}$
18	Luiz Pinheiro	6 $\frac{1}{2}$	5 $\frac{1}{2}$	7 $\frac{1}{2}$	6 $\frac{1}{2}$
19	Alice Couto	4 $\frac{1}{2}$	6 $\frac{1}{2}$	6 $\frac{1}{2}$	6
20	Maria do O' Barros	4 $\frac{1}{2}$	5 $\frac{1}{2}$	6 $\frac{1}{2}$	5

Fonte: Diário do Piauí 19 de fev. 1913, p. 2. Projeto memória do jornalismo piauiense.¹⁶

Como foi mencionado, era por meio das médias nos diplomas das alunas que se prosseguia a nomeação nas respectivas cadeiras de que o estado dispunha para professoras. As notas das alunas apareciam nos jornais, pois além do jornal ser o principal e mais acessível meio de comunicação do período, a Escola Normal era uma instituição de grande importância e, conseqüentemente, as alunas que faziam parte da instituição tinham respaldo na sociedade piauiense.

¹⁶ Disponível em: <https://s3saeast1.amazonaws.com/pmuploads/Di%C3%A1rio%20do%20Piauí/uFRmvBt5atrICwNe3LB9Ig==>. Acesso em: 25 jun. 2021.

No relatório apresentado ao governador Miguel de Paiva pelo secretário de estado do governo, Dr. Luiz de Moraes Correia, publicado no Jornal *O Diario do Piauhhy*, é possível compreender as condições de trabalho das professoras primárias, tendo em vista as condições dos prédios escolares e das salas multisseriadas.

Não existe nesta capital e nem também em nenhuma das outras cidades do Estado, grupos escolares. Há, apenas, nesta capital, além das escolas isoladas, escolas reunidas, nestas, não se observa, como naqueles, a graduação do ensino, no tocante a distribuição deste pelas respectivas professoras, ou seja, a separação de classes, segundo se trata do 1º, 2º, 3º ou 4º anos do curso primário. Cada professora lecciona, nas escolas reunidas, aos mesmos alunos durante os quatro anos do curso, ou, por outra, ensina simultaneamente as matérias dos diversos anos do curso. Assim sendo, vê-se que as escolas reunidas realizam um fim apenas: reunir, sob um mesmo tecto, o maior número possível de alunos. E este facto, em vez de trazer proveito, só acarreta desvantagem e inconveniência para os alunos, mormente tendo-se em vista as divisões em geral acanhadas dos nossos prédios escolares. O número elevado de alunos em uma mesma escola só se pode justificar pela conveniência da organização de classes segundo a graduação do ensino, ou seja, a distribuição deste pelas professoras encarregadas dos diversos anos do curso, sem que tal se dê, será sempre preferível multiplicar o numero de escolas com número mais reduzido de alunos. (CORREIA, 1914, p. 3).

Este relatório demonstra as condições gerais da educação no Piauí em 1914, como também a forma e a infraestrutura em que as professoras primárias exerciam o magistério. Vale, no entanto, lembrar que as condições econômicas do estado nesse período eram precárias nos mais variados ramos.

Quanto à denominação das escolas, Ferro (1996, p. 43-44) esclarece que:

As escolas durante algum tempo recebiam denominação e eram classificadas de acordo com o número de salas de aula que continham. A classificação básica era a seguinte: as Escolas isoladas tinham apenas uma sala de aula, onde funcionavam a 1º e 2º séries; as Escolas Agrupadas possuíam mais de uma sala de aula e atendiam alunos de 1º e 3º. Série. No início da República firma-se o ensino graduado com o aparecimento de Grupos Escolares com turmas de até a quarta e quinta séries e das Escolas Modelo.

O estado estava passando por um período de preocupação com as condições educacionais de sua população, como se pode atestar em vários discursos do período. Com a oficialização da Escola Normal, começou uma onda de entusiasmo, em que as normalistas eram vistas como bandeirantes, mesmo que as condições do exercício de seu trabalho não fossem tão favoráveis. Desse modo, o termo missão se adéqua ao que se esperava das

docentes, pois foi colocado o peso do sucesso ou da dificuldade escolar nas mãos das novas professoras.

Diante de um contexto em que a docência estava passando pelo processo de profissionalização, em que a primeira turma de normalista tinha sido formada em 1912, no mesmo relatório, o secretário acrescenta:

Não é, com efeito só o professor que se precisa em vista na resolução do problema superior e complexo do ensino. O prédio escolar merece sobremodo uma atenção particular. Muito se devem ter em conta as condições de hygiene exigidas em um prédio escolar. Espaço, ar, luz são requisitos indispensaveis em um edificio destinado a uma escola. (CORREIA, 1914, p. 3).

A situação real das escolas tinha uma estrutura diferente do que hoje entendemos como prédio escolar. Por meio das notícias, podemos constatar que as escolas funcionavam em casas, de forma ainda rudimentar. Por meio do Relatório, publicado no Jornal *Diário do Piauí* de 1912, segue a fala do secretário a respeito da Escola mista do campo de marte e demais escolas:

Esta escola foi visitada pelo meu colega dr. Oscar Castelo Branco, em 6 de fevereiro corrente, a matricula consta de 41 alunos e a presença de 25. A professora é a d. Alzira Tarsilla de Castro e Silva, adjunta das escolas reunidas do sexo masculino designada para servir nesta escola. Cumpre-me mais informar a v. ex. que reputo o salão das aulas da escola mixta da Vermelha, insuficiente para comportar o numero de alunos matriculados, e a casa onde funciona a escola mixta do Matadouro, impropria para este fim, desde que se acha ameaçando ruína. (CORREIA, 1914, p. 3).

Como mostra o relatório, alguns pontos são ressaltados, como: evasão escolar, uma vez que, a previsão de matrículas em uma das escolas era para 41 alunos e somente 25 estavam frequentando; casas em ruínas e impróprias, onde o relator demonstra insatisfação mediante a infraestrutura das escolas.

Na continuação do mesmo relatório, algo interessante é posto sobre o trabalho do professor e da professora: visto que a visão do relator a respeito dos papéis destes profissionais seria diferente, uma vez que, para ele, a educação masculina deveria ser de responsabilidade do homem. Segue o trecho do relatório:

No relatório do anno passado, salientei o exagero da aplicação ao nosso meio, da doutrina que constitue em confiar à mulher, de preferênciã o ensino da primeira idade, e esse exagero já vai produzindo os seus efeitos. A

administração luta com dificuldades para obter o provimento das cadeiras dos centros mais afastados, sendo sensível, na estatística geral, a diminuição do número dos professores, relativamente ao das professoras. No entanto precisamos ainda do professor-homem não só para assumir a direção dos institutos officiaes de ensino, como também para desbravar os sertões incultos, levar a escola aos logares onde o ensino se chocaria com a rudez do meio e a consequente indisciplina escolar”. O Dr Ruy Paula Souza, emitindo, a respeito, o seu parecer, assim se exprimiu a um redactor do “Estado de S. Paulo”. Devo confessar que sou partidário da orientação masculina neste terreno. Acho que as classes primárias de meninos deveriam ser entregues exclusivamente a homens, como já se tenta fazer na Escola Normal de S. Paulo. (CORREIA, 1914, p. 3).

O principal ponto em destaque nesta parte do relatório é o fato de que a mulher assumir um cargo de direção ainda era suspeito e dividia opiniões, pois, nesse ponto, os homens eram mais indicados para um cargo de comando, de direcionamento das demandas escolares, diferentemente da função de professora. Essa era uma ideia hegemônica principalmente no ensino primário.

A dualidade de opiniões a respeito da educação primária estava sendo debatida e principalmente no que diz respeito à educação primária dos meninos, o que entra em choque com o movimento de feminização do magistério em todo o Brasil.

No Piauí, após a oficialização da Escola Normal, o público ao qual se destinava o curso era preferencialmente constituído por mulheres. O que o relatório mostra é que esse não era um ideal que todos compartilhavam, principalmente no que diz respeito aos cargos de direção.

Outro ponto importante diz respeito às condições de trabalho das normalistas, visto que, muitas vezes, era necessário que elas se dirigissem para regiões distantes para exercerem a docência. Existia, no entanto, o apelo de ser o professor quem deveria realizar esse trabalho de enfrentar as distancias e os sertões incultos.

Apesar de o relatório anterior mostrar discordância neste ponto, o que ocorreu na educação primária do Piauí foi a feminização do magistério, levando em voga a ideia de as mulheres serem as mais aptas para o cuidado e educação das crianças.

Há de se levar em conta o que representava a profissão do professor e da professora. Nota-se que, após a oficialização com a preferência das mulheres na Escola Normal, as professoras ficaram a cargo da educação primária por esta ser considerada extensão do lar; e os professores, em sua maioria, responsáveis pela educação secundária. Este fato norteou outras questões como o próprio prestígio profissional destes últimos na imprensa e na sociedade de maneira geral.

A revolução de 1930 firmou o capitalismo industrial no Brasil e acarretou mudanças significativas na educação e no papel do professor como agente social de grande importância na inculcação das ideias nacionalistas por meio da educação.

O ano 1930 foi marcado por um golpe de Estado que colocou Getúlio Vargas no poder, primeiro como governo provisório e, em 1937, à frente do que a historiografia conceitua como Estado Novo, que durou até 1945. Mudanças políticas e ideológicas ocorridas nesse período deixaram marcas profundas na sociedade brasileira.

Essas mudanças dizem respeito principalmente às mudanças no perfil demográfico pós-1930, como: o crescimento populacional, que nos anos posteriores foram se acentuando; o incentivo à migração; a valorização do trabalhador brasileiro; a queda das taxas de mortalidade e maior expectativa de vida; e assim por diante. Gomes (2013, p. 53) aponta que:

Como se assinalou, o fator decisivo para o aumento populacional nessas décadas foi a queda da mortalidade, que se apresenta em uma dupla face. A primeira aponta para uma diminuição da mortalidade infantil que, aliada à manutenção de taxas de fecundidade altas – que chegam a 5,5 filhos por mulher –, reforçou uma ideia muito presente no imaginário nacional: a de que o Brasil era uma nação jovem. Uma metáfora de base demográfica com valioso conteúdo político: o de uma nação voltada para o futuro, um futuro glorioso, aliás, que estava sendo construído pelo presente que se vivia.

A ideia do futuro glorioso se entrelaça diretamente com os planos educacionais, em que a escola foi uma aliada importante na difusão das ideias de ordem e patriotismo. Nesse período, políticas públicas foram criadas com o intuito de construção de um Brasil unificado, organizado e moderno. Isso resultou em mudanças no perfil social dos brasileiros. Para Gomes (2013, p. 43):

Modernizar o Brasil significava apostar em transportes, terrestres e marítimos, em meios de comunicação modernos, e em melhor educação, saúde etc. modernizar o Brasil era em síntese, conquistar o seu território e organizar o seu povo, obtendo-se que tais “missões” implicavam um trabalho simultâneo, no espaço e no tempo, pois a integração do território significava fazer avançar o povo em séculos, retirando-o de um passado verdadeiramente colonial, para lançá-lo no futuro do mundo urbano-industrial, que se apresentava como o presente, isto é, como um projeto factível e viável. Território e povo são, assim, categorias fundamentais para o pensamento e a ação nessas décadas, tendo grande sentido e valor político-cultural, e permitindo quer a conformação dos diagnósticos, quer dos prognósticos sobre o país.

Nesse sentido, o governo tomou medidas voltadas a atingir o objetivo de modernizar o Brasil, dentre as quais fazer um levantamento sobre a população brasileira diante das distâncias existentes no País. Distâncias essas que não eram somente demográficas, mas que eram perceptíveis nas diferenças econômicas, sociais e culturais.

Uma das medidas do governo de Getúlio Vargas, com vistas ao conhecimento populacional do povo brasileiro, para dar vida ao seu projeto de unificar a nação, foi a realização de censos estatísticos. Segundo Gomes (2013, p. 45):

Organizar, como se disse era uma palavra-chave nos anos de 1930/1940, pois remetia a um sentido político preciso: conhecer os problemas do Brasil e enfrentá-los com diretrizes científicas. Tratava-se de um conhecimento de novo tipo, uma vez que não mais remetia a um “saber bacharelesco”, de natureza jurídica e idealizada, mas a outros saberes, como o sociológico, o geográfico, o histórico e, sem dúvida, o estatístico.

Coletar dados para conhecer o território que abrangia todo o Estado brasileiro era importante para manter o controle governamental.

. O incentivo para a realização dos censos foi difundido na sociedade de maneira geral, assim como nas escolas, despertando o interesse da população para prestar contribuição.

De acordo com Gomes (2013, p. 45), foi na década de 1930 que o Instituto Nacional de Estatística (INE) foi criado, o que posteriormente se tornou o IBGE, para mensurar e conhecer a população brasileira por meio dos dados estatísticos obtidos.

A educação nesse período fazia parte de um projeto político que visava à unificação das várias regiões dentro do mesmo país, a valorização do povo brasileiro e a construção de uma nação instruída, visto que seu acervo cultural próprio era pauta dos grandes intelectuais.

As mudanças ideológicas e políticas objetivavam o mesmo norte, conhecer, organizar e unificar eram palavras constantes tanto na historiografia como nas notícias e discursos coletados nos jornais que confirmam o ideal de nação neste período.

As relações econômicas e educacionais, como já foram apontadas, são relações imbricadas que andam lado a lado. A pesquisadora Otaíza Romaneli (1986, p. 56) aponta que:

As relações que podem existir entre o sistema educacional e o sistema econômico são, assim, mais profundas: elas se medem não apenas em termos de defasagem, mas também em termos de exigências reais do modelo econômico. Ambas determinam o grau de avanço ou de atraso da escola. O fato de o progresso tecnológico não ser o fator dinâmico do desenvolvimento tem consequências para a evolução do sistema educacional, na medida em que este, percebendo a defasagem em que se situa, em relação àquele, se

propõe mudanças. Mas, estas serão feitas em função das reais exigências daquele.

Desse modo, as mudanças políticas e econômicas a partir de 1930 exigiam alterações nos moldes educacionais. A passagem de uma sociedade predominantemente agrícola para a industrial exigia demandas de escolarização imprescindíveis para atender à economia que estava em expansão no período.

O Piauí (um dos estados distantes dos grandes centros urbanos nacionais, localizado na região Nordeste do Brasil) não ficou alheio às mudanças ideológicas, econômicas e políticas do País. Segundo Pinheiro Filho (2017, p. 198):

No Piauí, a esse tempo, começou-se a reagir. Foi iniciada a construção da estrada de rodagem para Fortaleza. O caminhão substituiu as tropas de animais. E, mais importante ainda, chegou-nos o avião. Fizemos, em face de tudo isto, a descoberta sensacional de que o Brasil é um só. Começamos tomar nítida consciência de nosso atraso, não para constatá-lo e ficar nisso, mas para procurar também meios de superá-lo. Passamos, então, a ler jornais do Rio e São Paulo, com dois dias de atraso, e não um mês, como acontecia quando vinham por via marítima. Logo, mais tarde, passamos a lê-los no mesmo dia.

A difusão e ampliação dos meios de comunicação andam lado a lado com as alterações nas relações econômicas e políticas de cada momento histórico. Pinheiro Filho (2017) aponta que as construções de estradas, o uso de caminhão e depois de avião (advindo da ideia de progresso) possibilitou que as informações circulassem de forma mais rápida e ampla.

Nesse sentido, a educação e a imprensa se entrelaçaram de forma complexa, pois a imprensa funcionou como disseminadora de ideias que nesse período foram fundamentais para difundir a importância da educação como peça fundamental para o progresso do País.

Com o governo Vargas, a educação piauiense sofreu as primeiras alterações e respondeu ao novo modelo econômico e ideológico do País. Segundo Brito (1996, p. 55):

Com a Revolução de 30, assume o Governo do Estado, como Interventor Militar, o Capitão Joaquim de Lemos Cunha. Um dos primeiros atos do governo interventorial foi a regulamentação do ensino normal pelo Dec. nº 1.139, de 02/01/1931 que revigora o Regulamento Geral do Ensino de 1910. Pelo Dec. nº 1.301, de 14 de setembro, é baixado o Regulamento Geral de Ensino de curta vigência, pois revisto logo a seguir pelo regulamento de 1933. O Regulamento de 1931 previa a ministração do ensino pré-escolar ao lado do ensino primário. Quanto a este, atribuía-lhe caráter educativo, prático, concreto e integrado ao meio físico e social, seguindo os postulados escolanovistas.

Na exposição apresentada ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, Chefe do Governo Provisório, por intermédio do Delegado Federal do Norte, Sr. Major Juarez do Nascimento Fernandes Távora, pelo interventor Federal no Piauí, Tenente Landry Sales Gonçalves em 1932, publicada no *Diário Oficial*, foram apresentadas as alterações do Dec. nº 1.301, citado anteriormente por Brito.

A exposição traz alguns pontos importantes para se compreender os direcionamentos educacionais e alterações na educação, de acordo como novo modelo político:

Só a 1º de Janeiro de 1932, entrou em vigor o Decreto 1.301. Nêle, pela primeira vez depois de 1910, foi encarado o problema do ensino como problema de conjunto, em que se fixaram normas à política educacional piauiense, de acordo com as novas necessidades, recursos e condições. Até aquela data, toda a Diretoria Geral se resumia num Chefe de serviço, um Secretário, um encarregado de estatística e um inspetor escolar. Agora, tal departamento está dividido em quatro secções, a saber:

- 1º Secretaria de expediente
- 2º Inspetoria técnica do Ensino
- 3º Recenseamento e Estatística Escolar
- 4º Inspetor médico-escolar. (EXPOSIÇÃO..., 1932, p. 1).

As mudanças educacionais começaram a ser apontadas nesta exposição e um fator que marcou de forma profunda o novo modelo político foi a estatística. No caso, a estatística escolar servia para mensurar e quantificar as questões relacionadas à educação de cada estado, como indica Gomes (2013, p. 45) “[...] quantificar, mensurar, mapear são operações que sustentam o conhecimento da ‘realidade’ e permitem traçar políticas, como a de tributar e garantir segurança, isto é, exercer as tarefas próprias dos Estados Modernos”.

No mesmo documento (EXPOSIÇÃO..., 1932, p. 1), foi estabelecida a função de cada órgão no que diz respeito à educação, a função do Estado em relação à escola pública. Segundo o exposto: “[...] visará uma compensação única: preparar, eficientemente, os que, passado o currículo escolar, devem participar da vida social, com uma função qualquer, contanto que, economicamente produtiva”. Nesse sentido, a função do Estado seria preparar bons cidadãos e profissionais aptos a desenvolverem funções que viabilizassem o crescimento do País.

O ensino primário nesse período era preocupação de políticos e intelectuais piauienses, fato que vinha ocorrendo desde a proclamação da República e, principalmente, nas primeiras décadas do século XX, pois viabilizava o fim do analfabetismo, tão forte no Piauí. A partir de 1930, a educação tomou um viés mais prático que, segundo o interventor, o ensino primário seria:

[...] sobretudo educativo: prático e concreto, o mais possível integrado ao meio físico e às necessidades sociais, baseado em programas que estimulem o interesse infantil, devendo os professores encaminhar as lições de modo a incitar as faculdades mentais e morais do aluno para um desenvolvimento gradual, principalmente da observação e do raciocínio. Dever-se-ão, no ensino primário, adotar as conquistas positivas da *Escola Nova*: lições variadas, concisas, dividas, deixando sempre ao educando a iniciativa de adquirir os conhecimentos por si, reservado ao professor o papel de guia esclarecido e metódico. Para a formação do caráter do educando, que será preocupação real do professor, ele investigará, a feição moral do aluno, não só indagando dos pais ou responsáveis quais as suas tendências e hábitos, como também, observando a criança na classe, no recreio, entrada e saída e, ainda, em suas mutuas relações. (CENSO..., 1932, p. 2).

As alterações educacionais são registradas nos relatórios e nas notícias de cada período. Além disso, com base em tais fontes, é possível analisar como as alterações educacionais foram sendo alinhadas com as mudanças políticas do Brasil.

Por meio das notícias que tratam das condições de trabalho dos professores, é possível compreendermos as condições em que os professores exerciam o magistério nesse período. Segundo Vicentini e Lugli (2009, p. 67):

Para compreender os processos de profissionalização docente no Brasil, é preciso considerar, entre outros elementos, as condições concretas em que ocorre o trabalho, aí incluídas não somente as condições dos lugares utilizados para o exercício do magistério, como também as estratégias de seleção (ou falta delas) de docentes, as condições institucionais de pagamento e o controle do trabalho.

Por meio dos discursos e notícias jornalísticas, é possível compreender a respeito das condições de trabalho do período em estudo, ao serem relatadas as condições dos prédios escolares ou a ausência destes, a forma de nomeação de professores, questões salariais, envolvendo atrasos, e as condições efetivas do exercício do magistério, assim como a opinião de representantes da educação a respeito dessas condições.

O entusiasmo inicial em torno da Escola Normal não escondia a situação da educação no Piauí naquele período. Percebe-se em algumas notícias e mensagens um certo desencanto na expectativa antes colocada em torno das reformas efetuadas a partir de 1910. Na mensagem governamental publicada em 1929, Leal (1929, p. 61) afirma:

Nos demais municípios do interior ella não dava os resultados que eram de esperar dos dispêndios que o estado fazia. As escolas com poucas excepções não funcionavam regularmente nem tinham instalações condignas. Poucas

eram regidas por professoras normalistas, não obstante o crescido número de diplomadas da Escola Normal.

Como assevera a mensagem anterior, a realização do trabalho dos professores nos municípios do interior acontecia em escolas em condições desfavoráveis ao bom desempenho educacional e sem funcionamento regular. Os recursos de que o estado dispunha eram baixos, mas o aumento dos estabelecimentos escolares foi mencionado tanto em mensagem governamental como na imprensa. Na mesma mensagem governamental citada anteriormente, Leal (1929, p. 62) afirma:

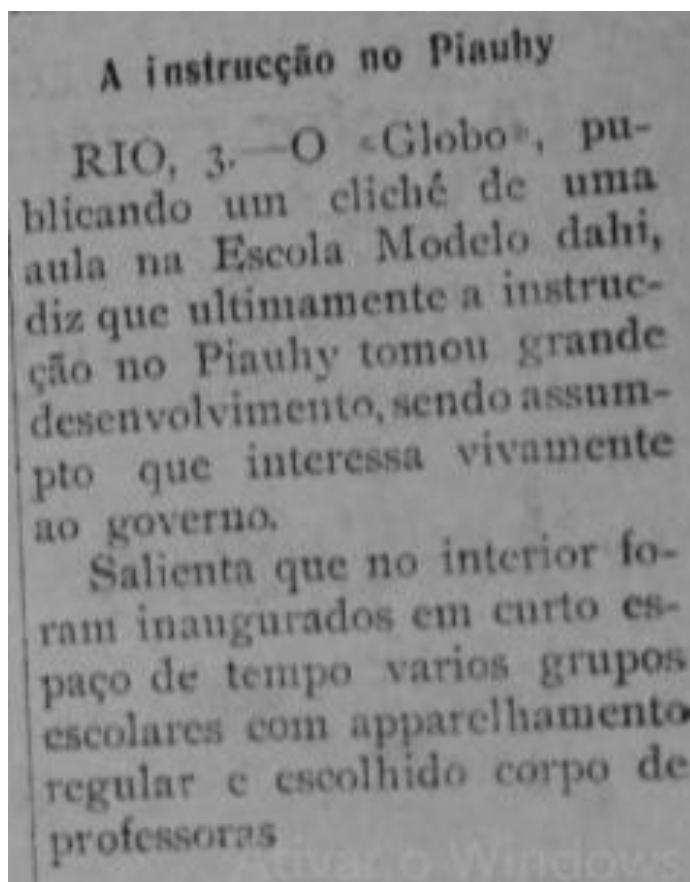
Como fossem por demais escassos os recursos do Estado, agi perante os intendentes municipais no sentido de obter a colaboração dos municípios nessa obra, sobre todos relevante para o futuro do Piauí e alcancei francamente, desse modo pude aparelhar devidamente e inaugurar os grupos escolares de Floriano, Picos, Campo Maior e Oeiras e nomear várias professoras.

Como Itamar Brito (1996) aponta, o período após 1910 foi considerado o percurso da consolidação e sistematização da educação no estado. Começando pela formação dos professores em nível de ensino Normal, pela expansão do ensino primário e pela construção de escolas, sendo assim um período em que as leis começaram a se efetivar no sentido prático.

As condições financeiras do estado eram bastante incipientes, tendo em vista que muitas mudanças em vários aspectos, como a modernização das cidades, principalmente da capital Teresina, era algo que os governantes ansiavam. Nas notícias, os apelos por educação e o combate ao analfabetismo eram assuntos bem pertinentes nesse período.

A notícia a seguir publicada no jornal *O Piauí* reafirma o aumento de estabelecimento de ensino no interior do estado do Piauí em 1929.

Figura 15 – A instrução no Piauí



Fonte: Jornal O Piauí, 4 de jul. 1929, p. 5. Projeto memória do jornalismo piauiense.¹⁷

Nesse período, uma maior preocupação no sentido de expansão da rede escolar começava a se efetivar, pois, como já foi atestado pela historiografia piauiense e pelas fontes coletadas, nos anos iniciais da República já havia essa preocupação com a educação por parte dos governantes, no entanto foi nesse período que começou a existir uma expansão de fato das escolas do ensino primário, com mais professoras normalistas formadas.

Na notícia “Docência Primária”, publicada no *Diário Oficial*, há algumas denúncias sobre as possíveis condições de trabalho dos professores em 1932, no estado do Piauí. A denúncia se voltava principalmente para o modo como estavam ocorrendo as nomeações dos professores, que, segundo o autor do discurso, o Interventor Landry Sales Gonçalves, não estava de acordo com o processo legal instituído em 1910.

¹⁷Disponível em: [https://s3saeast1.amazonaws.com/pmuploads/O%20Piauí%20\(%C3%93rg%C3%A3o%20Oficial%20dos%20Poderes%20do%20Estado\)/AeA_sSD8Y8lnJaZk7hreGw==](https://s3saeast1.amazonaws.com/pmuploads/O%20Piauí%20(%C3%93rg%C3%A3o%20Oficial%20dos%20Poderes%20do%20Estado)/AeA_sSD8Y8lnJaZk7hreGw==). Acesso em: 30 jun. 2021.

O regulamento Geral de 1910 (Dec. 434, de 19 de abril) estabelecia normas claras para o provimento efetivo das cadeiras do Estado, classificadas em entrâncias, de conformidade com o critério da sua localização. Durante alguns anos, foram tais normas respeitadas, convindo os governos em não burlar o princípio de obrigatoriedade do estágio no interior do Estado, para promoções subsequentes no magistério público. O Decreto 929, de 6 de julho de 1927, foi o primeiro passo para a desmoralização definitiva do processo legal, instituído em 1910, para preenchimento de cadeiras. Ele vinha outorgar ao governador a faculdade de nomear livremente e a título efetivo professores primários para a própria capital, matando o estímulo entre os que serviam no interior, e impossibilitando o acesso na carreira. A lei nº 1.214, de 26 de julho de 1928, foi a inevitável consequência do Decreto nº 929. Aumentava, ilimitadamente, a prerrogativa de livre escolha, dada ao chefe do Executivo, diminuindo, na razão inversa, as possibilidades de promoção justa no magisterio primario. O resultado da revogação do antigo regulamento foi a nomeação de candidatos que nem sempre o seriam do próprio valôr, mas, em compensação, se achavam possuídos daquele especial *estado de graça*, com que a política personalista amerceia os favoritos do momento. Por tudo isso fomos levados a saber que há, no interior, professores com 18 anos de efetivo exercício, que jamais lograram o prêmio de acesso para a capital, enquanto se nomeavam dezenas de moças, mal saídas da Escola Normal! Tão deplorável situação camulou, necessariamente, no fato, por nós denunciado ao Governo, de se nomearem professores, antes mesmo que chegassem a Secretaria respectiva o resultado das concorrências! (DOCENCIA..., 1932, p. 2, grifo do autor).

Segundo a notícia, a alteração no decreto de 1910 deixava nas mãos do governante a escolha da nomeação de professores. Dessa forma, não sendo justo com algumas docentes que teriam por modo justo o direito à nomeação, por tempo de trabalho.

Vicentini e Lugli (2009, p. 72), ao analisarem a história das condições de trabalho dos professores, apontam para uma prática comum de nomeação que ocorria no Brasil. Desde os primórdios da profissão, o famoso “pistolão”, ou seja, as nomeações de professores ocorriam pela forma de politicagem, em que os contatos entre pessoas mais influentes da sociedade eram beneficiados em detrimento dos demais.

Somente no início do século XX, e mais fortemente a partir da década de 1930, é que se fazem sentir no Brasil iniciativas visando a uma seleção mais profissional dos professores, no sentido de eliminar o peso das relações pessoais (o “pistolão”), diminuindo a intromissão de forças políticas locais nos processos de nomeação e seleção para as vagas existentes no magistério público.

Os professores, assim como outros profissionais também ficavam à mercê dessa prática. Além disso, outro fator importante a se destacar nessa notícia é que muitas professoras primárias eram nomeadas para municípios do interior, muitas vezes distantes de

suas famílias, então a nomeação para a cidade era algo que muitas almejavam, como uma espécie de prêmio.

Desse modo, a notícia aponta para dois fatores que denunciavam as condições de trabalho das professoras primárias no período recortado, que era a influência dos políticos na nomeação e a permanência de professores em municípios distantes, por vezes distantes de suas famílias, o que tornava a profissão laboriosa.

Com a expansão de professores formados pelas Escolas Normais, no caso do Piauí, após a oficialização da instituição em 1910, o público era essencialmente feminino. A organização de carreira no Brasil ocorria da seguinte maneira, pelo menos em teoria, conforme Vicentini e Lugli (2009, p. 79):

A efetivação da obrigatoriedade escolar foi um trabalho que durou boa parte do século XX, garantida por uma organização da carreira docente que colocava os professores recém-formados e, portanto, com menos “pontos”, em escolas isolados do interior. O efeito disso era o maior empenho da professora primária para que houvesse frequência às aulas, uma vez que o número de aprovados dependia a sua transferência para escolas urbanas.

A nomeação das recém-normalistas para o interior do estado, por vezes longínquos, era uma questão forte; o isolamento social, dentre outras questões, era um fator não muito convidativo para as professoras. No entanto, a notícia “A Docência Primária”, publicada no *Diário Oficial*, demonstra uma outra face dessa organização de carreira das professoras primárias, o fator político de troca de favores, intervindo diretamente na organização e, consequentemente, nas condições de trabalho das professoras.

Nesse período, as alterações de fato no sistema educacional foram a oficialização da Escola Normal e a inauguração de algumas escolas na capital, como também no interior do estado; no entanto, as mudanças substanciais não permitiram notar grandes alterações. Assim, as condições de trabalho dos professores demonstravam que os docentes deveriam ter a vocação ao exercer a profissão de professor, em vez de ter realmente condições dignas de trabalho.

Nos jornais, estão presentes muitos atores e diferentes temas, atrelados principalmente ao que está ocorrendo em um momento histórico específico, com as peculiaridades e atributos próprios. A educação se faz presente de diferentes formas na imprensa, assim como os mais variados campos que esta ciência abarca. Desse modo, as notícias e discursos presentes neste tópico mostram a forma como as condições de trabalho dos professores se fizeram presentes nas páginas de jornais do Piauí do período em recorte.

A mensagem governamental do Interventor Federal Leônidas Castro de Mello aponta aspectos importantes para além da imagem social de ser professor em 1936 no Piauí, mas também aponta fatores que remetem às condições efetivas de trabalho dos professores, quando se recorre à condição de pobreza e até mesmo à doença adquirida por professores.

O professor é apontado como profissional humilde, pobre e esquecido, cujo salário ofertado era tão baixo que mal sobriaria para um minguido almoço. E nesse jogo de sobrevivência, o acesso à cultura (como: livros, obras e ilustrações) seria artigo de luxo para um profissional que precisava sobreviver com o pouco que recebia no exercício da profissão.

Professor como obreiro da nossa cultura e da nossa formação intelectual. Está no professor a grande força orientadora do destino de nosso Estado. Entre nós porém apesar da relevância dos mister é o funcionário humilde. Pobre, esquecido vivendo numa obscuridade entristecedora. Tão grande é o desconforto que se o espirito não é forte em curto tempo o ânimo lhe faltará. Nem sequer pode para prazer intimo acompanhar evolução da disciplina ou sciencia que abraça porquanto o vencimento que recebe diariamente mal lhe basta para um minguido almoço. Como adquirir livros, obras, ilustrações? Contrasta com a sumptuosidade dos edifícios de ensino a penúria dessa classe de abnegados. Refiro-me a professores secundários e primários. Haverá maior devotamento que o de nossas professoras? Manhã cedo e já estão no labor quotidiano e mobilitante. Algumas para alcançar seus grupos tem de vencer a pé enormes distancias que percebem não lhes permite o conforto transporte sob pena de ficar desfalcado pão do mez. É a classe que não tem acesso nem promoções. Os anos de trabalho acumulado não lhes trazem senão amarguras e pobreza agravadas pela neurastenia quan infalível que adquirem da profissão desgastante. (MELO, 1936, p. 2).

Nessa mensagem, é posto de forma muito clara as condições sociais, materiais e intelectuais que se relacionam com a profissão docente. Essa construção do professor pobre perpassou o tempo. O questionamento central advindo deste discurso seria: como se admira um profissional que não domina o seu ofício? O que o estado oferecia de formação para os professores se especializarem? Como a construção de um corpo docente “devoto” beneficia o Estado e o esquiva da obrigação de fornecer tais materiais para a formação docente?

Se os professores não dominam as teorias e práticas de sua própria profissão, a margem para a desvalorização está posta. O professor recebe pouco, não lhe é oferecido condições palpáveis de formação e o Estado se omite dessas obrigações com tais discursos e práticas. E para solucionar e deixar apaziguada a situação, por vezes, romantizam a profissão, para dar alicerce a uma ótica de desvalorização profissional.

A doença é o estopim desse emaranhado de falas, de discursos, de práticas que levaram os profissionais a minguaem a autoestima, a trabalharem sem questionar e enfrentarem a luta por condições melhores, advindas também de formação cheia de lacunas.

Cabe ressaltar que as necessidades de educação e formação são diferentes no espaço temporal de outrora. Mas esses discursos envolvendo vocação e fidelidade ao magistério foram se construindo e perpassando o tempo, dando margem para a desvalorização e omissão do Estado em prover melhores condições.

Os discursos esperançosos e cheios de exaltação e gratidão – por existirem profissionais que, mesmo em situações inapropriadas, não desistem de exercer seu ofício – são consagrados como algo muito bonito e que não tiram o poder público de sua zona de conforto para oferecer condições dignas de trabalho. Como aponta Sousa (2015, p. 48):

Os discursos da imprensa se concentraram mais na questão dos significados de “ser professor”, que estavam configurados nos ideais do estado e que, de alguma maneira, produziram uma forma de pensar o professor e seus valores e, ao mesmo tempo, legitimaram uma ideia acerca da profissão docente que nem sempre teve como objetivo a libertação e a valorização profissional.

Além disso, os discursos não apresentam a situação real da educação no Piauí naquele período. Leônidas Melo se refere às condições dos prédios escolares, que eram sumptuosos e contrastavam com as condições materiais dos professores. Todas essas questões apresentadas na mensagem governamental, como a desvalorização salarial, o acesso aos locais de trabalho que iam contra a dinâmica cotidiana dos docentes, a falta de aparato físico, o pouco investimento na formação extracurricular, tudo isso levava os docentes a desenvolver Neurastenia, doença que implica a exaustão e falta de interesse pela profissão diante das condições desfavoráveis no exercício docente.

A normalista inclusive muitas vezes aquellas mais entusiastas da profissão dentro de pouco tempo do tirocínio escolar, no sertão distante vae perdendo aquelle fervor, a dedicação mesmo à causa a que de início emprestara tanta energia. Todas as qualidades exigidas para a mestra primária lhe vão fugindo pouco a pouco reduzindo-a a uma completa indifferente ao ideal da profissão ardorosamente abraçada. (MELO, 1936, p. 2).

O desinteresse ou insatisfação das normalistas, quando colocadas a exercerem a profissão no interior ou sertão distante, tornava-se um peso para corresponder às expectativas que a sociedade, de maneira geral, colocava sobre o magistério, principalmente o primário,

balizadas na crença de extensão da maternidade, devoção e sacerdócio. Segundo Vicentini e Lugli (2009, p. 79):

O isolamento social era queixa frequente, uma vez que as moças do meio urbano e com um nível de escolarização alto para o ambiente onde se encontravam na relação com mulheres locais era comum que houvesse ciúme da professora. A situação era, às vezes, tão difícil, que muitas desistiam do cargo e pediam exoneração.

As condições concretas dos professores consistiam em abraçar uma causa por amor à profissão, o amor sendo a força maior que sustentava os professores no exercício de seu trabalho, tendo em vista que as condições de trabalho não correspondiam ao que era oferecido em termos de trabalho pelos docentes.

No que diz respeito às condições de trabalho entre 1933 e 1946, encontramos poucas notícias que apontam diretamente sobre. No entanto, o discurso, por vezes romântico e carregado de valor sentimental a respeito da profissão, deixa brechas no que diz respeito à valorização material, como os salários e as condições concretas de trabalho, mas que será ampliado para dialogar com outras fontes.

Como foi mencionado em outras análises sobre a história da profissão docente, o discurso evocando missão e responsabilidade social na educação, de certa forma imbrica também nos professores essa dupla faceta do trabalho docente, como foi notório nos discursos dos professores presentes nesta pesquisa.

Observa-se por meio dos relatórios oficiais o crescimento de matrículas de forma mais evidente a partir da década de 1930, como também o crescente número de prédios escolares e de professores formados, em relação aos anos anteriores.

De fato, a historiografia demonstra que foi a partir de 1930 que as ideias de instrução do povo piauiense começaram de fato a se concretizar. Cabe a reflexão de que os dados de matrículas não significam a permanência dos alunos nas escolas, em virtude dos diversos fatores pertinentes ao referido contexto, como as condições econômicas e sociais, que muitas vezes comprometem o prosseguimento dos estudos, não só no Piauí, mas no Brasil de maneira geral.

Vicentini e Lugli (2009, p. 215) ressaltam essa questão ao afirmarem que nas primeiras décadas do século XX:

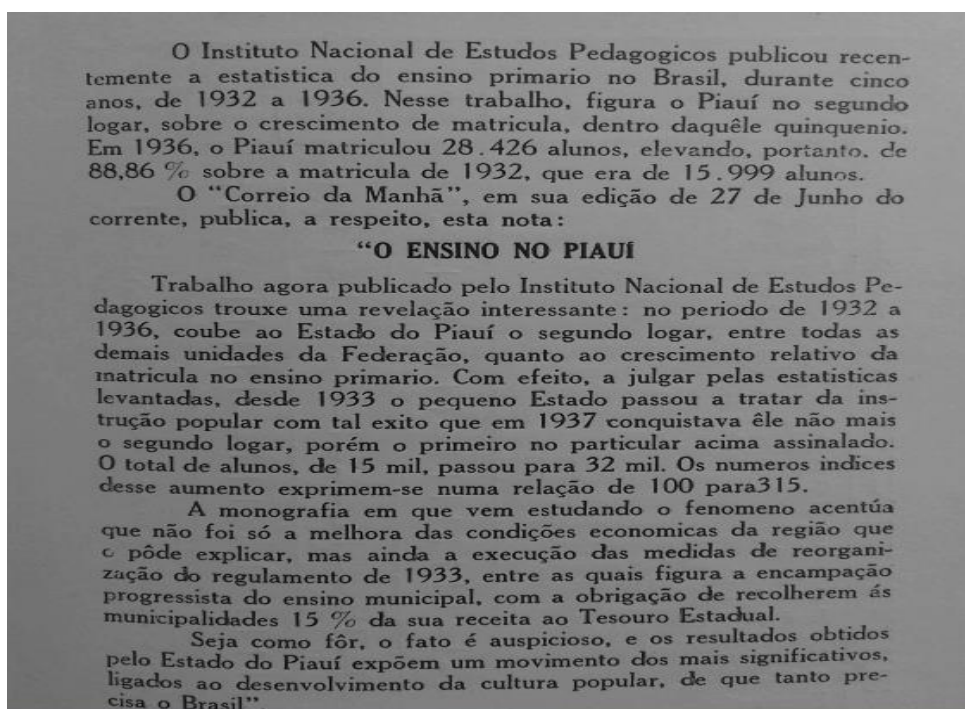
Fazia parte das atribuições docentes garantir que as crianças se matriculassem e frequentassem a escola, numa sociedade que ainda

funcionava de modo predominantemente oral e na qual um adulto analfabeto podia ser reconhecido socialmente e trabalhar sem problemas. Isso significa que a ideia hoje ‘natural’ da necessidade de escolarização e alfabetização não era tão comum até meados do século XX, dependendo do local onde se atuava. As professoras, que precisavam de um número mínimo de matrícula para ter suas escolas em funcionamento, deveriam conquistar alunos convencendo os pais e seus filhos em idade escolar. Outro desafio era manter a frequência, o que era particularmente difícil nas escolas da zona rural durante aquele período, uma vez que as crianças comumente colaboravam com os trabalhos no campo e com a subsistência de suas famílias.

Esse olhar para o passado se faz necessário para se compreender o desenvolvimento e a fluidez das questões que envolviam a educação no período em estudo. O crescimento das matrículas se tornava, a cada ano, algo mais representativo. No entanto, a frequência era desafiadora em um contexto em que a educação não era prioridade para a vida em sociedade.

Na figura a seguir, foi publicado a estatística do ensino primário no Brasil entre os anos de 1932 a 1936, em que o Piauí foi o estado brasileiro que alcançou o segundo lugar no aumento do número de matrículas, chegando ao primeiro lugar no ano de 1937. Os discursos em prol da educação, tanto nos jornais como nas fontes oficiais, demonstram a importância que o Estado passou a dar para a educação, sendo vista como a possibilidade de condições materiais melhores para o povo e como meio para tirar o Piauí do atraso.

Figura 16 – O ensino no Piauí



Fonte: Imprensa Oficial (1940, p. 55). Arquivo Público do Piauí.

Como aponta a mensagem, as condições econômicas do Piauí influenciavam diretamente nas condições de melhoria da educação. Estado do nordeste do Brasil que sofreu influências de não estar próximo do grande eixo industrial do Brasil.

A seguir, a mensagem governamental de 1943 mostra de forma retratada o crescimento da matrícula no Estado do Piauí de 1935 a 1942. Como se pode observar, nos anos subsequentes as matrículas continuaram em processo de aumento, quase dobrando em sete anos.

Figura 17 – Matrícula



Fonte: Imprensa Oficial (1943, p.34). Arquivo Público do Piauí.

Na imagem anterior, foram apontados alguns entraves na educação do estado em 1942, como: falta de combustível levando à crise de transporte, dificultando a distribuição de materiais escolares e deslocamento de inspetores e professores; seca e flagelos da segunda guerra mundial. Esses foram alguns dos fatores que impactaram o funcionamento da instrução, sendo o ensino primário o mais afetado, mas, ainda assim, o crescimento das matrículas se mantinha, bem como o crescimento de instalações de prédios escolares.

Diante das informações apontadas na Imprensa Oficial, as condições de trabalho dos professores nesse período eram difíceis. No que diz respeito ao crescimento das matrículas, de acordo com Nascimento (2015, p. 71), é importante salientar que, “[...] porém, não apresentam a frequência, a evasão escolar e o índice de reprovação. Um elemento que está diretamente relacionado com o rendimento escolar é a saúde da criança”. De acordo com Nascimento (2015), as condições econômicas da população, bem como a saúde das crianças, por estarem expostas a doenças e sem meios para curá-las, e a fome eram empecilhos que a educação piauiense enfrentava. Nascimento (2015, p.71) acentua ainda que:

As condições dos segmentos sociais que habitavam a periferia da cidade eram de miséria e poderia ser um indicador de que os números vistos de forma absoluta seriam enganadores. Doenças como raquitismo orgânico, verminose, tracoma e paludismo levam à escola uma acentuada percentagem de crianças com deficiências.

Nesse sentido, mesmo com muitos entraves, havia um esforço para que as ideias postas a respeito da educação estivessem sendo consolidadas. O período pós-1930 foi marcado por novas conjunturas políticas, econômicas e mudanças sociais acentuadas na sociedade brasileira.

No Piauí, foi um período em que essas mudanças começam a se expandir de forma mais significativa, com crescimento de estabelecimentos de ensino, número de matrículas crescendo ano após ano, mais professoras formadas pela escola normal e maior investimento educacional.

No período pós-1930, as alterações políticas, econômicas e sociais se tornaram visíveis, mudanças essas gestadas desde o início do século, em que a educação se tornou meio de transformação social, em que a demanda pela formação de professores, incentivo às matrículas e investimentos na rede escolar se tornaram objetivos dos intelectuais e governantes. A educação se tornou necessária diante das mudanças sociais pelas quais o Brasil estava passando.

As condições de trabalho continuaram precárias e o valor social do professor se sobressaia diante da desvalorização financeira. Desse modo, alguns pontos aqui devem ser colocados diante dos dados coletados. Como, por exemplo, o que era considerado “pistolão”, ou seja, algumas professoras recém-formadas eram beneficiadas, sendo contratadas na capital imediatamente à conclusão do ensino normal, mencionado anteriormente na notícia (DOCENCIA..., 1932, p. 2).

O ingresso dos professores se dava por meio das notas/médias divulgadas na imprensa local. Desse modo, de acordo com as notas da instituição formadora, ocorria o concurso para o ingresso na carreira docente.

Os professores foram apontados por Leonidas Melo como: pobres e esquecidos. Além de enfrentarem os baixos salários, também enfrentavam as enormes distâncias até chegarem em seus locais de trabalho. O desinteresse e desgaste levou alguns professores a adquirirem determinadas doenças, como a neurastenia.

Mas apesar dos entraves apresentados e das condições de trabalho deixarem a desejar nos mais variados aspectos: materiais e financeiros, havia um movimento de inaugurações e expansão dos grupos escolares e de aumento de matrículas, apesar de pouco se apresentarem dados sobre a permanência das crianças matriculadas na escola. Mas diante do que a historiografia aponta sobre a realidade social, cultural e econômica da maioria da população piauiense nesse período, poucos estudantes se mantinham na escola. Cabe ressaltar, no entanto, o esforço e entusiasmo dos governantes do período e dos veículos disseminadores de ideias em favor da educação. A ideia de superar a pobreza por meio da educação, que está marcada em nós, sertanejos, advém desse período, em que a educação começou a se concretizar e se firmar no Piauí como possibilitadora de um status profissional e financeiro.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A docência como a compreendemos hoje é fruto de processos históricos próprios de nosso país. Pesquisar a profissão docente no Brasil e especialmente no Piauí nos permitiu adentrar em um mundo em que o passado se faz presente, em que o professor, como artífice, obreiro, missionário e bandeirante da educação ainda é lembrado pela sociedade a partir das imagens construídas no decorrer do tempo, as quais ainda não ficaram no passado.

A escolha ou os caminhos que me levaram a pesquisar a profissão docente no Piauí, tendo como principal fonte os jornais, vem dos meus primeiros contatos com a pesquisa: iniciação científica e trabalho de conclusão de curso, ambos tiveram como fonte a imprensa e a relação direta com a docência.

Inicialmente, o projeto de mestrado era direcionado para a docência feminina, no entanto, com o contato com as fontes encontradas e analisadas, chegamos à conclusão de que analisar a Profissão Docente, especialmente as imagens sociais e as condições de trabalho dos professores no Piauí, em jornais, mensagens e relatórios abarcava melhor o que pretendíamos investigar.

Nesse caminhar da pesquisa, delimitamos o recorte inicial e final e fomos levadas pelas fontes encontradas aos objetivos propostos a princípio. Ao adentrarmos no mundo da fonte, percebemos que são elas que nos norteiam e acabam nos dando respostas distintas e bem diferentes do que ingenuamente acreditávamos preliminarmente.

A pesquisa foi dividida em quatro capítulos: Introdução; Capítulo 2: Apontamentos sobre a história da profissão docente o Brasil e no Piauí; Capítulo 3: Educação, sociedade e Imprensa e Capítulo 4: História da profissão docente: imagens sociais e condições de trabalho nos jornais e mensagens governamentais de 1910 a 1946.

Assim, esta pesquisa se inicia cronologicamente em 1910, período de bastante entusiasmo educacional, os intelectuais piauienses utilizam a imprensa para expressar as ideias em favor da educação, pois, por meio desta, viam um meio para tirar o Piauí do atraso, ou seja, a educação começou a ser vista como meio para ascender socialmente.

Com isso posto, uma das principais medidas foi a oficialização da Escola Normal, instituição voltada para a formação de professores, no caso predominantemente feminina. Ponto esse importante para a inserção da mulher no espaço público como professoras normalistas, as quais passaram, então, a ser vistas muito respeitosamente como as profissionais que, fazendo o papel de segunda mãe, iriam instruir e educar os futuros cidadãos com valores sociais e cuidados maternos.

A imagem social criada e difundida das professoras nesse primeiro momento da pesquisa era de missionárias. O valor da professora na imprensa piauiense era notadamente devocional. Profissão esta que chamava atenção das famílias mais abastadas do Estado. As condições de trabalho pouco são ressaltadas na imprensa, pois o valor social era sem precedentes. A Escola Normal estampava as páginas de jornais com notas das alunas, ingresso, matrículas, festas, debutantes e opiniões a respeito do valor da educação.

Já nos anos de 1920 os entraves começam a se fazer notar nos discursos e nas matérias jornalísticas. Nos anos de 1930, com as mudanças políticas e ideológicas que estavam ocorrendo no Brasil, as imagens sociais de ser professor começam a dar lugar a um profissional com ideais nacionalistas e disciplinador de corpos e mentes que futuramente iriam atuar no Brasil para bem servir a Pátria.

A imprensa, aqui utilizada como principal fonte de investigação, alterou-se ou foi alterada pelos interesses da sociedade vigente, pela política atuante em cada período. No recorte temporal analisado, isso é bem evidente. Quando em 1930 se altera o modelo político, a nível nacional e local, a imprensa passou a ser perseguida, jornais fechados, jornalistas ameaçados. Desse modo, pela força, a imprensa passou a servir aos interesses do Estado, manifestações individuais divergentes do coletivo foram caladas.

A educação era um tema recorrente em todas as fases desta pesquisa. Nas primeiras décadas do século XX, os discursos apaixonados e envolventes, em que a educação era a válvula propulsora do progresso, de melhores condições do povo, eram recorrentes nos jornais. O valor da instituição formadora de professores no Piauí, a Escola Normal, assumiu papel de protagonismo na imprensa local, assim como as alunas desta instituição, era motivo de honra fazer parte para além da formação, mas de uma ideia e ideal para um novo Piauí, um Piauí que poderia superar a pobreza por meio da educação.

Nos anos seguintes (1930-1946), a educação continuou sendo um dos pilares que se manteve presente nos jornais, mas com outro intuito, a fala recorrente era agora dos interventores, o Estado estava presente nos jornais e falava em nome de todos. A imprensa passou a servir unicamente ao Estado e opiniões divergentes não tinham espaço. O controle de papel, os órgãos controladores se faziam presentes de forma contundente.

As imagens sociais da profissão docente, com todas as alterações sociais e políticas, também se alteraram, ou melhor, se expandem. Assim, o professor não representava apenas a imagem de um profissional devoto, ou de uma normalista que seria a segunda mãe das crianças, simbolizava também a imagem de um mantedor da ordem, ou seja, o professor se tornou a figura de um disciplinador de corpos e mentes para o sucesso da política nacional.

Quanto às condições de trabalho dos professores demonstradas nos primeiros anos investigados por esta pesquisa, de acordo com as notícias e relatórios contidos na imprensa no decorrer desse período, assim retratadas: com “pequeníssimas mensalidades”, salas multisseriadas, salões que eram utilizados para as aulas sem condições de higiene (espaço, ar, luz), espaço ameaçando ruína. No período de 1910 a 1920, ainda era inexistente os grupos escolares no Piauí. É demonstrado também que as escolas do interior funcionavam irregularmente, com poucas normalistas formadas e sem escolas condignas. O primeiro grupo escolar no Piauí foi criado em 1922.

Foi após 1930 que houve maior criação dos grupos escolares e aumento de matrículas, mas as condições físicas dos locais em que os professores exerciam sua profissão eram precárias, os salários baixos, dando apenas para o sustento básico, o desânimo pela profissão diante da desvalorização financeira, em que doenças pelo desgaste profissional eram retratadas em relatório no governo de Leonidas Melo. Mesmo com o aumento do número de prédios escolares, de mais professoras normalistas formadas, da quantidade de matrículas em ordem crescente, esse aumento da demanda por escolaridade não foi equivalente em qualidade.

Com este trabalho temos o intuito de contribuir com a história da profissão docente no Piauí, tendo como principal fonte a imprensa periódica, por meio dos discursos e notícias a respeito do que era noticiado e dito por e sobre os professores do Piauí no período de 1946. Especialmente a respeito da imagem social que foi se criando sobre os professores e sobre a docência, pois, para se compreender o presente, é importante revisitar o passado, bem como as condições de trabalho desses profissionais no contexto em análise. Desse modo, o período em recorte foi importante para analisarmos esses pontos, pois foi nessa época que a primeira instituição de formação de professores se oficializava no Piauí e, assim, é possível investigar as questões que atravessam a profissão de professor.

Neste espaço, ainda cabe ressaltar o desafio de realizar esta pesquisa em um momento de pandemia, o que nos fez recuar no recorte temporal, com o fechamento de arquivos e bibliotecas públicas que dificultou o acesso às fontes hemerográficas e bibliográficas. Além do isolamento social fator que alterou de forma substancial a rotina de vida e de estudos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, J. S. **Mulher e educação**: paixão pelo possível. São Paulo: UNESP, 1998. 225 p.
- ALMEIDA, Jane Soares. Mulheres na educação, vocação e destino? A feminização do magistério ao longo do século XX. *In*: SAVIANI, Demerval. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004. Coleção Educação Contemporânea.
- BARROS, José D'Assunção. **Fontes históricas**: introdução aos seus usos. Rio de Janeiro: Vozes, 2019.
- BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa**: Brasil, 1900-2000. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- BARROS, José D'Assunção. **O campo da história**: especialidades e abordagens. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- BRITO, Itamar Sousa. **História da educação no Piauí**: enfoque normativo, estrutura organizacional, processo de sistematização. Teresina: EDUFPI, 1996. 209 p.
- BURKE, Peter. **A escrita da história**: novas perspectivas. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora Unesp, 2011. 368p.
- CARDOSO, E. B. **Múltiplas e singulares**: história e memória de estudantes universitárias em Teresina (1930-1970). 2. ed. Teresina, PI: EDUFPI, 2003. 242 p.
- CARDOSO, Elizangela Barbosa. Mães educadoras e profissionais: educação feminina em Teresina na primeira metade do século XX. **Outros Tempos – Pesquisa em Foco-História**, v. 7, n. 10, 2010.
- CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **A escola e a república e outros ensaios**. Bragança Paulista: EDUSF, 2003. 355 p.
- CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. **Mulheres plurais**: a condição feminina na primeira república, Teresina, PI: Edições Bagaço, 2005.
- CATANI, Denice Barbara. Estudos de história da profissão docente. *In*: 500 anos de educação no Brasil. [S.I: s.n.], 2000.
- CHAMON, Magda. **Trajetória de feminização do magistério**: ambiguidades e conflitos, Belo Horizonte, MG: Autêntica/FCH-FUMEC, 2005. 180 p.
- CHARTIER, Roger. **História cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.
- DUTRA, Eliana de Freitas Dutra. Cultura. *In*: GOMES, Ângela de Castro (coord.). **Olhando para dentro, 1930-1964**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013. v. 4. p. 229–74. (História do Brasil Nação: 1808-2010; 4).

ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. Imprensa a serviço do progresso. *In*: MARTINS, Ana Luiza. LUCA, Tania Regina de (organizadoras). **História da Imprensa no Brasil**. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2018.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009. 120 p.

FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São PAULO, 2018.

FERRO, Maria do Amparo Borges. **Educação e sociedade no Piauí Republicano**. Teresina, PI: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1996. 138 p.

FISCHER, Beatriz T. Dault. **Professoras**: histórias e discursos de um passado presente. Pelotas, RS: Seiva, 2005.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES, Angela de Castro. População e sociedade. *In*: GOMES, Ângela de Castro (coord.). **Olhando para dentro, 1930-1964**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013. v. 4. p. 41–89 (História do Brasil Nação: 1808-2010; 4).

LE GOFF, Jacques. **1924**: história e memória. 5. ed. Tradução: Bernardo Leitão *et al.* Campinas, SP: Unicamp, 2003.

LOPES, A. P. C.; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno; ARAÚJO, José Carlos (org.). **As escolas normais no Brasil**: do Império à República. Campinas, SP: Alínea, 2008. 370 p.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. *In*: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

LOURO, Guacira Lopes. **Prendas e antiprendas**: uma escola de mulheres. [Rio Grande do Sul]: UFRGS, 1987. 103 p.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2015. p. 111–53.

LUCA, Tania Regina de. A grande imprensa na primeira metade do século XX. *In*: MARTINS, Ana Luiza. LUCA, Tania Regina de (org.). **História da Imprensa no Brasil**. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2018.

MATTOS, Hebe. A vida política. *In*: Schwarcz, Lilia Moritz (coord.). **A abertura para o mundo**: 1889-1930. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. v. 3. p. 85-132. 89 (História do Brasil Nação: 1808-2010; 3).

MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra imprensa. MARTINS, Ana Luiza. LUCA, Tania Regina de (org.). **História da Imprensa no Brasil**. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2018.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. **A cidade sob o fogo**: modernização e violência policial em Teresina (1937-1945). Teresina: EDUFPI, 2015. 358 p.

NÓVOA, António. A imprensa de educação e ensino: concepção e organização do repertório português. In: CATANI, Denice Bárbara; BASTOS; Maria Helena Camara (org.). **Educação em revista: a imprensa periódica e a história da educação**. São Paulo: Escrituras, 2002. p. 11-31.

NÓVOA, António. **Do Mestre-Escola ao professor do ensino primário**: subsídios para a história docente em Portugal (séculos XVI–XX). Lisboa: Instituto Superior de Educação Física de Lisboa, 1986.

PINHEIRO, Celso. **História da imprensa no Piauí**. Teresina, PI: Bienal, 2017. 288 p.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **Os literatos e a República**: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo. 3. ed. Teresina, PI: EDUFPI, 2011. 466 p.

REIS, Amada de Cássia Campos. **O ensino secundário ginasial no Piauí republicano**: revelando a cultura escolar do Ginásio Municipal Oeirense (1952-1969). Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Piauí (UFPI), Teresina, PI, 2017.

ROMANELLI, Otaiza O. **História da educação no Brasil**. São Paulo: Vozes, 1986. p. 33-46.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 4. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

SAVIANI, Dermeval. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. População e sociedade. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (coord.). **A abertura para o mundo**: 1889-1930. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. v. 3. p. 35-84. (História do Brasil Nação: 1808-2010. v. 3).

SOUSA, Jane Bezerra de. **Ser e fazer-se professora no Piauí no século XX**: a história de vida de Nevinha Santos. Uberlândia, MG: EDUFU, 2015. 194 p.

SOUSA, Jane Bezerra de; INÁCIO FILHO, Geraldo. Profissão docente no Piauí no século XX. **Revista HISTEDBR On-Line**, v. 13, n. 51, p. 187–99, 2013.

SOUSA, Jane Bezerra de. **Instituições escolares no Piauí em Páginas de jornais (1961 a 1971)**. Curitiba (PR): CRV, 2020.

TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. **Revista brasileira de educação**, n. 14, p. 61–88, 2000.

VICENTINI, Paula Perin; LUGLI, Rosário Genta. **História da profissão docente no Brasil**: representações em disputa. São Paulo: Cortez, 2009. v.4. Biblioteca básica da história da educação brasileira.

VILLELA, Heloisa de O. S. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2000.

JORNAIS

A ESCOLA. **Fanal**. Oeiras, p. 8, ano I, n. 5, 31 mar. 1940. Projeto memória do jornalismo piauiense. Disponível em: <https://s3-sa-east-1.amazonaws.com/pm-uploads/Fanal/HW678TUIPvs3eyOJwsvZvA==>. Acesso em: 24 jun. 2021.

A INSTRUÇÃO. **Alto Longá**, ano I, n. 3, p. 3–4, ago. 1917. Projeto memória do jornalismo piauiense. Disponível em: <https://s3-sa-east-1.amazonaws.com/pm-uploads/Alto-Long%C3%A1/FWvGJ1n8MZlwVHCQ4uBqbg==>. Acesso em: 24 jun. 2021.

A INTRUÇÃO no Piauí. **O Piauihy**, Teresina, p. 5, ano XXXIX, n. 145, 4 jul. 1929. Projeto memória do jornalismo piauiense. [https://s3-sa-east-1.amazonaws.com/pm-uploads/O%20Piauihy%20\(%C3%93rg%C3%A3o%20Official%20dos%20Poderes%20do%20Estado\)/AeA_sSD8Y8lnJaZk7hreGw==](https://s3-sa-east-1.amazonaws.com/pm-uploads/O%20Piauihy%20(%C3%93rg%C3%A3o%20Official%20dos%20Poderes%20do%20Estado)/AeA_sSD8Y8lnJaZk7hreGw==). Acesso em: 24 jun. 2021.

A MISSÃO. **Gente Nova**, 20 de jul. 1946, n. 4, p. 1. Projeto memória do jornalismo piauiense. Disponível em: <https://s3-sa-east-1.amazonaws.com/pm-uploads/Gente%20Nova/x6-OTVi1jHUWnY2-6Qo9Lg==>. Acesso em: 24 jun. 2021.

AINDA pela Instrução. **O Piauihy**, Teresina, n. 497, p. 1, 11 ago. 1921. Disponível em: Arquivo Público do Estado do Piauí – Casa Anísio Brito.

CAMPELLO, Jandira. Escola Normal. **O Piauihy**, Teresina, p. 4, 20 jan. 1925. Arquivo Público do Piauí – Casa Anísio Brito.

CENSO escolar. **Diário Oficial**, Teresina, PI, ano II, n. 23, p. 2, 29 mar. 1932. Arquivo Público do Piauí – Casa Anísio Brito.

CORREIA. **Diário do Piauihy**, Therezina, ano IV, n. 126, p. 3, 5 de jun. 1914. Projeto memória do jornalismo piauiense. Disponível em: <https://s3-sa-east-1.amazonaws.com/pm-uploads/Di%C3%A1rio%20do%20Piauihy/hojaEnnCQxwTuA-77Gl4Ng==>. Acesso em: 24 jun. 2021.

CORREIA. **Diário do Piauihy**, Therezina, ano IV, n. 127, p. 3, 6 de jun. 1914. Projeto memória do jornalismo piauiense. Disponível em: <https://s3-sa-east-1.amazonaws.com/pm-uploads/Di%C3%A1rio%20do%20Piauihy/hojaEnnCQxwTuA-77Gl4Ng==>. Acesso em: 24 jun. 2021.

DIPLOMADAS pela escola normal. **Diário do Piauihy**, p. 2, Ano III, n. 41, 19 fev. 1913. Projeto memória do jornalismo piauiense. Disponível em: <https://s3-sa-east-1.amazonaws.com/pm-uploads/Di%C3%A1rio%20do%20Piauihy/uFRmvBt5atrICwNe3LB9Ig==>. Acesso em: 24 jun. 2021.

DOCENCIA primária. **Diário Oficial**, ano II, n. 55, p. 2, 5 mar. 1932. Arquivo Público do Estado do Piauí – Casa Anísio Brito.

ESCOLA Normal. **Diário do Piauihy**, ano IV, n. 125, p. 3, 4 jun. 1914. Projeto memória do jornalismo piauiense. Disponível em: <https://s3-sa-east-1.amazonaws.com/pm-uploads/Di%C3%A1rio%20do%20Piauihy/hojaEnnCQxwTuA-77Gl4Ng==>.

1.amazonaws.com/pm-uploads/Monitor%20Comercial/utnpWi-6Neb_1Ux0trS6OQ==. Acesso em: 24 jun. 2021.

O HOMEM e a mulher. **Correio de Oeiras**, Oeiras, ano II, n. 2, p. 3, 28 de fev. de 1910.

Projeto Memória do Jornalismo Piauiense. Disponível em: [https://s3-sa-east-](https://s3-sa-east-1.amazonaws.com/pm-uploads/Correio%20de%20Oeiras/sIoimaTh-pI=)

1.amazonaws.com/pm-uploads/Correio%20de%20Oeiras/sIoimaTh-pI=. Acesso em: 24 jun. 2021.

INSTRUCÇÃO primaria. **Semana**, Parnahyba, Piauí, ano I, n. 6, p. 3, 19 jul. 1910. **Fonte:** Jornal: Semana, 19 de Jul. 1910, n. 6, p. 3. Projeto memória do jornalismo piauiense.

Disponível em: [https://s3-sa-east-1.amazonaws.com/pm-](https://s3-sa-east-1.amazonaws.com/pm-uploads/Semana/d9CTmJsX6W2hrT7SzTCAhQ==)

uploads/Semana/d9CTmJsX6W2hrT7SzTCAhQ==. Acesso em: 25 jun. 2021.

SALES, Landri. **Diário Oficial**, Teresina, ano II, n. 191, p. 2, 25 ago. 1933. Arquivo Público do Piauí – Casa Anísio Brito.

REIS, Raimunda Nonnata dos. O mestre - artífice da educação. **A Escola**, Teresina, ano 6, n. 9, p. 1, 15 Maio 1943. Projeto memória do jornalismo piauiense. Disponível em: <https://s3-sa-east-1.amazonaws.com/pm-uploads/A%20Folha/ked-OH9pfOeOwt2phUCBpg==>. Acesso em: 25 jun. 2021.

RIBEIRO, Zenóbia. Discurso. **A Escola**, Teresina, ano 6, n. 9, p. 1, 15 Maio 1943. Projeto memória do jornalismo piauiense. Disponível em: [https://s3-sa-east-1.amazonaws.com/pm-](https://s3-sa-east-1.amazonaws.com/pm-uploads/A%20Folha/ked-OH9pfOeOwt2phUCBpg==)

uploads/A%20Folha/ked-OH9pfOeOwt2phUCBpg==. Acesso em: 25 jun. 2021.

VILHENA, Maria Gonçalves. A semana da criança. **O Momento**, Teresina, ano V, n. 452, p. 6, 10 out. 1937. Projeto memória do jornalismo piauiense. Disponível em: <https://s3-sa-east-1.amazonaws.com/pm-uploads/O%20Momento/KVJl5TDWneFmYrk0iSrxOg==>. Acesso em: 24 jun. 2021.

MENSAGEM GOVERNAMENTAL

AGUIAR, Eurípedes Clementino de. Mensagem apresentada a câmara legislativa. **Piauhuy**, Teresina, PI, p. 36-43, 1º jun. 1920. Arquivo Público do Piauí – Casa Anísio Brito.

LEAL, João de Deus Pires. Mensagem governamental. **Piauhuy**, Teresina, p. 61-2, 1º jun. 1929. Arquivo Público do Piauí – Casa Anísio Brito.

MELO, Leonidas Castro de. Mensagem governamental. **Piauhuy**, Teresina, 1º jun. 1936. Arquivo Público do Piauí – Casa Anísio Brito.

MELO, Leonidas Castro de. Relatório- edificação escolar. **Imprensa Oficial**. Teresina, p. 85, 1938. Arquivo Público do Piauí – Casa Anísio Brito.

MELO, Leonidas Castro de. Relatório - O ensino no Piauí. **Imprensa Oficial**. Teresina, p. 55, 1940. Arquivo Público do Piauí – Casa Anísio Brito.

MELO, Leonidas Castro de. Relatório - Matrícula. **Imprensa Oficial**. Teresina, p. 34, 1943. Arquivo Público do Piauí – Casa Anísio Brito.